



REVISTA

NECAT

Jan-Jun de 2018
ISSN 2317-8523



PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE



ANO 7, NÚMERO 13

Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil | Marcio Pochmann | Auge e declínio dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro: da era lulista à política econômica da "Ponte para o Futuro" | Fernando Augusto Mansor de Mattos *et al.* | Impactos da crise econômica no mercado de trabalho catarinense: uma análise do triênio 2015-2017 | Leandro dos Santos e Pietro Caldeirini Aruto | Análise da evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2016 | Lauro Mattei e Vicente Loeblein Heinen

Realização:



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



SUMÁRIO

EDITORIAL 3

DESEMPENHO ECONÔMICO CONJUNTURAL E A SITUAÇÃO RECENTE DO TRABALHO NO BRASIL

Marcio Pochmann..... 11

AUGE E DECLÍNIO DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: DA ERA LULISTA À POLÍTICA ECONÔMICA DA “PONTE PARA O FUTURO”

Fernando Augusto Mansor de Mattos

João Hallak Neto

Flaviana Candido Oliveira

Danielle Carusi Machado 28

IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA NO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE: UMA ANÁLISE DO TRIÊNIO 2015-2017

Leandro dos Santos

Pietro Caldeirini Aruto 53

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016

Lauro Mattei

Vicente Loeblein Heinen 72

REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

Editor

Prof. Lauro Mattei – UFSC

Comitê Editorial

Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC).

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.
88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 7, nº 13, Jan-Jun. Florianópolis, NECAT, 2018.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: www.necat.ufsc.br

E-mail: necat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

EMPREGO E DESEMPREGO EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA E DE REFORMA TRABALHISTA

Lauro Mattei¹

Analisando o funcionamento do mercado de trabalho numa perspectiva histórica, observa-se que ele sempre esteve atrelado ao movimento geral da estrutura produtiva, a qual se transforma e também é transformada por fatores estruturais e conjunturais, especialmente em períodos de crises econômicas, como a crise que está afetando a economia brasileira atualmente.

Para diversos autores (HARVEY, 2012; COUTINHO, 1992; ANTUNES, 1997; POCHMANN, 2002; CARDOSO, 2004), o final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho, levando à conformação de uma nova divisão internacional do trabalho e tendo como objetivo central a redução de custos e o aumento da produtividade do trabalho. Essa nova fase do modo de produção capitalista utiliza crescentemente as inovações tecnológicas como forma de otimizar o tempo de produção da força de trabalho e, com isso, reduzir a participação da mão de obra nos custos de produção das empresas industriais e de serviços.

Com isso, ao final do século XX o desemprego cresceu fortemente em diversas partes do mundo, particularmente nas economias periféricas, uma vez que nestas a geração de emprego nem sequer conseguiu acompanhar o crescimento do PIB dos países periféricos, que foi bastante baixo. Como consequência, observou-se que a nova ordem econômica neoliberal que prevaleceu nas décadas de 1980 e 1990 promoveu uma redistribuição internacional do trabalho na economia mundial marcada pela desregulamentação do mercado de trabalho e pela flexibilização das relações trabalhistas.

¹ Professor do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. E-mail: l.mattei@ufsc.br

No Brasil, particularmente, a partir do limiar do novo século esse cenário sofreu algumas alterações importantes, uma vez que a adoção de um conjunto de políticas macroeconômicas neodesenvolvimentistas evitou o aprofundamento do grau de desestruturação do mercado de trabalho. Contribuíram para isso, além da retomada do crescimento econômico, via aumento do crédito e expansão do mercado interno, a implementação de algumas políticas específicas, como a lei geral da micro e pequena empresa e a lei do empreendedor individual, o que contribuiu para o aumento da formalização do mercado de trabalho. Com isso, no período entre 2003 e 2014 observou-se que os postos formais de trabalho cresceram 67,8%, conforme registros do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por outro lado, com a elevação do ritmo de crescimento da economia nesse mesmo período, a taxa de desemprego das décadas anteriores foi diminuindo gradativamente, enquanto que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização do mercado de trabalho. Em grande medida, esses resultados estão relacionados às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação da política de salários, em especial do salário mínimo, e como a ampliação dos programas sociais destinados ao combate à pobreza, tais como Fome Zero e Bolsa Família.

Contudo, com a emergência da crise econômica a partir de 2015, houve uma retração das atividades econômicas com efeitos diretos sobre o mercado de trabalho brasileiro, desfazendo-se a conjuntura favorável que predominou no período 2003-2014. Na essência, a expansão do déficit público; o descontrole do processo inflacionário derivado da pressão de custos e do movimento altistas durante o primeiro semestre de 2015 dos preços dos combustíveis, energia, água e transportes; a alta do Dólar que encareceu as importações e afetou os preços dos produtos exportáveis no mercado doméstico; a política de restrição do crédito; e a subida gradativa da taxa de juros Selic afetaram o desempenho da maioria das empresas.

O resultado desse conjunto de indicadores se traduziu em uma brutal recessão econômica, conforme Tabela 1. Apesar do resultado pífio apresentado em 2014, o PIB ainda conseguiu se manter positivamente, devido à contribuição do setor serviços, uma vez que o desempenho do setor industrial foi negativo. Já em 2015 e 2016 o país conviveu com uma de suas maiores recessões econômicas já registradas, com resultados

danosos para todos os segmentos sociais, particularmente para a classe trabalhadora que foi fortemente afetada pelo problema do desemprego e pela queda dos salários.

Após dois anos consecutivos com resultados negativos, o PIB cresceu 1,0% em 2017, revelando uma certa recuperação econômica, todavia sem repor as perdas ocasionadas durante os dois anos de resultados negativos. No ano de 2017 o setor agropecuário foi o grande responsável pela expansão do crescimento, mesmo tendo uma participação na composição do PIB de apenas 5,3%. Em grande parte, esse resultado positivo desse setor se deve ao crescimento da safra agrícola em 2017, especialmente da soja e do milho.

Tabela 1 – Evolução trimestral do PIB entre 2014 e 2017 (em %)

	2014	2015	2016	2017
1º Trim.	2,7	-2,0	-5,4	0,0
2º Trim.	0,7	-2,5	-4,5	0,2
3º Trim.	0,4	-3,1	-4,0	0,6
4º Trim.	0,1	-3,8	-3,5	1,0
Agregado anual	0,5	-3,5	-3,6	1,0

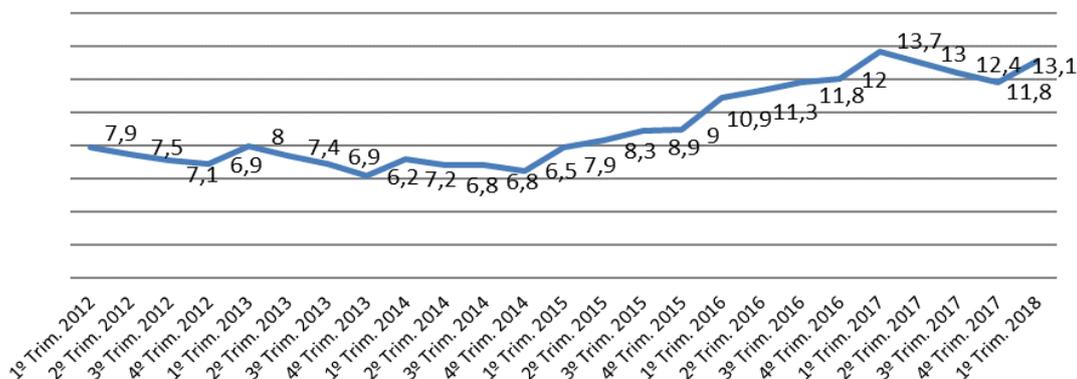
Fonte: IBGE – Contas Nacionais

O resultado dessa recessão econômica foi o retorno do desemprego em patamares bastante elevados. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Continua - (Figura 1), observa-se uma expressiva expansão da taxa de desemprego a partir de 2015, chegando a 12% no ano de 2017. Isso significou que mais de 12,6 milhões de pessoas se encontravam desempregadas ao final desse ano, com consequências diretas sobre outras esferas sociais, especialmente sobre os indicadores de pobreza que voltaram a crescer após mais de uma década de reduções significativas. Esses aspectos foram registrados pelo IBGE em dezembro de 2017 quando lançou a Síntese dos Indicadores Sociais, documento que demonstrou o aumento expressivo da pobreza extrema no país, ou seja, as pessoas extremamente pobres passaram de 16,2 milhões, em 2014, para 24,8 milhões, em 2016. Isso significa que durante a crise econômica recente 8,6 milhões de pessoas retornaram à condição de extrema pobreza, patamar existente no país há doze anos.

Analisando os impactos da crise sobre o crescimento do desemprego, Pochmann (2018) observou que a taxa de subutilização da força de trabalho cresceu 59,7% entre 2014 e 2017 (segundo trimestre), ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego

aumentou 91,2% (de 6,8% para 13,0%). Além disso, o autor destacou que o desemprego apresentou um comportamento desigual quando consideradas algumas características pessoais. Assim, do ponto de vista de gênero, o desemprego afetou bem mais as mulheres, enquanto que em termos de cor/raça o desemprego afetou fortemente os trabalhadores não brancos, uma vez que a expansão do desemprego entre brancos correspondeu a 2/5 do verificado entre as pessoas não brancas. Finalmente, em termos da faixa etária, a maior expansão do desemprego ocorreu entre as pessoas com 25 a 39 anos de idade, porém chamando atenção a expressiva participação também da faixa etária de 14 a 24 anos de idade no volume absoluto de desempregados.

Figura 1 – Evolução do Desemprego no Brasil entre 2012 e 2017



Fonte: PNAD/IBGE

Como a queda na atividade econômica foi muito expressiva em 2015 e 2016, a taxa de desemprego praticamente dobrou em apenas dois anos. Com isso,

a recessão econômica diminuiu o número de pessoas ocupadas e, como ainda é intenso o aumento da PEA no país, retrocedeu, em dois anos, todo o avanço de 10 anos na redução da taxa de desemprego. Esse efeito da recessão sobre o mercado de trabalho foi reforçado pela interrupção da queda na taxa de participação que vinha acontecendo desde o início dos anos 2000 e tinha ajudado na melhoria dos indicadores do mercado de trabalho (BALTAR; LEONE, 2018, p.41).

Diante desse cenário, o governo Temer encaminhou ao Congresso Nacional (CN) uma proposta de reforma trabalhista com a promessa de que após essa reforma seriam criados imediatamente 2 milhões de empregos. Tal proposta foi aprovada pelo CN, tornando-se a Lei 13.467, de 2017. Tal reforma visava unicamente reduzir custos laborais com o objetivo de ampliar as margens de lucros empresariais, mesmo que legalizando a precarização do trabalho e quebrando o equilíbrio necessário entre capital e trabalho nas relações econômicas e sociais de produção. Nesta direção, a reforma

aprovada no ano de 2017 promoveu uma forte mudança nas relações de trabalho; uma profunda alteração trabalhista e sindical, ao modificar o papel dos sindicatos; redefinição das negociações trabalhistas (coletivas e individuais) e da própria justiça do trabalho, cuja função servia de instrumento de equilíbrio de poder entre patrão e empregado.

Chama atenção alguns aspectos altamente negativos dessa lei, destacando-se: a precedência do negociado sobre o legislado, ou seja, o acordado entre patrão e empregados vale mais que as leis; a instituição do trabalho intermitente que, na prática, permite rebaixar a remuneração; a possibilidade da jornada de trabalho ser estendida ilimitadamente, uma vez que isso dependerá da negociação direta entre patrão e empregados; a permissão para que mulheres grávidas ou lactantes trabalhem em locais insalubres; o enfraquecimento planejado dos sindicatos, seja pela retirada abrupta do imposto sindical, seja pelo seu enfraquecimento funcional, uma vez que sua presença nas homologações de rescisões contratuais de trabalho não será mais obrigatória; etc.

Realizada durante uma das mais profundas crises econômicas já enfrentadas pelo país, essa reforma poderá levar a um retrocesso social, uma vez que seus pressupostos associam o problema do elevado desemprego ao excesso de proteção trabalhista, como forma de justificar a mudança substantiva que foi operada no padrão de regulação do trabalho no país. Decorre daí a cantilena da flexibilização do tempo de trabalho como mecanismo para cortar direitos trabalhistas. A introdução do contrato de trabalho intermitente e a alteração do sistema de remuneração são exemplos claros de um novo marco legal cujos objetivos é ampliar o poder do capital para determinar as condições de uso e de remuneração da força de trabalho. Historicamente, sabe-se que, nestas condições, a classe trabalhadora ficará cada vez mais fragilizada e com seus direitos elementares expostos a riscos constantes.

Neste cenário, a Revista NECAT, número 13, procura analisar e debater a estrutura atual do mercado de trabalho no Brasil e em Santa Catarina à luz da crise econômica, dando ênfase ao crescimento expressivo do desemprego nos últimos anos. Além disso, destaca-se para o caso catarinense, a evolução do mercado formal de trabalho e dos principais indicadores.

O primeiro artigo, intitulado “Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil”, de autoria de Marcio Pochmann, analisa a relação entre o desempenho conjuntural desfavorável da economia brasileira e os efeitos sobre o

mercado de trabalho, destacando-se que entre o primeiro trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2018 ocorreu um descompasso nesta relação. Assim, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) registrou decréscimo de 5,7%, o índice que trata da taxa de desemprego aumentou 81,9%, revelando a dramaticidade das condições atuais do mercado de trabalho no país. De um modo geral, o autor constatou que houve perda de emprego em todo os setores de atividade, todavia as maiores perdas ocorreram no setor secundário da economia, com destaque para a perda líquida de ocupações na indústria de transformação e na indústria da construção civil. Como o setor secundário foi o principal responsável pela trajetória recente de desemprego, observou-se, ainda, um processo em curso de subutilização da força de trabalho e de precarização da mesma.

O segundo artigo, intitulado “Auge e declínio dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro: da era Lulista à política econômica da ‘Ponte para o Futuro’”, de autoria de Fernando Augusto Mansor de Mattos, João Hallak Neto, Flaviana Candido de Oliveira e Danielle Carusi Machado, analisa inicialmente as transformações que ocorreram no mercado de trabalho durante os governos Lula e Dilma (2003-2014), período caracterizado pelo crescimento do emprego formal, dos salários e da renda *per capita* familiar. Com isso, o perfil distributivo do país melhorou expressivamente nesse período. Em termos específicos do mercado de trabalho ocorreu uma forte redução da informalidade com correspondente criação de aproximadamente 17 milhões de ocupações formais. Essa melhoria do mercado formal de trabalho foi acompanhada por uma redução da desigualdade de renda. Todavia, a partir de 2015, com a deterioração dos cenários político e econômico, inverteu-se a trajetória que estava em curso até aquele momento. O resultado foi o crescimento do desemprego de 6,5 milhões, em 2014, para aproximadamente 13 milhões, em 2017, com a volta da informalidade e dos efeitos negativos sobre os níveis de renda. Com isso, os autores concluíram que as políticas neoliberais de redução dos direitos sociais como instrumento para recuperar o emprego implementadas pelo governo Temer têm se mostrado enganosas e ineficazes para recuperar o nível de emprego do país.

O terceiro artigo, intitulado “Impactos da crise econômica no mercado de trabalho catarinense: uma análise do triênio 2015-2017”, de autoria de Leandro dos Santos e de Pietro Caldeirini Aruto, analisa os impactos da crise econômica atual sobre o mercado de trabalho catarinense, buscando cotejar as condições desse mercado específico com o contexto do país. Em termos gerais, observou-se que a queda do PIB

do país também teve seu correlato no PIB estadual, embora este tenha mostrado melhoras pontuais entre 2016 e 2017. Ao qualificar esses aspectos, os autores mostraram que Santa Catarina apresentou, inclusive, uma contração da massa de rendimentos reais ainda maior que a verificada para o país. De maneira geral, esses elementos impactaram negativamente a taxa de desemprego que, no agregado estadual, saltou de 2,7%, em 2015, para 6,5%, em 2018. Isso representou a incorporação de aproximadamente 250 mil pessoas à condição de desempregados. Em termos de exercício das atividades laborais, verificou-se que os setores de atividades econômicas com as maiores taxas de desemprego foram a indústria de transformação, a indústria da construção civil e o comércio e serviços. Com isso, concluiu-se que o aumento das taxas de desemprego e a subutilização da força de trabalho atingiram os piores níveis para a série histórica iniciada no ano de 2012.

O quarto artigo, intitulado “Análise da evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2016”, de autoria de Lauro Mattei e Vicente Loeblein Heinen, analisa a evolução agregada do emprego formal catarinense no período citado. Visando captar possíveis impactos da crise econômica atual, separou-se as informações em dois períodos distintos. O primeiro deles contempla o intervalo entre 2001 e 2014, enquanto o segundo período trata dos anos de crise posteriormente a 2014. Depois de atingir o pico máximo de geração de postos formais de trabalho no ano de 2014, o estado apresentou redução de 105 mil empregos formais em apenas dois anos (2015-2016). Do ponto de vista dos setores produtivos, intensificou-se a tendência geral de concentração do emprego no setor terciário. Apesar de terem sofrido alguma retração desde 2014, os setores de comércio e serviço foram pouco afetados pela crise, fato que fez com que eles continuassem a ampliar sua participação relativa no agregado estadual. Já os setores da indústria de transformação, construção civil e extrativa mineral foram os que apresentaram as maiores quedas durante a crise. Com relação à divisão sexual do trabalho, observou-se que o período de expansão econômica foi benéfico para a expansão da participação da mulher no mercado formal de trabalho. Porém, a partir de 2014 ocorreu uma desaceleração do crescimento da participação das mulheres neste tipo de emprego. Com isso, os autores concluíram que os trabalhadores com emprego formalizado em Santa Catarina tiveram sua situação agravada ainda mais nos últimos anos, uma vez que num cenário de elevação do desemprego e do trabalho informal, aqueles que ainda conseguem se manter empregados formalmente sofrem com

uma nova onda de precarização, derivada não só do deslocamento desses trabalhadores para faixas de remuneração menores, mas também devido à própria desvalorização do salário mínimo real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

BALTAR, Paulo; LEONE, E. O mercado de trabalho no Brasil na recessão de 2015-2016. In: MORETTO, Amilton José et al (org.). **As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social.** Fortaleza (CE): Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho:** um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança de cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).** Diversos anos. Disponível em: <http://www.ibge.org.br/pnad>. Acesso em janeiro e fevereiro de 2018.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Recessão e mercado de trabalho no Brasil. In: MORETTO, Amilton José et al (org.). **As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social.** Fortaleza (CE): Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.



A Revista NECAT procura estimular o debate sobre temas e assuntos pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico catarinense, por entender que, enquanto universidade pública, temos um papel a cumprir junto à sociedade catarinense. Dando continuidade a essa missão, estamos disponibilizando o presente número, cujo foco destaca a temática do emprego e do desemprego no Brasil e em Santa Catarina.

DESEMPENHO ECONÔMICO CONJUNTURAL E A SITUAÇÃO RECENTE DO TRABALHO NO BRASIL

*Marcio Pochmann*²

Resumo: Este artigo trata da situação mais recente do trabalho no Brasil diante do desempenho conjuntural desfavorável da economia nacional. De 2014 ao início de 2018, o Produto Interno Bruto registrou decréscimo de 5,7%, ao passo que a taxa de desemprego aumentou 81,9% e rebaixamento do nível geral de ocupação. Para, além disso, a conclusão que se chega é a respeito da importante alteração no perfil dos ocupados e desempregados.

Palavras-chave: Trabalho; Desemprego; Rendimento; Produção.

CONJUNCTURAL ECONOMIC PERFORMANCE AND THE RECENT WORK SITUATION IN BRAZIL

Abstract: This article deals with the most recent work situation in Brazil in the face of unfavorable economic performance of the national economy. From 2014 to the beginning of 2018, Gross Domestic Product registered a decrease of 5.7%, while the unemployment rate increased 81.9% and the general level of employment declined. In addition, the conclusion is reached regarding the important change in the profile of the employed and unemployed.

Keywords: Work; Unemployment; Income; Production.

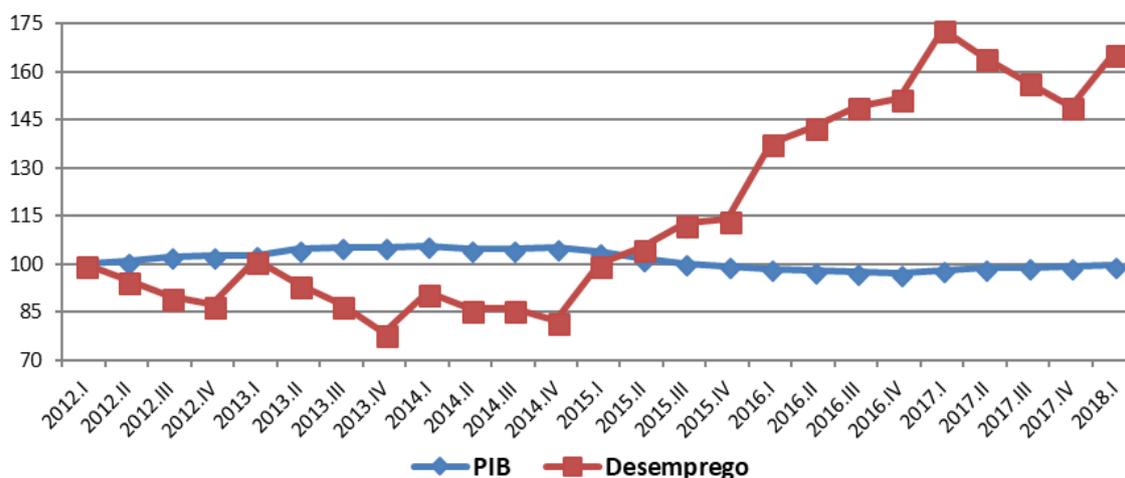
1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho encontra-se frente a modificações de natureza estrutural protagonizadas por dois movimentos fundamentais. Por um lado, o processo de precoce de desindustrialização que vem rapidamente destruindo as ocupações assentadas direta e indiretamente na produção de bens manufaturados.

Por outro lado, o movimento de modernização tecnológica que contamina, cada vez mais para além dos empregos industriais, os segmentos primários (agropecuária) terciário da economia nacional. Essas alterações estruturais no mundo do trabalho que já vinham se manifestando durante o ciclo observado de expansão produtiva entre os anos de 2000 e 2014 foram impactadas fortemente pela recessão econômica a partir de 2015.

² Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: pochmann@eco.unicamp.br

Figura 1 – Evolução do índice do Produto Interno Bruto e da taxa de desemprego trimestral (1º Trimestre de 2012 = 100) – Brasil



Fonte: IBGE/ Contas Nacionais Trimestrais e PNAD Contínua; Elaboração própria.

Diante disso, a presente contribuição volta-se ao entendimento da situação mais recente do trabalho no Brasil frente à mudança conjuntural no desempenho da economia nacional. Isso porque se pode constatar que durante a virada da primeira para a segunda metade da década de 2010, o país foi surpreendido pela mais grave recessão registrada desde a década de 1930.

Entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018, por exemplo, a evolução do índice que mede o Produto Interno Bruto (PIB) acusou decréscimo de 5,7%, enquanto o índice que trata da taxa de desemprego aumentou 81,9%, segundo informações do IBGE (Contas Nacionais e Pnad contínua). Essa gravíssima circunstância da economia nacional terminou abalando profundamente o comportamento do mercado de trabalho brasileiro.

Na sequência, duas partes tratam de analisar a interferência do desempenho econômico sobre o trabalho. Inicialmente, apresentam-se, brevemente, os componentes responsáveis pela evolução da economia entre os anos de 2014 e de 2018.

Posteriormente, busca-se considerar os principais aspectos relacionados à evolução da ocupação, bem como da situação do desemprego nos 42 meses que compreendem o período entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018. As informações estatísticas selecionadas e sistematizadas são originárias do IBGE (Contas Nacionais e Pnad Contínua).

2. RECESSÃO PROFUNDA, SEM RETOMADA DO CRESCIMENTO

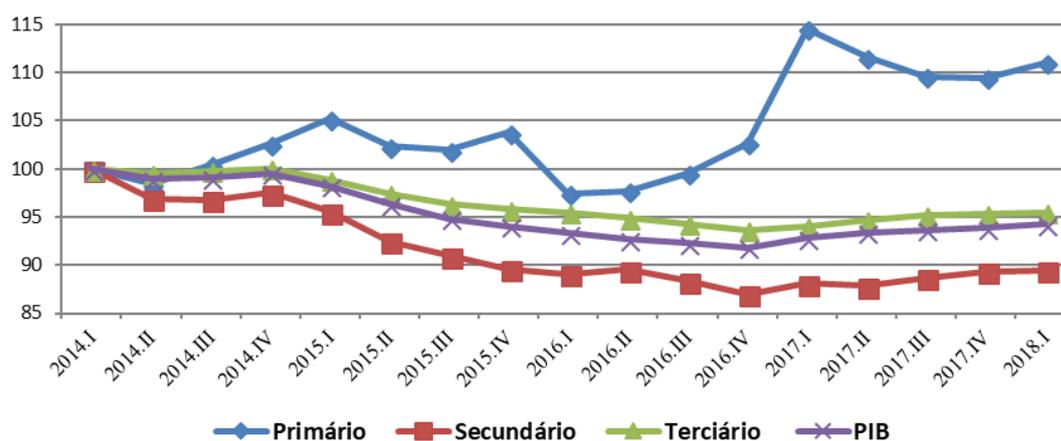
Durante os anos 2000, a produção nacional encontrou ambiente favorável para considerável avanço. Mas desde o início da década de 2010 que a trajetória da economia brasileira tendeu a ser a da desaceleração, somente interrompida no ano de 2014, com os primeiros sinais de recessão.

Do ponto de vista dos componentes do PIB pelo lado da oferta, percebe-se, por exemplo, que o setor secundário terminou sendo o mais importante responsável pela recessão. Entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018, o setor secundário caiu 10,5% e o terciário diminuiu apenas 4,5%.

Além disso, o setor primário registrou crescimento de 11% no mesmo período de tempo. Mesmo assim, o comportamento do PIB apontou para o declínio de 5,7% no acumulado do mesmo período de tempo.

Pelo lado da demanda, o comportamento do PIB indica que o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) constituiu-se no principal componente responsável pela queda do nível geral de atividade da economia brasileira. No intervalo entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018, o investimento registrou queda significativa de 24,7%, concomitante com o declínio importante das importações em 15%.

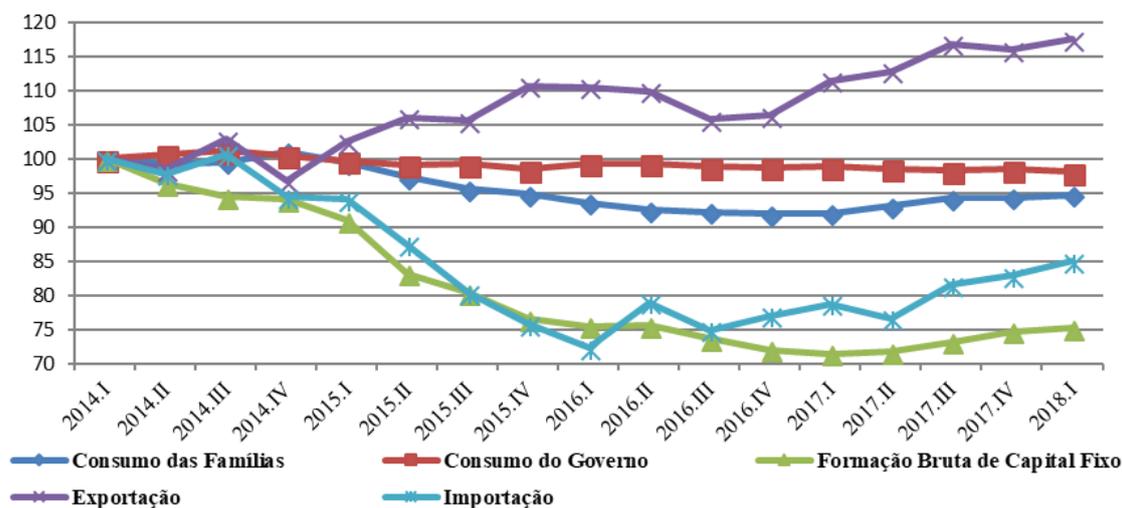
Figura 2 – Evolução dos índices que compõe o Produto Interno Bruto pelo lado da oferta (1º Trimestre de 2014 = 100) – Brasil



Fonte: IBGE/ Contas Nacionais Trimestrais; Elaboração própria.

No caso do consumo das famílias houve redução intermediária, com a variação negativa acumulada de 5,2%. Levemente inferior ao verificado no comportamento geral do PIB (-5,7%).

Figura 3 – Evolução dos índices que compõe o Produto Interno Bruto pelo lado da demanda (1º Trimestre de 2014 = 100) – Brasil



Fonte: IBGE/ Contas Nacionais Trimestrais; Elaboração própria.

Para o consumo do governo, a queda foi de 1,9%, bem menor entre os componentes de queda na demanda agregada, enquanto as exportações tiveram trajetória distinta. No primeiro trimestre de 2018, por exemplo, as exportações registraram crescimento acumulado de 17,5% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Uma vez descrita essa breve apreciação sobre o panorama do PIB brasileiro, trata-se de avançar na análise acerca da situação geral do mercado de trabalho. Isso porque parte-se do pressuposto de que os rendimentos e as ocupações sofreram impacto significativo da mudança de comportamento da economia nacional desde o segundo trimestre de 2014, conforme se analisa a seguir.

3. NÍVEL DE OCUPAÇÃO GERADO PELO DESFAVORÁVEL COMPORTAMENTO ECONÔMICO

Durante o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018, o conjunto da população brasileira cresceu acumuladamente 3,2% ou 6,4 milhões de pessoas. Para o mesmo período de tempo, a quantidade de ingressantes na População em Idade Ativa

(14 anos e mais) foi de 7,4 milhões de indivíduos (4,6%), ao passo que a População fora da Idade Ativa registrou queda de 1,0 milhão de pessoas (-2,5%).

Quadro 1 – Evolução da população segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Variação (em milhão)
População Total	202,0 (100 %)	208,4 (100%)	6,4 (3,2%)
População em Idade não Ativa	40,3 (19,9%)	39,3 (18,9%)	-1,0 (-2,5%)
População em Idade Ativa (PIA)	161,7 (80,1%)	169,1 (81,1%)	7,4 (4,6%)
PIA fora da PEA	62,8 (31,1%)	64,9 (31,1%)	2,1 (3,3%)
Pop. Economicamente Ativa (PEA)	98,9 (49,0%)	104,3 (50,0%)	5,4 (5,5%)
- PEA Ocupada	92,1 (45,6%)	90,6 (43,5%)	-1,5 (-1,6%)
- PEA Desempregada	6,8 (3,4%)	13,7 (6,6%)	6,9 (101,5%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Do conjunto de brasileiros que passaram a ter idade ativa (7,4 milhões), 5,4 milhões de pessoas (73% do total) passaram a constituir a População Economicamente Ativa (PEA), enquanto 2 milhão de indivíduos (27% do total) não ingressaram na condição de economicamente ativos. Como a PEA ocupada reduziu em 1,5 milhões pessoas, o desemprego aumentou em 6,9 milhões de pessoas, sendo 5,4 milhões de ingressantes na PEA e 1,5 milhão decorrente de postos de trabalhos destruídos pela recessão econômica.

Em síntese, a quantidade de desempregados aumentou 101,5% e o total de ocupados diminuiu 1,5% na comparação entre o segundo trimestre de 2014 e primeiro trimestre de 2018.

Quadro 2 – Evolução da população segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	2º trimestre de 2017 (em milhão)	Variação (em milhão)
Pop. Economicamente Ativa (PEA)	98,9 (100%)	104,3 (100,0%)	5,4 (5,5%)
PEA Ocupada	92,1 (93,2%)	90,6 (86,9%)	-1,5 (-1,6%)
Empregador	3,7 (3,7%)	4,2 (4,6%)	0,7 (18,9%)
Empregados	64,4 (65,1%)	61,1 (58,6%)	-3,3 (-4,8%)
– Com Carteira Assinada	47,8 (74,2%)	46,0 (75,3%)	-1,8 (-5,1%)
– Sem Carteira Assinada	16,6 (25,8%)	15,1 (24,7%)	-1,5 (-9,0%)
Conta Própria	21,1 (21,3%)	22,9 (22,0%)	1,8 (8,5%)
Trabalho familiar	2,7 (2,7%)	2,2 (2,1%)	-0,5 (-18,5%)
Desempregado	6,8 (6,8%)	13,7 (13,1%)	6,9 (101,5%)
Subutilização*	15,7 (14,9%)	27,7 (26,6%)	12,0 (76,4%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

* Soma dos desempregados com pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais e desejam trabalhar mais e força de trabalho potencial, que não procura por trabalho, mas gostaria de trabalhar.

Em termos relativos, a maior queda nos segmentos ocupacionais ocorreu entre os trabalhadores familiares auxiliares (-18,5%). Entretanto, do ponto de vista absoluto, o emprego assalariado teve acusou redução de 3,3 milhões de postos de trabalho, sendo 1,8 milhões a menos no emprego formal (54,5% da redução total) e 1,5 milhão de empregos informais (45,5% da redução total).

Em contrapartida, as atividades laborais vinculadas à ocupação por conta própria cresceu em 1,8 milhões de novas vagas, assim como o empregador cresceu também em 700 mil ocupações. Ao mesmo tempo, percebe-se o considerável avanço da subutilização da força de trabalho no Brasil.

No primeiro trimestre de 2018, por exemplo, o contingente de brasileiros submetidos à condição de subutilizado pela economia nacional atingiu a 27,7 milhões de pessoas, o que equivaleu a quase 30% da força nacional de trabalho. Por subutilizado, compreende-se o contingente de desempregados, acrescido tanto daqueles ocupados com jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais e que desejam trabalhar

mais como também a parcela da força de trabalho considerada potencial, pois mesmo que não procure sistematicamente por ocupação, está disponível para o trabalho.

Quadro 3 – Evolução da ocupação segundo grau de instrução – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Ocupada	92,1 (100%)	90,6 (100%)	-1,5 (-1,6%)
Sem instrução	4,7 (5,1%)	3,1 (3,4%)	-1,6 (-34,0%)
Ensino Fundamental	33,4 (36,3%)	28,9 (31,9%)	-4,5 (-13,5%)
Ensino Médio	34,8 (37,8%)	35,5 (39,2%)	0,7 (2,0%)
Ensino Superior	19,2 (20,8%)	23,1 (25,5%)	3,9 (20,3%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Ao se voltar para a análise a respeito do conjunto dos ocupados, percebe-se como o segmento daqueles com maior escolaridade obtiveram melhor desempenho no período considerado. No caso dos trabalhadores com Ensino Superior, por exemplo, houve a expansão da ocupação em 3,9 milhões de novas vagas, enquanto para as pessoas com Ensino Médio registraram adicional de 700 mil novos postos de trabalho.

Por outro lado, os trabalhadores de menor escolaridade sofreram com a redução do nível das ocupações. Para as pessoas sem instrução, por exemplo, constata-se a redução de 1,6 milhões de ocupações, ao passo que para os trabalhadores com Ensino Fundamental a queda foi ainda mais intensa, com a destruição de 4,5 milhões de vagas.

Quadro 4 – Evolução da ocupação segundo setor econômico – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Ocupada	92,1 (100%)	90,6 (100%)	-1,5 (-1,6%)
Primário (Agropecuária)	9,6 (10,4%)	8,5 (9,4%)	-1,1 (-11,5%)
Secundário	21,0 (22,8%)	18,2 (20,1%)	-2,8 (-13,3%)
– Indústria geral	13,4 (14,5%)	11,6 (12,8%)	-1,8 (-13,4%)
– Indústria de Transformação	12,0 (13,0%)	10,3 (11,4%)	-1,7 (-14,2%)
– Construção Civil	7,6 (8,3%)	6,5 (7,2%)	-1,1 (-14,5%)
Terciário	61,5 (66,8%)	63,9 (70,5%)	2,4 (3,9%)
– Comércio	17,2 (18,7%)	17,5 (19,3%)	0,3 (1,7%)
– Transporte	4,1 (4,5%)	4,6 (5,1%)	0,5 (12,2%)
– Alojamento e Alimentação	4,2 (4,6%)	5,2 (5,8%)	1,0 (23,8%)
– Informação e Atividades Financeiras	10,7 (11,6%)	10,0 (11,1%)	-0,7 (-6,5%)
– Administração Pública, Defesa e Seguridade	15,1 (16,4%)	15,5 (17,1%)	0,4 (2,6%)
– Outros Serviços	4,2 (4,6%)	4,7 (5,2%)	0,5 (11,9%)
– Domésticos	6,0 (6,5%)	6,2 (6,9%)	0,2 (3,3%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Entre os grandes setores de atividade econômica, percebe-se que a ocupação cresceu somente no setor terciário (3,9% acumulado no período). No subsetor de alojamento e alimentação, por exemplo, o nível da ocupação aumentou em 23,8%, embora o segmento que compreende as atividades financeiras, comunicação e informação registrou o decréscimo de 700 mil vagas entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018.

Mas as maiores perdas na ocupação ocorreram no setor secundário (-13,3% no acumulado do período). A indústria de transformação teve saldo líquido negativo de 1,7 milhões de ocupações, enquanto na construção civil foram cortada 1,1 milhão de postos de trabalho.

Por fim, nota-se que o setor primário da economia, não obstante ter sido o único segmento produtivo com crescimento da produção durante o período de tempo considerado, também reduziu o nível de ocupação em 11,5%. Ou seja, a redução de 1,1 milhão de postos de trabalho.

Quadro 5 – Evolução da ocupação segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Ocupada	92,1 (100%)	90,6 (100%)	-1,5 (-1,6%)
Masculino	52,8 (57,3%)	51,2 (56,5%)	-1,6 (-3,0%)
Feminino	39,3 (42,7%)	39,4 (43,5%)	0,1 (0,2%)
– De 14 a 17 anos	2,4 (2,6%)	1,5 (1,7%)	-0,9 (-37,5%)
– De 18 a 24 anos	12,7 (13,8%)	11,3 (12,5%)	-1,4 (-11,0%)
– De 25 a 39 anos	36,3 (39,4%)	34,4 (38,0%)	-1,9 (-5,2%)
– De 40 a 59 anos	34,7 (37,7%)	36,2 (40,0%)	1,5 (4,3%)
– 60 anos ou mais	6,0 (6,5%)	7,2 (7,9%)	1,2 (20,0%)
Rendimento médio real	R\$2.124,00	R\$2.169,00	R\$45,00 (2,1%)
Massa de rendimento total real	R\$191,0 bilhões	R\$191,5 bilhões	R\$0,5 bilhão (0,3%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Na sequência da descrição a respeito das principais características dos ocupados durante o período de tempo considerado, nota-se que os homens foram mais atingidos negativamente, com a perda de 1,6 milhões de postos de trabalho. As mulheres, ao contrário registraram o aumento de 0,1 milhão de novas vagas.

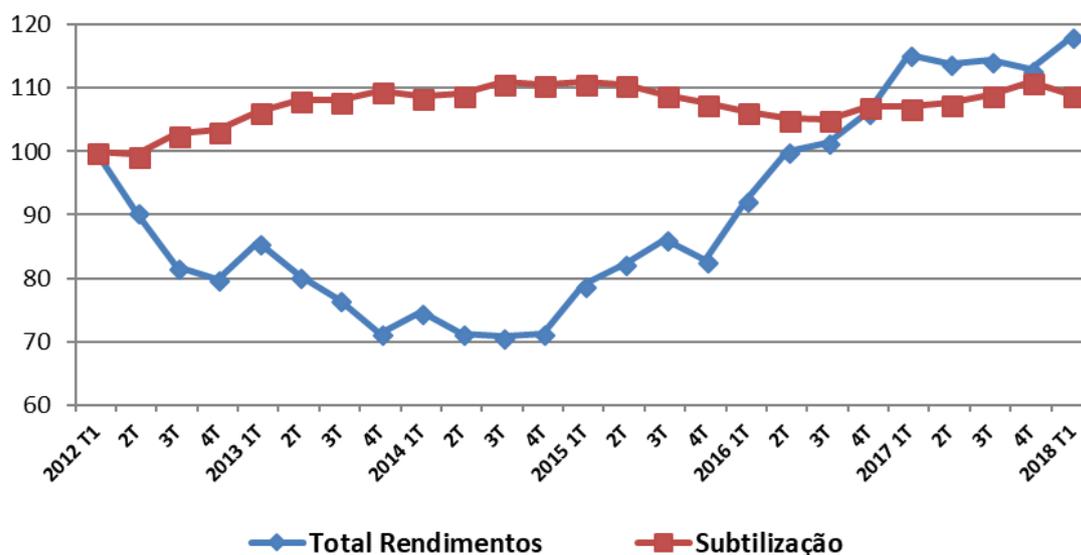
Para os ocupados em conformidade com a faixa etária, observa-se que entre os 14 e 24 anos houve a diminuição no nível de ocupação foi de 2,3 milhões postos de trabalhos. Também no caso da faixa etária de 25 a 39 anos de idade, o nível de ocupação descaiu em 1,9 milhões de vagas.

Somente para as faixas etárias dos trabalhadores acima de 40 anos de idade que terminou havendo saldo positivo na ocupação. No segmento de 40 a 59 anos, por exemplo, a ocupação cresceu em 1,5 milhão de vagas, enquanto para as pessoas com 60

anos e mais de idade, os postos de trabalho aumentaram em 1,2 milhão de novas ocupações.

Por fim, a evolução da massa de rendimentos real dos ocupados do rendimento médio individual. No período do segundo trimestre de 2014 ao primeiro de 2018, a massa de rendimentos subiu decaiu 0,3% em termos reais (R\$ 0,5 bilhão), enquanto o rendimento médio real aumentou 2,1% (R\$ 45,00).

Figura 3 – Evolução do índice da subutilização da força de trabalho e do total dos rendimentos dos ocupados (1º Trimestre de 2014 = 100) – Brasil



Fonte: IBGE/ Contas Nacionais e PNAD Contínua; Elaboração própria.

Diante da trajetória de queda no nível de ocupação a partir da recessão econômica, com a manutenção do valor real da massa de rendimentos dos trabalhadores, o resultado foi a elevação tanto da subutilização dos postos de trabalho existentes como do desemprego. Conforme a literatura especializada, a expansão de uma nova classe trabalhadora do precariado.

4. DECRÉSCIMO ECONÔMICO E DESEMPREGO NACIONAL

A elevação do desemprego em massa se transformou na principal referência relativa ao decréscimo do nível de atividade econômica no Brasil entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018. Com a elevação da força de trabalho em 5,4 milhões de pessoas (5,5%) frente à redução do total das ocupações em 1,5 milhão de vagas (-1,6%), a precarização cresceu significativamente.

Para o mesmo período de tempo, a taxa de subutilização da força de trabalho cresceu 76,4%, com 27,7 milhões de pessoas a procura de trabalho, enquanto a taxa de desemprego aberto elevou-se em 101,5%. Da mesma forma que o perfil dos ocupados foi se alterando em função do decréscimo da economia nacional, também o perfil do desempregado alterou-se segundo características pessoais.

Quadro 6 – Evolução da composição do desemprego segundo grau de instrução – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Desempregada	6,8 (100%)	13,7 (100%)	6,9 (101,5%)
Sem instrução	0,2 (3,3%)	0,4 (2,8%)	0,2 (100%)
Ensino Fundamental	2,3 (34,1%)	4,3 (31,2%)	2,0 (87,0%)
Ensino Médio	3,4 (49,0%)	6,8 (49,9%)	3,4 (100,0%)
Ensino Superior	0,9 (13,6%)	2,2 (16,1%)	1,3 (144,4%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

O contingente de desempregados cresceu mais para os trabalhadores com Ensino Superior (144,4%), uma vez que adicionalmente 1,3 milhão de pessoas justamente nessa faixa de escolaridade ingressaram na condição dos sem ocupação. Na sequência, o crescimento em dobro do desemprego tanto para trabalhadores sem instrução (200 mil a mais de desempregados) como do Ensino Médio (3,4 milhões a mais de desempregados). As pessoas com Ensino Fundamental registraram aumento de 87% na quantidade do desemprego (2 milhões a mais de desempregados) entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro de 2018.

Quadro 7 – Evolução do desemprego segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	2º trimestre de 2017 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Desempregada	6,8 (100%)	13,7 (100%)	6,9 (101,5%)
Branca	2,8 (41,1%)	4,8 (35,2%)	2,0 (71,4%)
Não Branca	4,0 (58,9%)	8,9 (64,8%)	4,9 (122,5%)
Masculino	3,3 (48,0%)	6,7 (49,1%)	3,4 (103,0%)
Feminino	3,5 (52,0%)	7,0 (50,9%)	3,4 (97,1%)
– De 14 a 17 anos	0,6 (9,0%)	1,2 (8,7%)	0,6 (100,0%)
– De 18 a 24 anos	2,3 (34,1%)	4,4 (32,3%)	2,1 (91,3%)
– De 25 a 39 anos	2,5 (36,3%)	4,7 (34,2%)	2,2 (88,0%)
– De 40 a 59 anos	1,3 (18,9%)	3,1 (22,4%)	1,8 (138,5%)
– 60 anos ou mais	0,1 (1,7%)	0,3 (2,5%)	0,2 (100,0%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Quando se considera a evolução do desemprego conforme cor/raça percebe-se que a maior expansão transcorreu para os trabalhadores não brancos (122,5%), ou seja, 4,9 milhões de pessoas que passaram à condição dos sem ocupação. A expansão do desemprego para trabalhadores brancos equivaleu a quase 2/3 do verificado para as pessoas não brancas.

Na trajetória recente do desemprego segundo gênero, percebe-se o aumento levemente maior para os homens (103 %) do que em relação às mulheres (97,1%). Em termos absolutos, a evolução foi equivalente ao adicional de 3,4 milhões de desempregados para mulheres e homens.

Ainda em relação ao aumento na quantidade dos desempregados, nota-se o impacto diferenciado em relação à idade dos brasileiros. A maior expansão absoluta ocorreu na faixa etária de 25 a 39 anos de idade, com adicional de 2,2 milhões, seguida de 2,1 milhões no segmento de 18 a 24 anos.

Ampliando-se a faixa etária para 14 a 24 anos de idade, nota-se que a quantidade de desempregados aumentou em 2,7 milhões, ou seja, quase 40% dos novos

desempregados. Os trabalhadores de 14 a 39 anos de idade corresponderam a 71% do aumento total do número de desempregados no Brasil durante o período analisado.

Ainda na trajetória da força de trabalho sem ocupação, verifica-se que a taxa de desemprego seguiu mais aceleradamente para a mão de obra não branca (122,5%) do que branca (71,4%). Praticamente 2,5 vezes a mais em termos absolutos nos desemprego de pessoas não brancas em relação às pessoas brancas.

No caso da taxa de desempregados por gênero, percebe-se que ela reduziu a distância que separa homens e mulheres. Antes da recessão, a taxa de desemprego feminina (8,2%) era 41,4% superior a dos homens (5,8%), ao passo que no primeiro trimestre de 2018, ela decaiu para 29,3% (15% para mulheres e 11,6% para homens).

Quadro 8 – Evolução da taxa de desemprego segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em %)	1º trimestre de 2018 (em %)	Variação (em %)
PEA Desempregada	6,8	13,1	92,6
Branca	5,5	10,5	90,9
Não Branca	8,2	15,7	91,5
Masculino	5,8	11,6	100,0
Feminino	8,2	15,0	82,9
– De 14 a 17 anos	20,9	43,6	108,6
– De 18 a 24 anos	15,3	28,1	83,7
– De 25 a 39 anos	6,3	11,9	88,8
– De 40 a 59 anos	3,6	7,8	116,7
– 60 anos ou mais	1,9	4,6	142,1

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

A evolução do comportamento na taxa de desemprego aponta a gravidade que assumiu para os segmentos com idade mais precoce. O desemprego atinge mais de 2/5 das pessoas de 14 a 17 anos (43,6% de taxa de desemprego), ao passo que na faixa de 60 anos e mais responde por 4,6%, quase 1/10 da taxa dos jovens desempregados. Na faixa de 18 a 24 anos, a taxa do desemprego subiu de 15,3% para 28,1%. Ou seja, a cada três jovens que se encontram no mercado de trabalho, praticamente um situou-se na condição de desempregado.

Quadro 9 – Evolução da taxa de desemprego no território – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em %)	1º trimestre de 2018 (em %)	Variação (em %)
<i>Brasil</i>	6,8	13,1	92,6
Norte	7,2	12,7	76,4
Acre	9,6	14,4	50,0
Amapá	9,9	21,5	117,2
Amazonas	8,3	13,9	67,5
Pará	7,7	12,2	58,4
Rondônia	4,1	10,4	153,7
Roraima	5,2	10,3	87,3
Tocantins	7,7	11,0	42,9
Nordeste	8,8	15,9	80,7
Alagoas	9,7	17,7	82,5
Bahia	10,1	17,9	77,2
Ceará	7,5	12,8	70,7
Maranhão	7,2	15,6	116,7
Paraíba	8,8	11,7	32,9
Pernambuco	7,9	17,7	124,0
Piauí	7,0	13,2	88,6
Rio Grande do Norte	11,5	14,9	29,6
Sergipe	9,6	17,1	78,1
Sudeste	6,9	13,8	100,0
Espírito Santo	6,5	12,5	81,1
Minas Gerais	6,8	12,6	85,3
São Paulo	7,0	14,0	100,0
Rio de Janeiro	6,4	15,0	134,4
Sul	4,1	8,4	104,9
Paraná	4,1	9,6	134,1
Rio Grande do Sul	4,9	8,5	73,5
Santa Catarina	2,8	6,5	132,1
Centro Oeste	5,6	10,5	87,5
Distrito Federal	9,2	14,0	52,2
Goiás	5,4	10,2	88,9
Mato Grosso	3,9	9,3	138,5
Mato Grosso do Sul	3,9	8,4	115,4

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Do ponto de vista do território nacional, o desemprego também apresenta comportamento bem diferenciado. Entre as cinco grandes regiões geográficas, a taxa de desemprego, a região Sul foi a que mais registrou elevação (104,9%), seguida da região Sudeste (100%), do Centro Oeste (87,5%), Nordeste (80,7%) e Norte (76,4%), embora a maior taxa de desemprego esteja na região Nordeste (15,9%) e a menor na região Sul (8,4%).

O estado da federação com maior elevação na taxa de desemprego foi Rondônia (153,7) e o de menor elevação ocorreu no Rio Grande do Norte (29,6%). Em contrapartida, o estado com a maior alta taxa de desemprego aberto foi Amapá (21,1%) e o com a menor taxa de desemprego em Santa Catarina (6,5%).

Das 27 unidades da federação, constata-se que o conjunto de 12 estados apresenta taxa de desemprego abaixo da média nacional (13,1%) e 15 estados, em contrapartida, acima. Por outro lado, 17 estados registram crescimento na taxa de desemprego abaixo da média nacional (92,6%) e 10 unidades da federação apresentaram acima.

O comportamento desigual do desemprego no território nacional tende a expressar os efeitos da fase de decrescimento do conjunto das atividades econômicas, bem como das trajetórias distintas dos componentes do PIB tanto pelo lado da demanda como pelo lado da oferta. Nesse sentido, os trabalhadores em cada região do Brasil sofreram ações não homogêneas que decorrem da mais grave queda no nível das atividades econômicas, sem, contudo, encontrar nova rota de retomada da produção, renda e emprego no país durante o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as páginas anteriores, nota-se a profundidade com que a fase do decrescimento atingiu a economia brasileira nos últimos anos. O setor secundário foi o principal responsável pela trajetória negativa da produção, enquanto o investimento e as importações registram quedas mais acentuadas durante o período considerado.

Em função disso, o mercado de trabalho expressou comportamento desfavorável, com redução no nível geral das ocupações e o aumento tanto da subutilização da força de trabalho como do desemprego. A precarização cresceu concomitantemente com a massificação do desemprego, com perfis distintos entre os ocupados e os sem ocupações.

Enquanto os jovens apresentaram as maiores taxas de desemprego, a ocupação não declinou nos postos de menor escolaridade. Essas diferenças também marcaram situação do mercado de trabalho considerada do ponto de vista territorial, especialmente para determinados unidades da federação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino. In: ITABORAI, N.; RICOLDI, A.(org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?** Belo Horizonte: Abep, 2016.
- BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CACCIAMALI, M. C.; TATTEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. In: **Revista Estudos Avançados**. Vol. 30, no. 87. São Paulo, mai/ago. 2016.
- CORSEUIL, Carlos Henrique. Decifrando alguns paradoxos do mercado de trabalho brasileiro. In: **Revista Desafios do Desenvolvimento**, n. 83, 2015.
- FERRARI-FILHO, F.; PAULA, L. F. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. In: **Nova Economia**, v.27, n. 1, 2017.
- GUERRA, A. *et al.* **Brasil 2016: Recessão e Golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017
- KREIN, D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.
- MORETTO, A. J. *et al.* **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumentos de inclusão social**. Fortaleza: IDT, 2018.
- OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. In: **Revista Estudos Avançados**. V. 31, n. 89. São Paulo, 2017.
- PAULA, L.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. In: **Revista Estudos Avançados**. Vol. 31, n. 89. São Paulo, 2017.
- PIRES, Manoel C. C. Política econômica e estabilização: uma breve análise da recessão brasileira. In: **Brazilian Keynesian Review**, v.2, n. 2, 2016.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. In: **Revista Estudos Avançados**. V. 23, n. 66. São Paulo, 2009.
- _____. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? In: **Revista Estudos Avançados**. V. 28, n. 81. São Paulo, 2014.
- _____. Terceirização desregulada e seus efeitos no mercado de trabalho no Brasil. In: **Revista do TST**. V. 80, n. 3, Brasília, jul/set 2014.
- _____. **Brasil sem industrialização**. Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. In: **Nota do Cecon**, IE/UNICAMP. Campinas, abril, 2017.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. In: **Center for Economic and Policy Research**, Washington, 2015.

SIMÕES, P. H. C.; ALVES, J. E. D; SILVA, P. L. N. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. V. 33, n. 3. São Paulo, set./dez. 2016.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

AUGE E DECLÍNIO DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: DA ERA LULISTA À POLÍTICA ECONÔMICA DA “PONTE PARA O FUTURO”

*Fernando Augusto Mansor de Mattos*³

*João Hallak Neto*⁴

*Flaviana Candido Oliveira*⁵

*Danielle Carusi Machado*⁶

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os resultados dos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro, nas décadas de 2000 e 2010. Na primeira seção, são apresentadas as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho no período Lula e nos três primeiros anos do governo de Dilma Rousseff. Na segunda seção, discute-se o papel que algumas políticas públicas tiveram para a inclusão social e a melhoria da distribuição de renda ocorrida até o ano de 2015. Na terceira seção, o artigo exibe resultados de alguns indicadores de emprego e de desemprego referentes ao período do presidente empossado, Michel Temer. Nas conclusões, são mencionados os efeitos social e economicamente nocivos do receituário antipopular, ultraliberal e carente de legitimidade política implementado pelo governo Temer.

Palavras-chave: Mercado de trabalho brasileiro; Políticas públicas; Distribuição de renda; Crise econômica.

PEEK AND DECLINE OF THE BRAZILIAN LABOR MARKET INDICATORS: FROM LULA’S ERA TO THE “PONTE PARA O FUTURO” ECONOMIC POLICY

Abstract: The aim of this paper is to analyze the results of the main indicators of the Brazilian labor market in the 2000s and 2010s. In the first section, the main transformations occurred in the labor market during the Lula period and also in the first three years of Dilma Rousseff’s mandate are presented. In the second section, the paper discusses the role that some public policies have played in social inclusion and in the improvement of income distribution up to 2015. In the third section, the results of some indicators of employment and unemployment related to period since the swearing-in of president Michel Temer (who replaced the ousted president Dilma Rousseff) are

³ Professor/pesquisador no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), câmpus do Gragoatá (Niterói – RJ); Pesquisador-visitante no ILAS (Institute of Latin American Studies), na Universidade de Columbia, nos EUA, entre julho de 2017 e junho de 2018. E-mail: fermatt1@hotmail.com

⁴ Doutor em Economia pelo IE da UFRJ e pesquisador-sênior do IBGE. E-mail: joao.hallak@gmail.com

⁵ Economista e Mestre em Economia pela UFF. E-mail: flaviana_can@hotmail.com

⁶ Professora/pesquisadora no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), câmpus do Gragoatá (Niterói – RJ). E-mail: daniellearusi@vm.uff.br

presented. In the conclusions, the social and economically harmful effects of the antipopular, ultraconservative and politically unlawful prescription implemented by the Temer government are mentioned.

Keywords: Brazilian labor market; Public policy; Income distribution; Economic crisis.

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro passou por importantes transformações nos anos 2000. A partir de 2004, a geração de empregos formais tomou grande impulso, de tal maneira que, nos dois mandatos do presidente Lula, foram gerados quase 11 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego diminuía velozmente e o perfil de distribuição de renda do trabalho mostrava melhoria contínua.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff, o cenário externo mudou e a política econômica adotada mostrou incapacidade de promover crescimento da atividade industrial e de estimular os investimentos do setor privado. De todo modo, os principais indicadores de mercado de trabalho ainda mantiveram uma trajetória positiva, embora já demonstrando desaceleração em relação às mudanças ocorridas nos anos de Lula.

A partir do final de 2014, porém, instala-se uma crise política no Brasil, que levaria, sucessivamente, à deposição da presidente reeleita, à posse de Michel Temer e à consequente adoção de uma agenda de aceleradas mudanças nas políticas sociais e na regulação do mercado de trabalho⁷, em favor de uma redução de direitos sociais e trabalhistas e sob o argumento de que tais medidas levariam à recuperação do emprego e da renda dos brasileiros.

Este alegado objetivo, porém – anunciado no documento intitulado “Ponte para o Futuro”, que delineava as diretrizes da política econômica do período Temer -, claramente fracassou, se for interpretado pelos indicadores de geração de postos de trabalho e de taxa de desemprego, conforme pretendemos mostrar neste artigo, que, para além desta breve introdução, é composto por outras três seções. Na segunda seção pretendemos descrever, em linhas sumárias, as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho no período Lula e também nos três primeiros anos do governo de Dilma Rousseff. A terceira seção ressalta o papel de algumas políticas públicas na

⁷ Para um sumário detalhado das “reformas” das leis trabalhistas impostas pelo governo Temer, ver: Mattos (2016).

inclusão social e na melhoria dos indicadores de renda ocorridos até 2015. Nesta seção, serão destacados alguns aspectos regionais que julgamos serem importantes para ilustrar as transformações sociais e econômicas ocorridas no período. Na quarta seção, mostramos alguns indicadores de emprego e de desemprego que estão disponíveis até o momento. Nesta seção, ficam evidentes que os objetivos alegados pela nova administração da economia não tiveram êxito, revelando as dificuldades de um receituário antipopular, ultraliberal e de nenhuma legitimidade política, como o que foi colocado em prática pelo mencionado documento intitulado “Ponte para o Futuro”. Nas conclusões, são feitos breves comentários acerca da incompatibilidade das “reformas” feitas pelo presidente Temer com a geração de empregos e renda para a população brasileira, destacando, especialmente, a falácia das tais “reformas” trabalhistas em termos de sua capacidade de geração de emprego e redução da taxa de desemprego.

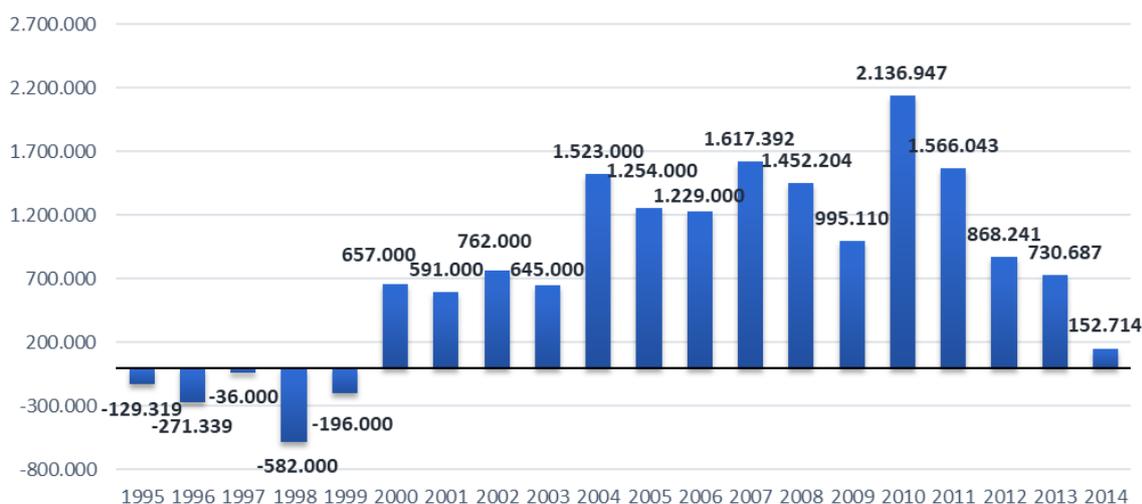
2. AUGES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Nos anos iniciais do século XXI, o mercado de trabalho brasileiro revelou importantes avanços, tanto em termos de geração de postos de trabalho como em termos de renda e de sua distribuição. A progressiva formalização do mercado de trabalho reverteu duas décadas de redução da proporção de trabalhadores que se inseriam no espaço ocupacional sem acesso a Direitos Trabalhistas, Sociais e Previdenciários. Da mesma forma, o período 2003-2014 caracterizou-se pelo crescimento da renda real do trabalho, quer seja medida por pessoa ocupada ou pela renda domiciliar média per capita. Até mesmo o perfil distributivo, que parecia estar condenado a uma eterna deterioração, tanto do ponto de vista da distribuição funcional da renda, como também segundo a ótica da distribuição da renda do trabalho, mostrou sinais de melhoria no período assinalado⁸.

A Figura 1 mostra a trajetória de geração de postos formais de trabalho desde o final do século XX até o ano de 2014:

⁸ Para análises teóricas e dados empíricos sobre a distribuição funcional da renda, ver: Hallak Neto (2013); Hallak Neto e Saboia (2014). Estes dois estudos podem ser complementados pelos trabalhos de Mattos (2005; 2017). Mattos (2005) apresenta uma análise teórico/histórica da relação entre distribuição pessoal e distribuição funcional da renda no Brasil (questões teóricas), enquanto Mattos (2017) apresenta uma descrição e avaliação de como o tema foi tratado no debate econômico brasileiro ao longo do processo de desenvolvimento econômico, tomando um período que se inicia no final do século XIX e que se encerra no período lulista.

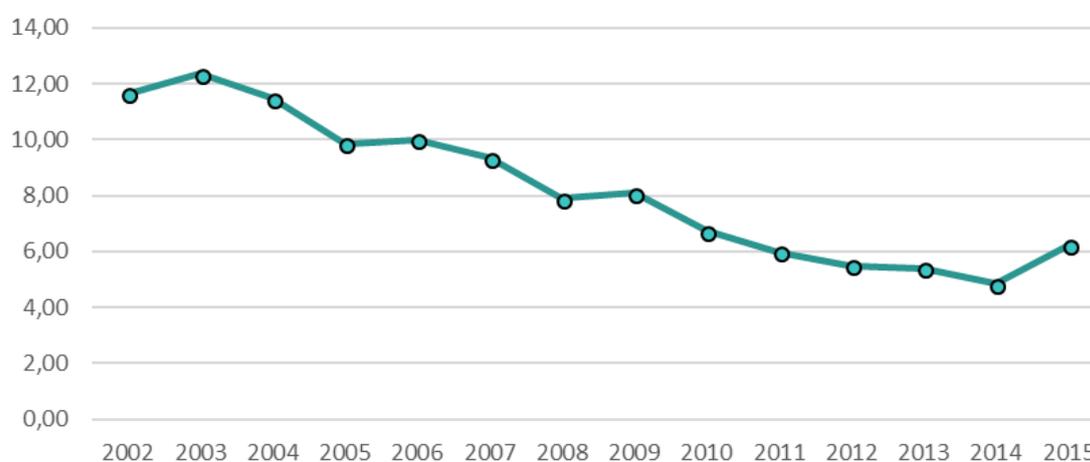
Figura 1 – Geração líquida de postos formais de trabalho no Brasil (1995-2014)



Fonte: CAGED; Elaboração própria.

Concomitantemente, a taxa de desemprego diminuiu, no mesmo período, conforme ilustram as informações da Figura 2, a qual também já mostra que, a partir de 2015, esse processo começa a se reverter (tema da próxima seção).

Figura 2 – Taxa média anual de desemprego no Brasil (2002-2015)



Fonte: PME/IBGE; Elaboração própria.

A Tabela 1 utiliza dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) para ilustrar a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro entre 2002 e 2013. A forma pela qual os dados estão organizados revelam redução da informalidade do mercado de trabalho brasileiro no referido período, quando foram criados cerca de 17 milhões de ocupações, ou 1,5 milhão de ocupações por ano, em média, para o conjunto do país. Nesse mesmo período, a PEA (População Economicamente Ativa) cresceu em 15,6 milhões de pessoas.

Esse crescimento da ocupação acima do crescimento da PEA explica parte da redução significativa do número de desempregados e da taxa de desemprego no período. O vigor da geração de ocupações foi mais expressivo entre 2004 e 2008, justamente quando foi também mais intenso o crescimento do PIB. Nesse intervalo de tempo, houve rápida redução do desemprego, que era ainda relativamente alto em 2004. Os dados permitem concluir que a redução do desemprego ocorrida entre 2004 e 2008⁹ representou cerca de 17% do total de postos de trabalho criados no período, sendo que os outros 83% resultaram de absorção de pessoas oriundas da expansão da PEA. Tomando-se o período 2008-2013, porém, que se inicia com uma taxa de desemprego inferior ao início do período anterior, a contribuição da expansão da PEA para o total de postos de trabalho criados saltou para 92%, contra apenas 8% da contribuição da redução do desemprego, em termos líquidos, entre os dois anos extremos do aludido período.

Mais do que apenas tratar da expansão da ocupação, deve-se salientar que houve um processo de expressivo aumento da formalização das relações de trabalho¹⁰, medida, no caso dos indicadores da Tabela 1, como a somatória entre emprego assalariado com carteira assinada com os funcionários estatutários do setor público e os empregadores¹¹. O indicador de formalização do mercado de trabalho assim medido saltou de 39,9% do conjunto dos ocupados em 2002 para 51,0% em 2013, revertendo um processo quase contínuo de expansão da informalidade que vinha ocorrendo desde o início dos anos 1980, perdurando por todos os anos 1990.

Desta maneira, pode-se concluir que o crescimento da economia, ao lado da expansão das políticas públicas, entre as quais se inclui a valorização real expressiva do salário mínimo, e o próprio aquecimento do mercado interno, potencializado pela expansão da massa salarial e pela trajetória de redução da taxa de desemprego, tornaram

⁹ Conforme nota Baltar (2015), este foi o período de maior crescimento desde que se iniciou o processo de abertura da economia brasileira.

¹⁰ A formalização do mercado de trabalho significa que uma proporção maior dos ocupados encontra-se protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira e revela um processo de estruturação do mercado de trabalho, o que, por sua vez, pode criar um círculo virtuoso por meio do qual o aumento da formalização foi resultado do crescimento da economia e de ações do Estado em favor do cumprimento da legislação e também no sentido de ampliar políticas públicas, como por exemplo a expansão do crédito consignado, que não somente ampliou o consumo, como incentivou a formalização das relações de trabalho. Ambos, crescimento e formalização mutuamente se fortalecem, uma vez que se torna mais estável a demanda dos trabalhadores por bens e serviços, e conseqüentemente a produção e o emprego.

¹¹ Existem situações de assalariamento com carteira assinada no emprego doméstico, mas optou-se por considerar aqui todo o emprego doméstico como pertencente ao setor informal da economia, dada a sua peculiaridade em termos de inserção no mercado de trabalho.

possível reverter o processo de informalização das relações de trabalho que vinha ocorrendo desde o início dos anos 1980 e que haviam marcado as duas últimas décadas do século XX¹².

Tabela 1 – Indicadores selecionados do mercado de trabalho, Brasil, em números absolutos (em milhões), ou dados em percentual, quando especificado (2002-2013)

Indicadores/Ano	2002	2004	2005	2007	2008	2009	2012	2013	Dif. (*)
PIA (1)	143,122	150,846	153,722	157,777	160,514	164,640	171,032	173,132	30,010
PEA (2)	87,750	93,563	96,682	97,875	99,478	102,281	102,460	103,401	15,651
Ocupados (3)	79,709	85,246	87,695	89,928	92,402	93,784	96,098	96,659	16,950
Desocupados	8,041	8,317	8,987	7,947	7,076	8,497	6,363	6,742	-1,299
Taxa de desemprego (em %)	9,16	8,89	9,30	8,12	7,11	8,31	6,21	6,52	-2,64
Total de Empregados	43,233	46,969	48,209	51,431	54,103	54,914	59,401	59,901	16,668
Empregados com registro em carteira	23,367	25,800	27,126	29,735	31,834	32,743	37,780	38,513	15,146
Militares e funcionários públicos estatutários (**)	5,092	5,605	5,516	6,131	6,409	6,697	7,070	7,138	2,046
Empregados sem registro em carteira	14,775	15,563	15,567	15,565	15,860	15,475	14,552	14,250	-0,525
Trabalhadores domésticos	6,174	6,515	6,694	6,652	6,612	7,295	6,511	6,474	0,300
Trabalhadores por conta-própria	17,747	18,740	18,980	19,064	18,719	19,209	19,832	19,924	2,177
Trabalhadores para o próprio consumo	3,306	3,536	4,078	4,058	4,176	3,936	3,822	4,342	1,036
Empregadores	3,380	3,500	3,705	3,368	4,145	4,035	3,620	3,623	0,243
Não-remunerados	5,868	5,986	6,030	5,355	4,648	4,395	2,912	2,395	-3,473
PARTICIPAÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL (em %) (***)	39,9	40,9	41,4	43,6	45,9	46,4	50,4	51,0	11,03
PARTICIPAÇÃO DA OCUPAÇÃO PRECÁRIA (em %) (****)	60,1	59,1	58,6	56,4	54,1	53,6	49,6	49,0	-11,03

Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração própria.

Nota 1: População com 10 ou mais anos de idade;

Nota 2: População com 10 ou mais anos de idade e economicamente ativa;

Nota 3: Trabalhadores ocupados na semana de referência,

(*) Diferença, em números absolutos, entre 2013 e 2002. Nos casos da taxa de desemprego e dos índices de formalização, dados em pontos percentuais.

(**) Não inclui celetistas que trabalham no setor público.

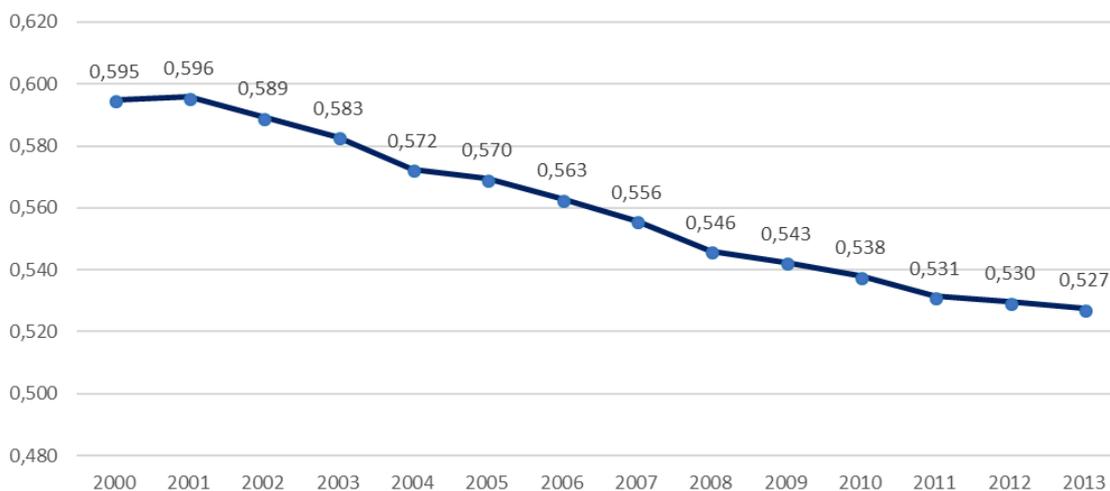
(***) Inclui trabalhadores com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários e empregadores.

(****) Inclui todas as demais formas de ocupação, não mencionadas acima.

¹² A queda da participação relativa do emprego doméstico, bem como a queda em números absolutos do total de ocupados sem rendimentos devem ser interpretadas também como fenômenos positivos das transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro no período em questão. No caso dos não-remunerados, boa parte da explicação encontra-se na redução – que vem de longo tempo – da participação relativa das atividades agrícolas (onde esta forma de inserção ocupacional é mais comum do que em outras atividades) na estrutura produtiva da economia. Mas este fenômeno se deve também aos efeitos de programas sociais, como o Bolsa Família, que retira jovens em condições de emprego precárias do mercado de trabalho. Dados recentes e vários estudos mostram que, nos últimos anos, a taxa de participação de jovens no mercado de trabalho brasileiro vem diminuindo significativamente (ver, por exemplo, Baltar et alí, 2010), também devido a fatores demográficos (vamos tratar desse aspecto na próxima seção deste artigo).

Ao mesmo tempo em que ocorriam estas transformações dos principais indicadores de mercado de trabalho, a desigualdade da renda do trabalho também diminuía recorrentemente, ano a ano, no período, conforme mostram os Indicadores de índice de Gini da Figura 3:

Figura 3 – Evolução do índice de Gini, Brasil (2000-2013)



Fonte: IPEADATA; Elaboração própria.

Na próxima seção, pretendemos fazer uma análise mais detida acerca das transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos anos mencionados.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E INDICADORES DE RENDA

As mudanças positivas ocorridas no mercado de trabalho no período mencionado, bem como sua posterior deterioração, tiveram impactos regionais que não podem ser ignorados e que, analisados, ajudam a compreender o cenário de transformações do mundo do trabalho no período em tela.

Não se pretende aqui fazer uma análise exaustiva das políticas sociais adotadas durante os mandatos dos Presidentes Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), mas apenas ilustrar alguns aspectos importantes das mesmas, notadamente no que tange aos seus impactos sobre os indicadores de renda e de ocupação.

Um elemento importante que tem impacto na oferta da mão de obra refere-se à política de expansão do ensino superior.

Estudos como os de Barros (2015) e de Vieira (2017) discutem as políticas direcionadas para a expansão e democratização do ensino superior no Brasil no século XXI, período em que se presencia no país uma ampliação significativa do número de

instituições de ensino superior e de matrículas em cursos de graduações presenciais. Esse contexto assume característica de desconcentração territorial, favorecendo de forma significativa as regiões Norte e Nordeste, regiões que apresentaram as maiores taxas de crescimento no número de matrículas e de novas instituições. Para esse processo de ampliação, Barros (2015) destaca o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni), os quais, juntamente com a política de cotas, permitiu ampliação do ensino com maior inclusão social.

Dados da Sinopse Estatística da Educação Superior, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação¹³, revelam o dinamismo da expansão do número de matrículas nos cursos de graduações presenciais e no número de instituições entre 2000 e 2015, na qual as regiões menos desenvolvidas elevam seus pesos de participação, com destaque para o Nordeste. No Brasil, o volume de matrículas salta de 2,7 milhões, em 2000, para 6,6 milhões, em 2015. Ou seja, teve seu número multiplicado 2,5 vezes. No Nordeste, o número de matrículas salta de 414 milhões, em 2000, para 1,433 milhões, em 2015, elevando seu peso no total nacional (passa de 15,4% para 21,6%), sendo a região que conseguiu o maior ganho de participação no período, seguido por todos os estados nordestinos.

Em relação ao número de instituições de ensino superior (IES), há uma ampliação de 100% no mesmo período nacionalmente, enquanto no Nordeste ocorre elevação de 190%, ao passar de um total de 157 instituições, em 2000, para 456, em 2015.

Esta expansão do acesso às universidades tem impacto importante na inserção dos jovens no mercado de trabalho, tanto porque os qualifica melhor para o futuro, quanto porque, notadamente enquanto houve expansão da renda familiar, pode retardar a entrada dos mesmos nos mercados de trabalho de todas as regiões do Brasil, reduzindo a taxa de participação no mercado de trabalho (relação PEA/PIA) e ampliando as condições favoráveis para a redução da taxa de desemprego.

Do ponto de vista da geração de renda, tiveram papel essencial o Programa Bolsa Família (PBF) e a ampliação do programa de Benefício de Prestação Continuada

¹³ Disponível em: <inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 14 jan. 2018.

(BPC), que contaram com expressiva ampliação do volume de recursos e do número de beneficiários, sobretudo na região Nordeste. Os efeitos do BPC foram especialmente significativos pelo fato de que o valor real do salário mínimo, que serve como piso para os benefícios pagos, teve um crescimento expressivo no período¹⁴.

A Tabela 2 descreve a trajetória dessas duas políticas sociais para o Brasil e o Nordeste:

Tabela 2 – Brasil e Nordeste: Dinâmica das Políticas Sociais, beneficiários e volumes de recursos (em valores constantes de 2015, deflacionados pelo INPC), 2003 a 2015

Anos	Benefício da Prestação Continuada					Programa Bolsa Família				
	Brasil		Nordeste			Brasil		Nordeste		
	Recursos (R\$ milhões)	Benefícios (Mil benefícios)	Recursos (R\$ milhões)	% no total de recursos	Benefícios (Mil benefícios)	Recursos (R\$ milhões)	Famílias beneficiárias (mil famílias)	Recursos (R\$ milhões)	% no total de recursos	Famílias beneficiárias (mil famílias)
2003	9.066	1.701	3.469	38,3	647	--	--	--	--	--
2004	10.957	2.061	4.063	37,1	753	7.146	6.572	4.096	57,3	3.320
2005	13.497	2.277	4.891	36,2	822	10.210	8.700	5.352	52,4	4.246
2006	16.958	2.477	6.095	35,9	888	13.129	10.966	6.888	52,5	5.443
2007	19.161	2.681	6.868	35,8	960	14.876	11.043	7.857	52,8	5.574
2008	21.482	2.934	7.674	35,7	1.047	16.528	10.558	8.808	53,3	5.445
2009	25.234	3.167	8.994	35,6	1.130	18.642	12.371	9.826	52,7	6.208
2010	28.262	3.402	10.126	35,8	1.222	20.205	12.778	10.659	52,8	6.455
2011	30.288	3.595	10.898	36,0	1.296	23.011	13.361	11.917	51,8	6.826
2012	34.235	3.772	12.362	36,1	1.364	26.401	13.902	13.554	51,3	7.049
2013	37.133	3.964	13.439	36,2	1.435	29.423	14.086	15.309	52,0	7.034
2014	39.105	4.130	14.188	36,3	1.501	30.254	14.003	15.713	51,9	7.100
2015	39.646	4.243	14.407	36,3	1.541	27.650	13.937	14.347	51,9	6.936

Fonte: Ministério da Previdência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Elaboração própria.

Nota: Programa Bolsa Família é criado em 2004¹⁵

Os gastos federais destinados ao BPC no país passaram de um volume de recursos de R\$ 9,1 bilhões em 2003 (valores constantes de 2015) para R\$ 39,6 bilhões em 2015. Ao longo dos 12 anos, os valores gastos com esses benefícios mais que quadruplicaram e o número de benefícios mais que duplicou para o conjunto do País. Neste contexto de ampliação da proteção social ao idoso e à pessoa portadora de

¹⁴ A título de ilustração, registre-se que o valor real do salário mínimo cresceu cerca de 67% entre 2004 e 2013.

¹⁵ O PBF foi criado pela Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto Nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

deficiência, o Nordeste se tornou o principal receptor, concentrando 38,3% dos recursos, em 2003, e mantendo-se um percentual próximo a este ao longo de todo o período.

O volume de benefícios na região passa de um total de 647 milhões, em 2003, para 1,541 bilhões, em 2015. A região Nordeste manteve a ampliação, tanto de volume de recursos quanto do número de benefícios, em patamares semelhantes ao registrado nacionalmente, mais que quadruplicando o primeiro e mais que duplicando o segundo. Vale ressaltar que o volume de recursos do BPC destinado ao Nordeste no ano de 2003 foi na ordem de 0,6% do PIB da região (relação entre os valores correntes). Já em 2015, passou a representar percentual de 1,7% do PIB da região.

Os dados do Bolsa Família, programa de transferência direta de renda, criado para beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, também se encontram na Tabela 2¹⁶. Observa-se que ao longo do período, 50% das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família moravam no Nordeste e foram destinados mais de 50% do volume de recursos do programa para esta região. Em 2004, foram canalizados para a região 57,3% do total de recursos do PBF. Em 2015, o percentual continuou bastante elevado: 51,9%.

A comparação da trajetória deste programa, em termos de volume de recursos e de total de famílias beneficiadas, para o Brasil e Nordeste, expressa de forma mais acentuada a vulnerabilidade social na região Nordeste. Há uma maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica com o perfil de beneficiárias do programa. É nesta região que se concentra o maior número de famílias beneficiárias. O alcance ampliado do programa favoreceu, portanto, o combate à pobreza e à exclusão social, com evidentes efeitos regionais.

Cohn (2010), ao fazer um estudo sobre o potencial do PBF como política de Estado, enfatiza a importância de sua implementação em conjunto com outras políticas nacionais sociais, setoriais e de ampliação de renda, pois criou elementos para a superação da miséria. Com isso, a autora aponta que o programa de forma associada a outras políticas possibilitou articulação entre políticas de âmbito econômico e social. E,

¹⁶ Em 2015, para a concessão de benefícios do PBF, o MDS classificava como famílias extremamente pobres aquelas com rendimento mensal per capita de até R\$ 77,00 e as famílias em situação de pobreza aquelas que tinham como rendimento mensal per capita de até R\$ 154,00. Os valores atuais são, respectivamente, R\$ 85, 00 e R\$ 170,00. Disponível em: <mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>. Acesso em: 12 mai. 2018.

assim, proporcionou dinamismo às economias locais e a ampliação do mercado interno, gerando impactos positivos na economia e no mercado de trabalho.

Estas ações se revelam “como investimentos na própria economia, e não como mero gastos” (COHN, 2010, p. 227). Neste sentido, as políticas sociais não atuaram apenas na redução da pobreza absoluta de forma expressiva no Nordeste, mas contribuíram para incluir no mercado de consumo um contingente populacional antes excluído, estimulando o investimento local via geração de demanda por consumo.

Um aspecto pouco trabalhado acerca dos efeitos dessas e de outras políticas sociais pode ser medido pelo seu impacto sobre as taxas de participação e, conseqüentemente, sobre a taxa de desemprego. Olhando-se os dados de forma desagregada por faixa etária, estas questões ficam mais evidentes, como ocorre na Tabela 3. Esta tabela revela que, justamente na faixa etária dos mais jovens é que a taxa de participação mais decresceu no período. Os últimos dados disponíveis da PNAD vão até 2015, e permitem ilustrar esse aspecto importante do mercado de trabalho, com impactos favoráveis sobre a taxa de desemprego – notadamente entre os mais jovens. Pode-se perceber, comparando-se os dados de 2015 com os imediatamente anteriores, que a taxa de desemprego já começou a subir em 2013, sendo sua trajetória especialmente mais expressiva justamente entre os jovens¹⁷.

Tabela 3 – Evolução de indicadores do mercado de trabalho por faixa etária, Brasil (2004 a 2015)

INSERÇÃO NO MT	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
TODAS AS IDADES (16 anos de idade ou mais)											
PIA	130084	132852	135495	138035	141056	143404	148181	150551	153043	155719	158161
PEA	90599	93505	94976	96132	98227	99949	99706	100838	101906	105175	104205
PNEA	39474	39337	40519	41903	42829	43455	48476	49713	51137	50544	53957
PO	82676	84975	87112	88480	91382	91812	93165	94735	95407	98112	94395
PD	7923	8530	7864	7651	6845	8137	6541	6103	6499	7062	9810
Taxa de desocupação	8,7	9,1	8,3	8,0	7,0	8,1	6,6	6,1	6,4	6,7	9,4
Desemprego / PIA	6,1	6,4	5,8	5,5	4,9	5,7	4,4	4,1	4,2	4,5	6,2
Ocup /PIA	63,6	64,0	64,3	64,1	64,8	64,0	62,9	62,9	62,3	63,0	59,7
Tx. Participação (PEA/PIA)	69,6	70,4	70,1	69,6	69,6	69,7	67,3	67,0	66,6	67,5	65,9

¹⁷ A longa série da PNAD foi encerrada pelo IBGE em 2015 e substituída pela PNAD Contínua, pesquisa também de âmbito nacional, mas de periodicidade trimestral, que tem sua origem no ano de 2012.

Continuação Tabela 3:

INSERÇÃO NO MT	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
16 a 24 anos											
PIA	31528	31828	31373	30665	30427	30181	29883	29841	29794	29704	29439
PEA	21402	22041	21331	20781	20566	20321	19093	19010	18414	18903	18078
PNEA	10123	9783	10042	9884	9861	9859	10790	10831	11380	10802	11360
PO	17567	17833	17558	17331	17418	16739	16227	16279	15690	15767	13964
PD	3835	4208	3773	3451	3148	3582	2866	2732	2724	3136	4114
Taxa de desocupação	17,9	19,1	17,7	16,6	15,3	17,6	15,0	14,4	14,8	16,6	22,8
Desemprego / PIA	12,2	13,2	12,0	11,3	10,3	11,9	9,6	9,2	9,1	10,6	14,0
Ocup /PIA	55,7	56,0	56,0	56,5	57,2	55,5	54,3	54,6	52,7	53,1	47,4
Tx. Participação (PEA/PIA)	67,9	69,3	68,0	67,8	67,6	67,3	63,9	63,7	61,8	63,6	61,4
25 a 39 anos											
PIA	41997	42751	43519	44403	44791	45879	47014	47099	47406	47415	47314
PEA	34829	35783	36300	36971	37469	38654	38892	38864	39216	39584	39207
PNEA	7161	6964	7219	7432	7322	7224	8121	8235	8191	7830	8107
PO	32171	32976	33629	34238	35038	35664	36481	36665	36776	37080	35681
PD	2658	2807	2671	2733	2431	2990	2411	2199	2440	2505	3526
Taxa de desocupação	7,6	7,8	7,4	7,4	6,5	7,7	6,2	5,7	6,2	6,3	9,0
Desemprego / PIA	6,3	6,6	6,1	6,2	5,4	6,5	5,1	4,7	5,1	5,3	7,5
Ocup /PIA	76,6	77,1	77,3	77,1	78,2	77,7	77,6	77,8	77,6	78,2	75,4
Tx. Participação (PEA/PIA)	82,9	83,7	83,4	83,3	83,7	84,3	82,7	82,5	82,7	83,5	82,9
40 a 49 anos											
PIA	23110	23491	24057	24910	25657	25734	26579	26966	27203	27664	28144
PEA	18534	18921	19484	20179	20707	21040	21241	21718	21892	22457	22683
PNEA	4576	4569	4573	4731	4949	4695	5337	5248	5311	5207	5460
PO	17613	17979	18598	19246	19923	20091	20465	21006	21081	21615	21402
PD	921	943	886	933	784	949	776	712	811	842	1281
Taxa de desocupação	5,0	5,0	4,5	4,6	3,8	4,5	3,7	3,3	3,7	3,7	5,6
Desemprego / PIA	4,0	4,0	3,7	3,7	3,1	3,7	2,9	2,6	3,0	3,0	4,6
Ocup /PIA	76,2	76,5	77,3	77,3	77,7	78,1	77,0	77,9	77,5	78,1	76,0
Tx. Participação (PEA/PIA)	80,2	80,5	81,0	81,0	80,7	81,8	79,9	80,5	80,5	81,2	80,6
50 anos ou mais											
PIA	33448	34783	36546	38056	40181	41611	44707	46645	48639	50936	53264
PEA	15834	16759	17861	18201	19484	19934	20479	21246	22385	24231	24236
PNEA	17614	18021	18685	19856	20697	21677	24227	25399	26255	26705	29028
PO	15325	16187	17327	17666	19002	19318	19992	20786	21860	23651	23348
PD	509	572	534	535	482	616	487	460	525	580	888
Taxa de desocupação	3,2	3,4	3,0	2,9	2,5	3,1	2,4	2,2	2,3	2,4	3,7
Desemprego / PIA	1,5	1,6	1,5	1,4	1,2	1,5	1,1	1,0	1,1	1,1	1,7
Ocup /PIA	45,8	46,5	47,4	46,4	47,3	46,4	44,7	44,6	44,9	46,4	43,8
Tx. Participação (PEA/PIA)	47,3	48,2	48,9	47,8	48,5	47,9	45,8	45,5	46,0	47,6	45,5

Fonte: PNAD; Elaboração própria.

Nota: Populações em milhares e taxas em percentual.

As transformações ocorridas no mercado de trabalho, combinada com os efeitos das políticas sociais, impactaram na trajetória dos rendimentos do conjunto da economia. A Tabela 4 propõe uma forma original de interpretar os rendimentos pessoais, incluindo os rendimentos do trabalho e os rendimentos provenientes de outras fontes:

Tabela 4 – Participação na massa de renda total por tipo de renda, Brasil e Nordeste, anos selecionados

Pessoas com 10 anos ou mais com rendimento maior que zero								
Tipos de Renda	% Renda Total - Brasil				% Renda Total - Nordeste			
	2003	2007	2013	2015	2003	2007	2013	2015
Trabalho Principal	73,5	73,8	74,6	73,4	67,8	67,5	66,6	65,6
Todos os Trabalhos	76,5	76,8	77,0	75,4	72,1	71,2	70,0	68,2
Aposent. Pública	14,4	13,6	14,6	15,7	18,1	16,7	17,6	19,0
Outras Aposent.	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Pensão Pública	4,2	4,5	3,9	4,1	4,6	5,1	4,4	4,8
Outras Pensões	1,0	1,0	0,8	0,8	0,9	1,1	0,8	0,9
Doações	0,7	0,6	0,3	0,4	1,2	0,9	0,4	0,6
Permanência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aluguel	1,8	1,5	1,2	1,1	1,1	0,9	1,1	0,9
Juros e outros	1,1	1,6	2,0	2,1	1,6	3,7	5,3	5,3
Renda Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD/ IBGE (2003-2015); Elaboração própria.

Nota 1: Apenas pessoas com 10 anos ou mais.

Nota 2: Apenas rendimentos positivos em cada rubrica.

Nota 3: Massa de renda = $\sum p_i \sum kyik$, em que p_i é o peso amostral do indivíduo i e yik é a renda do indivíduo i no componente de renda k .

Nota 4: Valores reais deflacionados pelo INPC com setembro de 2015 = 100.

É importante ressaltar que as políticas sociais e de valorização do salário mínimo afetaram positivamente outras fontes de rendimento, além dos rendimentos do trabalho (rendimentos mais comumente analisados em estudos e séries históricas de perfil distributivo), tais como os rendimentos provenientes dos programas sociais e das aposentadorias e pensões públicas. Novamente, a comparação do que ocorreu no conjunto do país com o que ocorreu especificamente no Nordeste ajuda a compreender o alcance e a natureza das políticas sociais adotadas no período.

O objetivo da análise proposta é conhecermos o comportamento da participação relativa de cada categoria de renda na estrutura pessoal da renda neste período.

Conforme mencionado, as políticas de transferências de renda e de valorização do salário mínimo impactam as diferentes fontes de rendimentos. A influência da primeira recai sobre a evolução da categoria de rendimento pessoal “juros e outros” da PNAD. Nestas são registradas as rendas oriundas dos programas sociais de transferência de renda. A segunda, além de impactar na categoria “juros e outros” - via benefícios sociais como BPC e Renda Mínima Vitalícia, cuja remuneração é o salário mínimo – afetam também os rendimentos do trabalho e de aposentadorias e pensões. Logo, focalizar no comportamento dessas categorias de fontes de rendimentos que compõem a estrutura da renda do indivíduo é importante para visualizarmos a capacidade dessas políticas modificarem esta estrutura, no Nordeste e no Brasil. A análise da estrutura de rendimento para o período de 2003 a 2015 também visa o conhecimento dos ganhos reais alcançados pelas diferentes categorias de rendimentos pessoais.

Nesse sentido, a Tabela 4 apresenta a trajetória de participação das diferentes fontes de rendimento em relação à massa total de rendimento. No agregado nacional, constatamos que houve pouca mudança na evolução da estrutura de participação de cada categoria da renda. Disto pode-se interpretar que os ganhos de dinamismo do mercado de trabalho, das políticas sociais e de ampliação dos benefícios previdenciários seguiram trajetória de modo a não gerar grandes mudanças na estrutura pessoal da renda. O que significa que os ganhos reais dessas fontes de rendimentos ou trilharam trajetória semelhantes, ou, para aquelas categorias que registraram ampliação mais significativa, sua capacidade de alcançar maior participação na renda total foi limitada.

Já no caso do Nordeste, o comportamento destes indicadores difere da média nacional. Observa-se uma mudança da participação da renda da categoria “Juros e outros” na renda total. Esta categoria tinha participação de 1,6% na massa total de rendimento em 2003. Em 2013, essa participação foi para 5,3%, mantendo esse percentual em 2015. Como destaca Hoffmann (2013), as rendas de caráter progressivo, oriundas das políticas sociais que também compõem essa categoria de rendimento, ampliaram sua participação na renda total dessa variável a partir da primeira década de 2000. Assim, a literatura tem atribuído a ampliação da participação da fonte de rendimento “juros e outros” na renda total às políticas de transferências de renda. Por outro lado, é importante pontuar que embora as políticas sociais, em especial o programa Bolsa Família, produzam impactos positivos em todas as regiões, há uma especificidade deste efeito no Nordeste, onde há maior concentração de pessoas dentro

do perfil de beneficiário dessas políticas. Pelos dados extraídos do Ministério do desenvolvimento Social (MDS), pode-se afirmar que, no período de 2004 a 2015, cerca de 50% dos beneficiários do PBF eram residentes no Nordeste.

Outro aspecto que podemos observar pelos dados da Tabela 4 é que, dada a condição de atraso regional, em termos socioeconômicos e mercado de trabalho, a composição da estrutura de rendimento pessoal da região carrega característica um pouco distinta da estrutura observada para o conjunto do país. O rendimento do trabalho também é a principal fonte de rendimento dos agentes econômicos no Nordeste, mas a participação desta categoria de rendimento na renda total pessoal é menor de que a observada nacionalmente. As categorias de rendimentos com perfis de transferências preenchem espaços mais amplos no Nordeste, como a aposentadoria e pensão pública, assim como a categoria que agrega os rendimentos oriundos dos programas de transferência de renda. No Nordeste, houve redução da participação da renda da categoria trabalho e da aposentadoria pública na renda total pessoal, entre 2003 e 2013, enquanto a categoria de rendimento “juros e outros” registrou ampliação de participação na renda total pessoal (1,6%, em 2003, para 5,3%, em 2013). Nesse particular, pode se apontar a expressividade que ganhou os rendimentos oriundos do Programa Bolsa Família e BPC no Nordeste e que em grande medida explica o comportamento dessa variável na região, principalmente se considerarmos a estrutura de rendimento pessoal classificando os indivíduos segundo estrato de rendimento, como ocorre na Tabela 5, a seguir¹⁸.

Observando as estruturas de rendimento para os estratos dos 40% mais pobres em comparação a estrutura de rendimento do estrato dos 20% mais ricos (que possui maior probabilidade de auferir rendimentos de aplicações financeiras – juros, também incluídos na mesma variável da PNAD que registra os rendimentos oriundos de transferências sociais), a participação da fonte de renda “juros e outros” para o primeiro estrato se altera sobremaneira (Tabela 5).

¹⁸ Para dividir a população segundo estrato de rendimento foi utilizada como variável para gerar a separatriz a renda domiciliar per capita.

Tabela 5 – Participação na massa de renda total dos 40% mais pobre e dos 20% mais ricos por tipo de renda, Brasil e Nordeste, anos selecionados

Tipos de Renda	Brasil						Nordeste					
	% Ren. total dos 40% (-)			% Ren. total dos 20% (+)			% Ren. total dos 40% (-)			% Ren. total dos 20% (+)		
	2003	2013	2015	2003	2013	2015	2003	2013	2015	2003	2013	2015
Trabalho Principal	76,7	72,0	70,6	72,2	75,3	74,0	73,2	61,8	62,5	68,5	70,4	69,9
Todos os Trabalhos	78,0	72,6	71,1	76,2	78,9	77,1	75,8	62,6	63,2	74,3	75,8	74,0
Aposent. Pública	10,9	11,5	12,1	14,7	14,0	15,7	10,0	9,1	9,3	16,9	15,7	17,4
Outras Aposent.	0,1	0,1	0,1	0,5	0,5	0,6	0,0	0,1	0,2	0,5	0,6	0,4
Pensão Pública	4,2	3,7	3,8	3,9	3,6	3,8	3,1	3,0	3,0	4,3	4,2	4,7
Outras Pensões	1,6	1,5	1,6	0,8	0,6	0,6	1,0	1,4	1,6	0,9	0,7	0,7
Doações	1,6	0,5	1,0	0,6	0,2	0,3	3,0	0,9	1,6	0,9	0,2	0,4
Permanência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aluguel	0,4	0,2	0,3	2,3	1,7	1,5	0,2	0,2	0,2	1,6	1,7	1,4
Juros e outros	3,2	9,9	9,9	0,9	0,5	0,4	6,9	22,7	20,9	0,6	1,1	1,0
Renda Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD/ IBGE (2003-2015); Elaboração própria.

Nota 1: Apenas pessoas com 10 anos ou mais.

Nota 2: Apenas rendimentos positivos em cada rubrica.

Nota 3: Massa de renda = $\sum_i p_i \sum_k y_{ik}$, em que p_i é o peso amostral do indivíduo i e y_{ik} é a renda do indivíduo i no componente de renda k .

Nota 4: Valores reais deflacionados pelo INPC com setembro de 2015 = 100.

Para o Brasil, esta categoria tinha uma participação na renda total pessoal de 3,2%, em 2003, passando para 9,9% em 2015. No Nordeste, de uma participação de 6,9%, em 2003, saltou para 20,9% em 2015. Já para os 20% mais ricos, a participação da categoria da renda “juros e outros” na renda total pessoal pouco se altera entre 2003 e 2015, tendo percentuais de participação sempre bastante baixos. Essa última característica pode se associar ao problema de subestimação de renda pela PNAD, sobretudo para os mais ricos, como aponta o trabalho de Barros, Cury e Ulyssea (2007), pois as características de baixa participação da fonte de rendimento oriundos da categoria “juros e outros” se verifica para os 1% mais ricos.

A opção por tratar os dados segundo um viés regional evidencia o papel das transferências nas rendas pessoais e, em especial, nas rendas dos mais pobres – que se concentram principalmente (não exclusivamente) na região Nordeste. O diferencial apresentado por essa categoria da renda na estrutura do agregado regional ocorreu em função do dinamismo das políticas sociais. Por essas políticas, um número significativo

de pessoas situados na base da pirâmide social pôde ampliar e diversificar as fontes de rendimento. Por outro lado, o seguimento dos mais ricos com uma estrutura de ganhos mais consolidada, manteve-se sem grandes alterações.

É importante destacar que, em 2015, no Nordeste, a participação da renda de “juros e outros” na renda total para os 40% mais pobre já apresentou um movimento de retração, quando comparado a 2013. Esse comportamento está associado ao decréscimo registrado na renda desta categoria no subperíodo de 2013 a 2015. Estudo de Oliveira (2018) mostra que a média de rendimento auferido pelo indivíduo, oriundos desta categoria da renda, registrou o maior decréscimo no subperíodo (2,9% a.a.). A média de rendimento do trabalho principal decresce 1,2% a.a e o rendimento total (1,8% a.a.). Este estrato populacional, para o agregado nacional, registrou taxa de crescimento para a renda média da categoria “juros e outros” (1,9% a.a.) e decréscimos mais tímidos para as médias de rendimento oriundos do trabalho principal (0,5% a.a.) e da renda pessoal total (0,7%). Dessa forma, o subperíodo em que se inicia a reversão do ciclo econômico já traz perdas reais para a maioria das categorias da renda que compõe a estrutura da renda pessoal dos agentes econômicos. Estas perdas reais para o estrato dos 40% mais pobre se mostrou mais sensível no Nordeste (OLIVEIRA, 2018).

Essas mudanças na composição da renda evidenciam o papel exercido pelos rendimentos do trabalho na melhoria da renda das famílias e também destacam como as transferências feitas pelos programas sociais impactaram na evolução dos rendimentos, especialmente dos mais pobres – que eram, obviamente, o alvo das próprias políticas. A redução da desigualdade, já demonstrada, de forma agregada, tomando-se os rendimentos familiares do período em tela (Figura 3), pode ser mais bem esquadrihada quando tomarmos como referência o exercício acima proposto, qual seja, o de decompor a renda total em suas diversas fontes.

É este o exercício que se apresenta na Tabela 6, a seguir, que revela que, em anos selecionados entre 2003 e 2015, houve redução da desigualdade (medida pelo índice de Gini) em todas as fontes de rendimentos, tomadas isoladamente, tanto no que se refere ao conjunto do Brasil, quanto no que se restringe ao Nordeste. De todo modo, os valores calculados para 2003 e 2015 ainda indicam elevada desigualdade. A separação do índice por fontes de renda permite compreender a estrutura da desigualdade nas diferentes fontes de rendimentos. No Nordeste o Gini da renda do

trabalho principal cai de 0,552 em 2003 para 0,489 em 2015, mas ainda mantém um índice mais elevado de que o Gini Nacional.

Tabela 6 – Índice de Gini por fontes de renda para Brasil e Nordeste, anos selecionados

Tipos de Renda	Gini por tipo de renda							
	Brasil				Nordeste			
	2003	2007	2013	2015	2003	2007	2013	2015
Trabalho Principal	0,547	0,520	0,488	0,479	0,552	0,536	0,511	0,489
Todos os Trabalhos	0,555	0,528	0,496	0,486	0,564	0,547	0,525	0,500
Aposent. Pública	0,484	0,436	0,384	0,377	0,375	0,347	0,288	0,275
Outras Aposent.	0,572	0,546	0,560	0,574	0,632	0,619	0,582	0,520
Pensão Pública	0,432	0,379	0,335	0,322	0,346	0,313	0,265	0,238
Outras Pensões	0,531	0,530	0,517	0,523	0,507	0,546	0,541	0,543
Doações	0,579	0,589	0,566	0,558	0,544	0,575	0,548	0,498
Aluguel	0,579	0,580	0,580	0,529	0,576	0,548	0,655	0,534
Juros e outros	0,732	0,548	0,488	0,492	0,565	0,450	0,437	0,457
Renda Total	0,567	0,535	0,505	0,495	0,571	0,538	0,512	0,487

Fonte: Microdados da PNAD/ IBGE (2003-2015); Elaboração própria.

Nota 1: Apenas pessoas com 10 anos ou mais.

Nota 2: Apenas rendimentos positivos em cada rubrica.

Nota 3: O componente “Abono Permanência” possui poucas observações na base, de modo que o Gini não é representativo, sendo observada nessa análise.

Observa-se também que o componente de Juros e outros é a que apresenta melhor desempenho entre todas as categorias. Isso pode ser associado ao caráter progressivo que assumiu a elevação dos rendimentos nessa categoria, como destacou Hoffmann (2013). No entanto, podemos observar que o movimento de queda no Gini dessa variável volta a se elevar em 2015 (comparar com 2013), para Brasil e para o Nordeste, dando indícios de que a característica de progressividade que assumira a variável no período de expansão das políticas de transferências diretas de renda, ao perderem força no contexto de crise política e econômica, refletem-se sobre o comportamento do Gini, uma vez que rendas de caráter regressivo também são registrados nessa variável, como juros oriundos de rendimentos financeiros auferidos por uma parcela menor da população. Independentemente dessa observação, também se verifica, em um âmbito mais amplo, que, para o conjunto dos rendimentos (independentemente da desagregação por fontes), a queda da desigualdade registrada

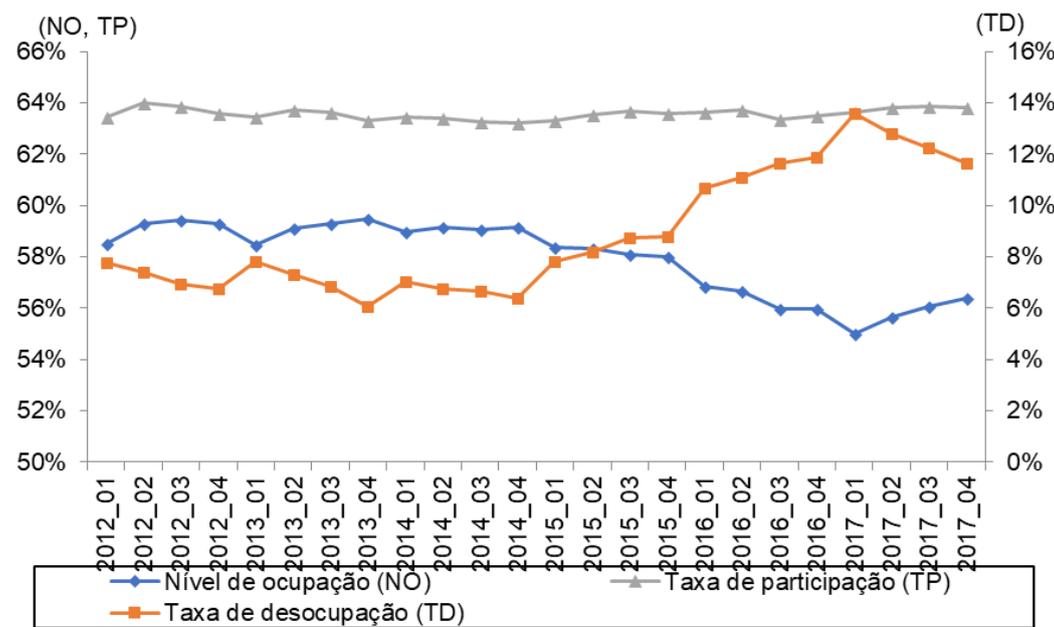
entre 2013 e 2015 foi marginal, contrastando com o que vinha ocorrendo no período 2003/2013.

4. ELEMENTOS DA DETERIORAÇÃO EM CURSO

Esta seção procura descrever, de forma sucinta, a partir de evidência dos dados sobre perfil da ocupação e de desemprego, a deterioração que vem sendo sofrida pelo mercado de trabalho brasileiro desde os meses finais da presidência de Dilma Rousseff e, especialmente, do período em que a agenda de Temer foi aplicada à sociedade brasileira, com o governo que se iniciou em maio de 2016. A fonte de dados utilizada nesta seção é a PNAD Contínua, que, conforme mencionado, permite avaliar os dados mais recentes. Infelizmente, ainda não é possível fazer desagregações como as que foram feitas nas tabelas anteriores, mas as informações já disponíveis das PNADs Contínuas permitem analisar, mesmo que em linhas gerais, a evolução recente do mercado de trabalho.

A Figura 4 mostra a trajetória dos indicadores de ocupação total, desemprego e taxa de participação do mercado de trabalho brasileiro detalhados por trimestres desde o início de 2012 até o quarto trimestre de 2017:

Figura 4 – Taxa de desocupação, nível de ocupação e taxa de atividade, Brasil (2012-2017)



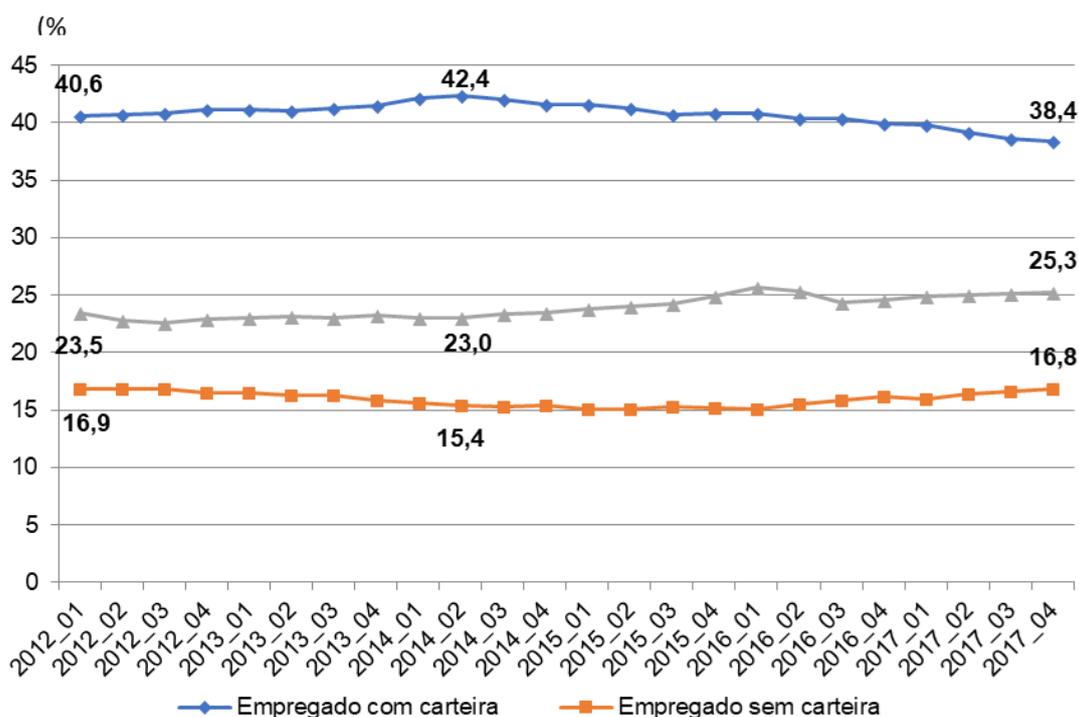
Fonte: PNAD Contínua; Elaboração própria.

Os indicadores revelam que a taxa de participação teve leve queda entre 2012 e o final de 2014, a partir de quando começa a crescer moderadamente, provavelmente por causa da necessidade de mais pessoas entrarem no mercado de trabalho para buscar uma renda que permita sustentar a renda familiar.

Por outro lado, percebe-se que o nível de ocupação, bem como a taxa de desemprego sofreram mudanças significativas, notadamente a partir do último quadrimestre de 2014. A partir de então, a taxa de desemprego mais do que dobrou até atingir o seu ponto mais elevado, no primeiro quadrimestre de 2017, depois do qual revela uma pequena redução, mas ainda em patamar elevado (12% da força de trabalho) que é o dobro do que exibia, por exemplo, no final do terceiro trimestre de 2014, ou seja, antes da instalação da crise política que levaria ao *impeachment* de Dilma Rousseff. No mesmo período, houve queima de cerca de meio milhão de postos de trabalho, enquanto que o número de pessoas desempregadas saltou de 6,5 milhões, no final de 2014, para mais de 12,0 milhões no final de 2017.

Esta expansão da taxa de desemprego ocorreu ao mesmo tempo em que o estoque de ocupados exibiu não apenas uma redução, mas também uma mudança em seu perfil, anotando-se uma ampliação da participação relativa das ocupações informais entre 2012 e o final de 2017, conforme mostram os dados da Figura 5:

Figura 5 – Evolução do perfil da ocupação por posição na ocupação, Brasil (2012-2017)

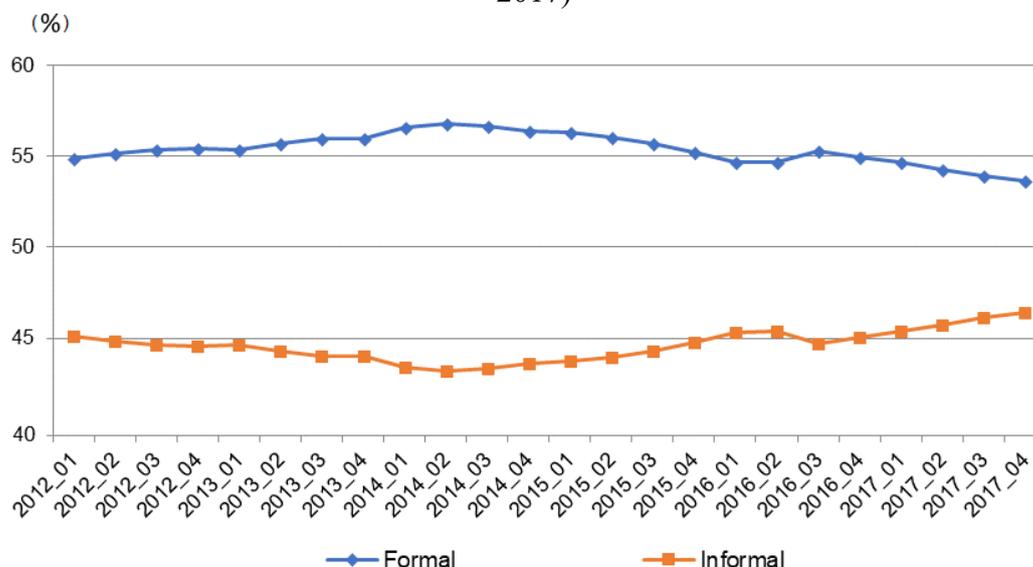


Fonte: PNAD Contínua; Elaboração própria.

A queda expressiva de empregos formais foi acompanhada de uma pequena expansão de assalariados sem carteira. Portanto, percebe-se uma nova trajetória de informalização do mercado de trabalho brasileiro, com os efeitos já conhecidos sobre a estrutura de rendimentos, sobre a estabilidade dos mesmos no âmbito familiar, e também no que tange à perda de direitos trabalhistas, sem contar os impactos danosos para as receitas previdenciárias, devido à redução da base de contribuintes.

Por fim, a Figura 6 sintetiza a evolução da informalidade do mercado de trabalho brasileiro, diante do cenário descrito nesta seção e nas anteriores – aumento do desemprego, a partir de 2013 e, com maior intensidade, a partir de 2015; reversão de elementos de melhoria da desigualdade; geração irrisória de postos de trabalho etc.

Figura 6 – Evolução do grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro (2012-2017)



Fonte: PNAD Contínua; Elaboração dos conceitos e do gráfico pelos autores.

Tomando-se como critério de formalidade no mercado de trabalho o total definido pela soma dos empregados com carteira, mais os militares e mais os servidores públicos estatutários, além dos empregadores, situações que denotam maior estabilidade ocupacional, bem como inserção laboral regida pela legislação, o que inclui todos os direitos trabalhistas, pode-se perceber que houve uma rápida deterioração do mercado de trabalho brasileiro neste período abrangido pela PNAD Contínua. A taxa de formalidade caiu de 54,9% do conjunto das ocupações, em janeiro de 2012, para 53,6% em abril de 2017. A informalidade, por contrapartida em relação à definição anterior, compreende a soma dos empregos sem carteira, mais os chamados trabalhadores por

conta própria e também os trabalhadores agrícolas familiares, o que representa um conjunto de situações em que a inserção no mercado de trabalho é precária, tanto no que se refere ao acesso aos direitos sociais e trabalhistas quanto no que se refere aos rendimentos, que são, em média, mais baixos e também menos regulares do que nos casos de pessoas com inserção formal no espaço ocupacional. A participação destas situações de precariedade, somadas, subiu de 45,9% para 46,4% no período em tela (Figura 6).

5. CONCLUSÕES

Os dados apresentados neste artigo revelam que as melhorias sentidas no mercado de trabalho, no período 2003-2013 estão sendo revertidas de maneira bastante rápida. O desmonte das políticas sociais, ao lado das chamadas “reformas”, especialmente a trabalhista¹⁹, em contexto de recessão econômica profunda e dificuldade de enfrentamento político, por parte dos partidos de oposição ao presidente empossado e por parte dos movimentos sociais, impactaram de maneira evidente nos indicadores mais tradicionais do mercado de trabalho.

A perda de dinamismo na geração de postos de trabalho – que havia sido uma marca do período anterior (especialmente sob o mandato do presidente Lula) – logo veio acompanhada de uma trajetória ascensional da taxa de desemprego. A queda do desemprego que havia caracterizado os anos de Lula e do primeiro mandato de Dilma também foi favorecida pela redução da taxa de participação, notadamente dos mais jovens. A explicação para esta redução da taxa de participação (percentual da PIA que se coloca no mercado de trabalho, ou seja, que se torna de fato população economicamente ativa) é complexa, mas em grande medida está relacionada ao retardamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho, situação que foi viabilizada pelos programas educacionais colocados em prática pelo governo federal, conforme mencionamos aqui. Ademais, a ampliação do salário mínimo e dos salários em geral, bem como do emprego (especialmente o formal) permitiu que a renda familiar tivesse uma trajetória ascendente, notadamente entre 2003 e 2013, o que tornava menos urgente a inserção do jovem adulto e dos adolescentes no mercado de trabalho. Da mesma maneira, os valores transferidos pelos programas do governo federal viabilizaram este

¹⁹ Ver Mattos (2016).

cenário, por também impulsionarem a renda familiar (basta verificar a evolução dos valores reais de pensões e aposentadorias públicas, conforme foi mostrado aqui).

Todos estes elementos, porém, estão retrocedendo rapidamente a partir do final de 2014 – tendo sido intensificados após a deposição de Dilma Rousseff. A restrição de bolsas de estudos, de financiamentos para a educação de nível superior, de vagas nas escolas técnicas, bem como o desmonte de políticas de defesa de renda, além do virtual “congelamento” do valor real do salário mínimo (com impacto não apenas nos rendimentos da base do mercado de trabalho, mas também nos valores reais das transferências, como o BPC e as pensões e aposentadorias públicas), revertem de forma imediata o cenário que permitia a postergação da entrada do jovem no mercado de trabalho. Conta para este cenário lamentável a recessão que provoca aumento do número de desempregados, tornando novamente urgente – conforme demonstra o histórico de outras recessões ocorridas na economia brasileira – a entrada (mesmo que precoce) do jovem no mercado de trabalho.

Estes movimentos “reformistas” do governo Temer, o que inclui também diversos outros fatores, como a política de preços da Petrobrás (nociva aos mais pobres, quer seja no que se refere aos combustíveis para o transporte, quer seja no caso do gás de cozinha, por exemplo), que somente favorece aos grandes acionistas ou às empresas petroleiras internacionais, acabam se auto reforçando, no sentido de reduzir a renda dos mais pobres e da classe média, e promovendo o esvaziamento do mercado interno, que sempre será um fator importante de demanda agregada em um país continental e de enormes desigualdades regionais como o Brasil.

O exercício feito neste artigo, de avaliar a evolução dos rendimentos segundo as diferentes fontes de renda e segundo um recorte regional (escolhendo, não por acaso, a região que concentra a maior quantidade de população social e economicamente vulnerável do país) teve por objetivo explicitar a importância que as políticas públicas (o que inclui a política de valorização real do salário mínimo) têm na sustentação da renda das famílias e no enfrentamento da questão da pobreza.

Os alegados objetivos – sempre presentes nos discursos e narrativas vomitados pelos economistas que têm voz na grande mídia nacional há décadas – das políticas liberais de reduzir direitos sociais para então, logo a seguir, promover o benfazejo aumento do emprego, mostram-se inequivocamente enganosos. Não é o que se tem visto. Os dados mostram – e a série já não é tão curta a ponto de comportar a

benevolência de alguns setores da sociedade que ainda pudessem imaginar que as promessas liberais estariam por vir. A mera comparação de algumas estatísticas de 2015 às de 2013 já revelavam a reversão, para não falarmos do que dizem os dados já disponíveis referentes a 2017.

O que parece mesmo ter ocorrido é que a política econômica adotada teve por objetivo (obviamente não declarado) quebrar o poder de barganha dos trabalhadores (sindicalizados ou não), o qual vinha sendo reforçado pelo cenário de quase pleno emprego²⁰ que caracterizou a economia brasileira até 2014. Este cenário econômico, aliado ao cenário político – de resto, fortemente influenciado pela postura da justiça brasileira – evidenciam a urgência da luta pela Democracia e pelos preceitos da Carta Constitucional promulgada em 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão IPEA 2036. Brasília (DF): IPEA, fev. 2015.

BALTAR, P.E.A. *et alii*. **Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global Labour University Working Papers, n. 9, 2010.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n.º. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015.

BARROS, R. P.; CURY, S.; ULYSSEA, G. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada?** Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas contas nacionais. Textos para Discussão, IPEA. TD n.º 1263, 2007. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1917>. Acesso em: 20 jun. 2018.

COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de Estado. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Orgs.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. v. 2 Brasília: IPEA, 2010.

HALLAK NETO, João. **A distribuição funcional da renda e a economia não observada no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

HALLAK NETO, J.; SABOIA, J. Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. In: **Economia Aplicada**, v. 18, n. 3, 2014, pp. 483-513.

²⁰ Para a discussão acerca da existência ou não de pleno emprego na economia brasileira, ver: Mattos e Lima (2013).

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de Renda e Desigualdade, Brasil, 1995-2011. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA. 2013, p. 207-216.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. 2015. Disponível em: <ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita_2014/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MATTOS, Fernando A. Mansor. O debate sobre distribuição de renda ao longo do processo de desenvolvimento econômico do Brasil. In: **Revista da ABET**, v. 16; n. 1; jan-jun 2017.

_____. As “reformas” trabalhistas do governo interino da ponte para o “futuro”. **Texto para Discussão 020/2016. NECAT (Núcleo de Estudos de Economia Catarinense)**.

_____. Concentração da renda, da riqueza e do tempo livre no capitalismo contemporâneo. In: MOREIRA, I. T.; OLIVEIRA, R.V. (Org.). **Cenários da crise e do trabalho no Brasil**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, v. 1, 2012.

_____. Aspectos históricos e metodológicos da evolução recente do perfil distributivo brasileiro. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.2, abril-junho de 2005. Fundação SEADE.

MATTOS, F. A. M.; LIMA, S. S. Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil. In: **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2, Campinas/SP, jun-dez, 2015, p. 293-328.

OLIVEIRA, Flaviana Candido. **Tendências e evidências sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste: uma análise sobre indicadores setoriais, emprego e renda para o período de 2003 a 2015**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 2018.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In MONTEIRO NETO, A.; BRANDÃO, C. A.; CASTRO, C. N. (Orgs.) **Desenvolvimento regional do Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017, p. 277-330.

IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA NO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE: UMA ANÁLISE DO TRIÊNIO 2015-2017¹

Leandro dos Santos²

Pietro Caldeirini Aruto³

Resumo: O presente artigo aborda os impactos da crise econômica sobre o mercado de trabalho em Santa Catarina no triênio 2015/2017. Com base em uma análise descritiva dos dados secundários oriundos de fontes oficiais de estatística (IBGE e MTB), o trabalho analisa a conjuntura econômica e a evolução das condições do mercado de trabalho em Santa Catarina relacionando-as com o contexto nacional. Nesse sentido, o artigo apresenta indicadores gerais e os reflexos da recessão sobre a geração de empregos formais nos diferentes setores econômicos e mesorregiões do estado. As evidências apontam que as condições laborais no estado seguiram a dinâmica nacional, tendo como resultado a retração econômica no biênio 2015/2016, sobretudo na indústria e comércio, aumento nas taxas de desemprego e subutilização da força de trabalho para níveis sem precedentes dentro da série histórica iniciada em 2012. Além disso, mesmo no acumulado do último triênio, registrou-se a permanência de dados negativos no mercado de trabalho formal em todos os grandes setores e regiões de Santa Catarina.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Santa Catarina; Crise Econômica.

IMPACTS OF THE ECONOMIC CRISIS IN THE LABOR MARKET OF SANTA CATARINA STATE: AN ANALYSIS OF THE YEARS 2015-2017

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the laboral consequences of Brazilian economic recession in Santa Catarina state during 2015-2017. The paper analyzes the economic situation and labor market conditions in Santa Catarina based on a descriptive analysis of secondary data from official statistical sources (IBGE and MTB). The article presents general indicators on the formal jobs level in the different economic sectors and mesoregions of the state. Despite some particularities, the evidences indicate that the labor conditions in Santa Catarina followed Brazilian labor dynamics: economic slowdown in industry and commerce; increase in unemployment and workforce underutilization rates to levels; and, all economic sectors declined the formal employment level over the last three years.

Keywords: Labor Market; Santa Catarina; Economic Crises.

¹ Este artigo é o desenvolvimento e o aprofundamento do texto para discussão nº01 de 2018 da SST/SC, intitulado “Notas sobre o impacto da crise econômica no mercado de trabalho catarinense (2015-2017)” disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/trabalho-e-renda/informacao-e-analise-do-mercado-de-trabalho/estudos-tematicos>

² Doutor em Sociologia Política, sociólogo na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST. E-mail: leocaosantos@yahoo.com.br

³ Mestre em Desenvolvimento Econômico, economista na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST. E-mail: pietro.aruto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A grave crise econômica vivenciada nos últimos anos trouxe impactos fortemente nocivos ao mundo do trabalho. Entre abril de 2015 a janeiro de 2017, assistiu-se no Brasil uma sequência ininterrupta de 22 meses com perdas no mercado de trabalho formal. Nesse período de aproximadamente dois anos, foram fechados cerca de 3 milhões de vínculos com carteira assinada, conforme dados do CAGED/MTB. A queda de 7% do PIB, ocorrida no biênio 2015-2016, associado à instabilidade política-institucional trouxe ainda como resultado uma série de mudanças na lei trabalhista, muitas das quais suspeitas de pesar negativamente sobre o lado da oferta de trabalho.

Resguardado as peculiaridades locais, historicamente constituídas, o contexto de retração econômica vivenciada no país não deixou de repercutir no estado de Santa Catarina. O presente trabalho visa justamente mapear tal conjuntura. O objetivo é oferecer uma visão sobre as mudanças quantitativas que afetaram a estrutura do mercado de trabalho estadual, com ênfase sobre a dimensão espacial e setorial da atividade econômica e de como elas se relacionam com o panorama nacional como um todo.

Nas próximas seções, o artigo inicia com uma descrição sobre o cenário de crise econômica que se alastrou em âmbito nacional e estadual. A seguir, aborda-se o contexto geral do mercado de trabalho, comparando a evolução dos dados relativos ao país e Santa Catarina. Em sequência, apresentam-se os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho formal, apontando para as perdas sofridas nos níveis setoriais e regionais do estado. Por fim, o texto tece as últimas considerações em torno do assunto, destacando os principais pontos observados.

2. CRISE ECONÔMICA

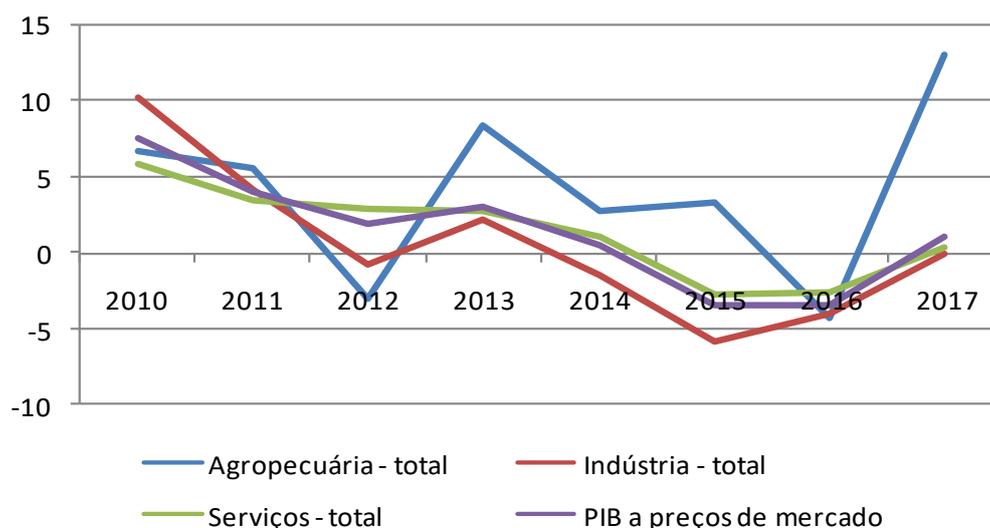
Os fatores associados à recessão econômica de 2015-2016 estão ligados, por um lado, à desaceleração da economia desde 2010 e, por outro, à política econômica promulgada a partir de final de 2014. Evidentemente, não cabe nesse texto expor detalhadamente como esses fatores se desenvolveram, mas sim, destacar uma visão geral. Nesse sentido, a desaceleração pós-2010 é uma consequência da crise econômica internacional deflagrada em 2007/2009 que solapou o crescimento econômico dependente dos preços agrominerais no mercado internacional e das políticas fiscais adotadas pelos países centrais (sobretudo a

Europa). Essas medidas reduziram um componente importante de realização do valor das mercadorias exportadas pelo Brasil.

No front financeiro, as medidas monetárias expansivas dos EUA levaram a entrada de capitais externos no Brasil, em busca do diferencial de juros, o que provocou uma pressão na taxa de câmbio. Frente ao cenário externo, a política econômica a partir de 2011 passou a privilegiar crescentemente a esfera privada, produtiva e financeira, como forma de combater a desaceleração, seja pelas desonerações fiscais, seja pelo ajuste fiscal pós-eleição de 2014. Essa última foi o catalisador da crise econômica que se observa em 2015 e 2016, a qual se retroalimentou com a crise política no processo de impedimento presidencial e os escândalos políticos (PINTO *et al.*, 2017, p. 4).

A Figura 1, ao destacar a variação do volume de produção dos setores, evidencia essa trajetória da economia brasileira.

Figura 1 – Variação (%) acumulada no ano no quarto trimestre do volume de produção segundo setores – Brasil, 2010-2017



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE; Elaboração própria.

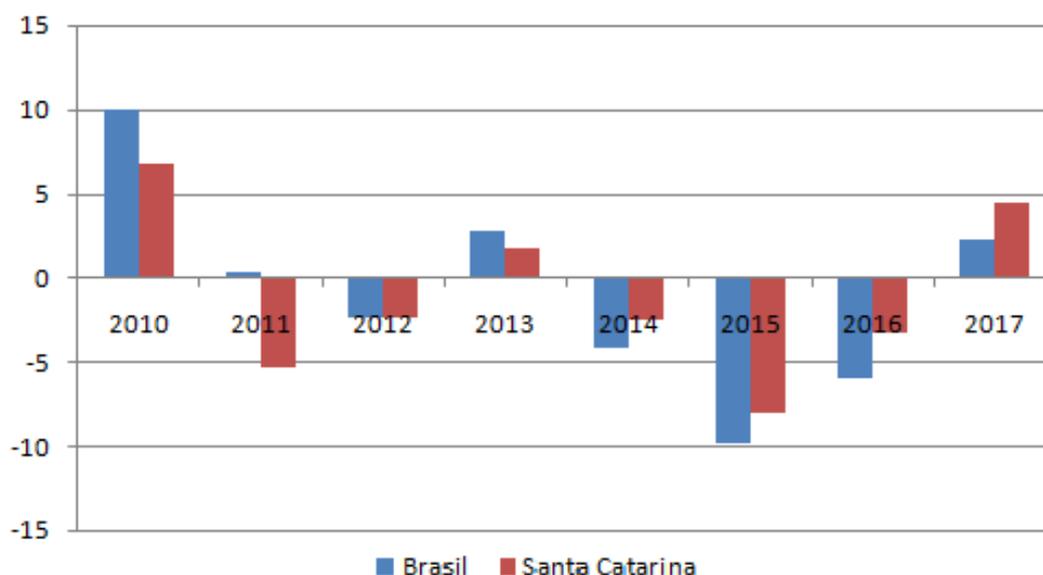
A partir do crescimento elevado em 2010, verificado em todos os setores, a economia se desacelera até 2013, principalmente na agropecuária e indústria, para em seguida entrar na profunda recessão de 2015/2016 e, posteriormente, em uma estagnação. Em termos setoriais, somente a agropecuária apresentou algum dinamismo, sobretudo devido à parcial retomada dos preços das commodities nos últimos anos. Mas, ainda que importante para as contas externas, esse segmento é incapaz de gerar um dinamismo para a economia como um todo. Dessa forma, o fraco resultado positivo de 2017, ao invés de representar uma recuperação,

significou uma estagnação da economia brasileira que só não se mostrou novamente desastroso devido à excepcional recuperação da agropecuária e medidas pontuais de estímulo ao consumo das famílias (como a liberação de parcelas do FGTS, por exemplo).

Apesar das especificidades, a economia catarinense segue e reflete a dinâmica brasileira, dada a importância do mercado nacional, a trajetória dos agregados macroeconômicos e da política econômica. Do ponto de vista das contas regionais, não se pode comparar o impacto da crise brasileira e catarinense para todo o período, uma vez que o último ano disponível da pesquisa é 2015. Contudo, ainda que preliminarmente, é possível afirmar que Santa Catarina teve uma redução no PIB para esse último ano ainda maior que o Brasil, uma vez que sua participação se reduziu de 4,2% em 2014 para 4,15% no ano seguinte.

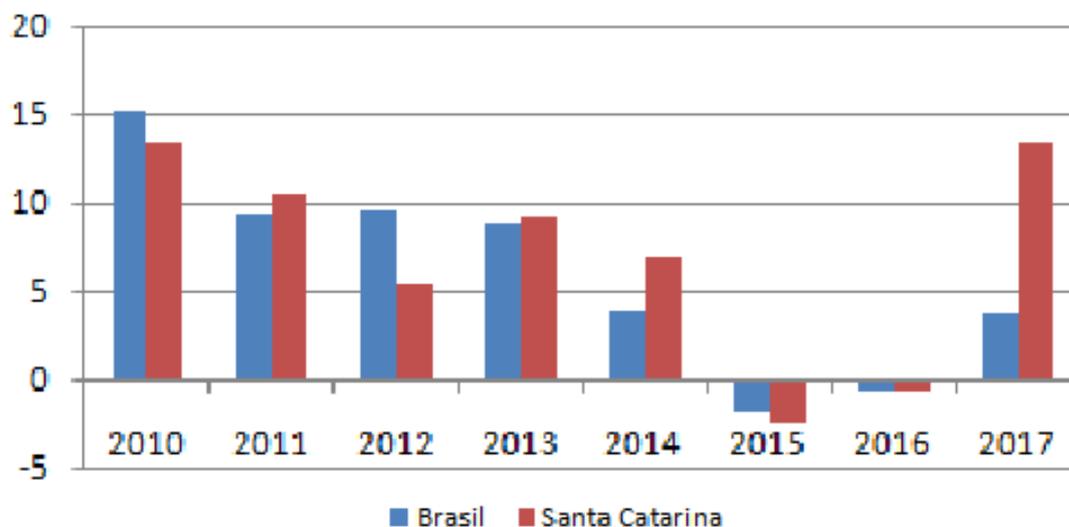
Para o período pós-2015, é possível vislumbrar comparativamente o comportamento da economia catarinense e brasileira a partir das pesquisas da produção física da indústria (Figura 2) e da receita nominal do comércio varejista (Figura 3) e de serviços (Figura 4). Percebe-se que o cenário econômico a partir de 2015 em Santa Catarina é levemente melhor que o nacional no setor da indústria de transformação e comércio varejista, por sua vez os serviços apresentaram um resultado aquém do nacional.

Figura 2 – Variação percentual acumulada nos últimos doze meses da produção física da indústria de transformação – Brasil e Santa Catarina, 2010-2017, dezembro de cada ano



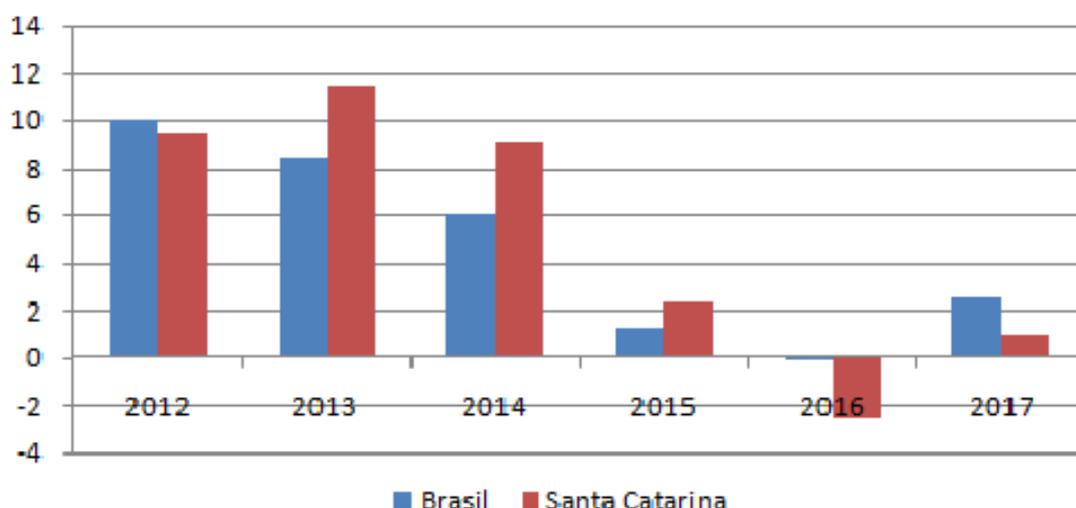
Fonte: PIM-PF/IBGE

Figura 3 – Variação percentual acumulada nos últimos doze meses da receita nominal do comércio varejista ampliado – Brasil e Santa Catarina, 2010-2017, dezembro de cada ano



Fonte: PMC/IBGE

Figura 4 – Variação percentual acumulada nos últimos doze meses da receita nominal de serviços – Brasil e Santa Catarina, 2010-2017, dezembro de cada ano



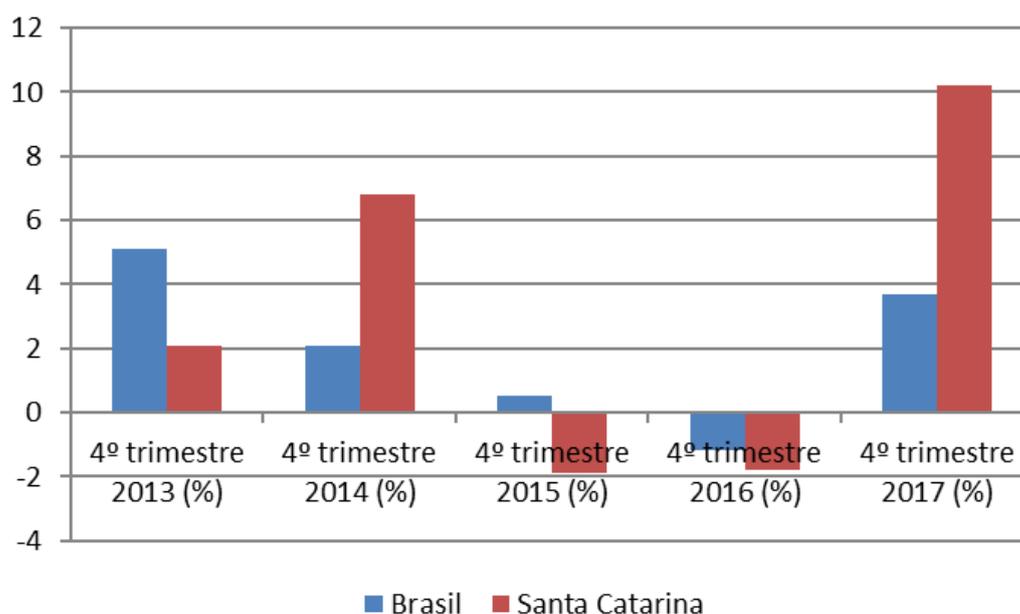
Fonte: PMS/IBGE

Apesar dos resultados pontuais relativamente melhores de 2016 e 2017 em Santa Catarina, deve-se enfatizar que o período é marcado por uma grave recessão, seguida por uma estagnação, ou seja, trata-se de uma análise comparativa entre resultados negativos, o que não

pode justificar nenhuma argumentação em torno de uma virtuosidade catarinense⁴. Isso se verifica, por exemplo, quando se observa (com base nos dados desagregados da PIM-PF) que somente o subsetor industrial de alimentos apresentou uma variação física percentual positiva no acumulado do triênio 2015-2017. Dessa forma, ao que tudo indica, o melhor resultado da economia catarinense frente à nacional está circunscrita ao efeito de estímulos pontuais ao consumo das famílias (no caso do comércio varejista).

O baixo dinamismo da economia catarinense pode ser visto também a partir da Figura 5, que destaca a variação percentual real da massa de rendimentos no Brasil e em Santa Catarina. Na recessão, Santa Catarina apresentou uma contração da massa de rendimentos reais em um nível superior ao do Brasil (mais de cinco vezes maior), somente revertido em 2017.

Figura 5 – Variação percentual anual (base trimestre anterior) da massa de rendimento real de todos os trabalhos das pessoas com mais de 14 anos – Brasil e Santa Catarina, 2013-2017



Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração própria

Em síntese, do ponto de vista econômico, os dados indicam que a recessão em Santa Catarina foi provavelmente mais intensa relativamente ao Brasil, ainda que a partir de 2017 o resultado tenha sido melhor. É a partir dessa condição que pode se analisar comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina nos últimos anos. De antemão, pode-se relacionar a

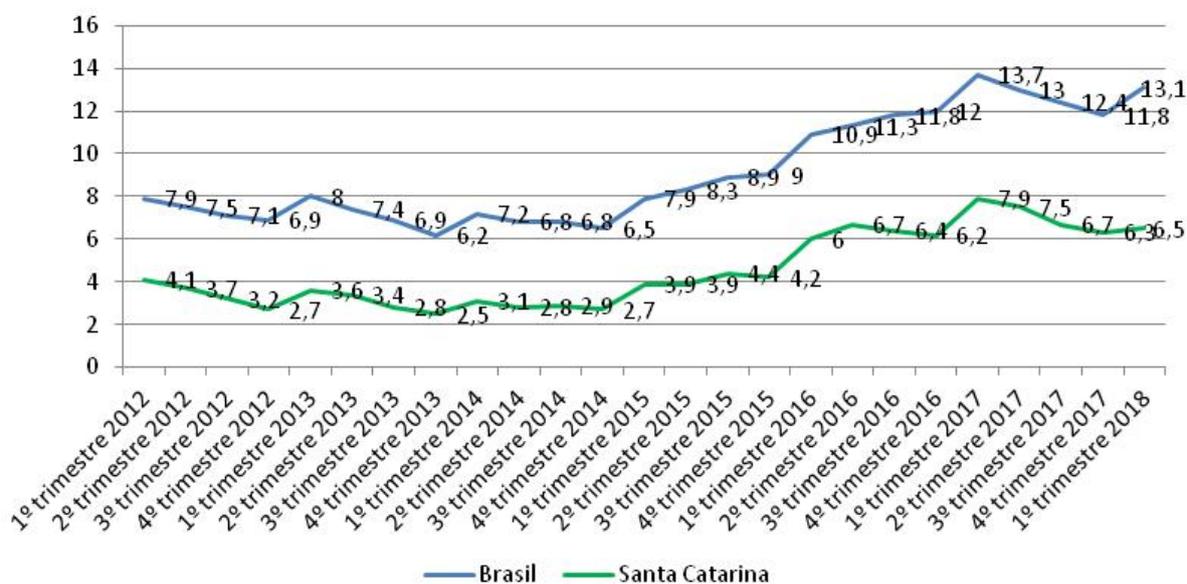
⁴ Soma-se o fato, ainda, que os dados setoriais conjunturais vistos dizem respeito ao nível de atividade como um todo, mas não podem ser diretamente associados à geração de valor adicionado, como é o caso das Contas Regionais/IBGE.

redução imediata da massa salarial real em SC com o nível de desocupação no Estado. Na sequência, analisa-se a repercussão da crise econômica no mercado de trabalho em Santa Catarina. De início, apresentam-se indicadores gerais a partir Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua - PNADC, realizada pelo IBGE. Posteriormente, aborda-se o comportamento recente com base nos registros administrativo do Ministério do Trabalho – MTB.

3. DADOS GERAIS SOBRE A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Para iniciar a análise sobre o impacto da crise econômica no mercado de trabalho, convém partir de uma observação sobre a evolução da taxa de desemprego. A série histórica da PNADC mostra claramente as transformações que ocorreram no período e, ainda, permite comparar com as condições estabelecidas nos anos imediatamente anteriores. A Figura 6 mostra a trajetória da taxa de desemprego em Santa Catarina e no Brasil.

Figura 6 – Taxa de desocupação – Brasil e Santa Catarina (em %), 1º trimestre de 2012 ao 1º trimestre de 2018



Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração própria

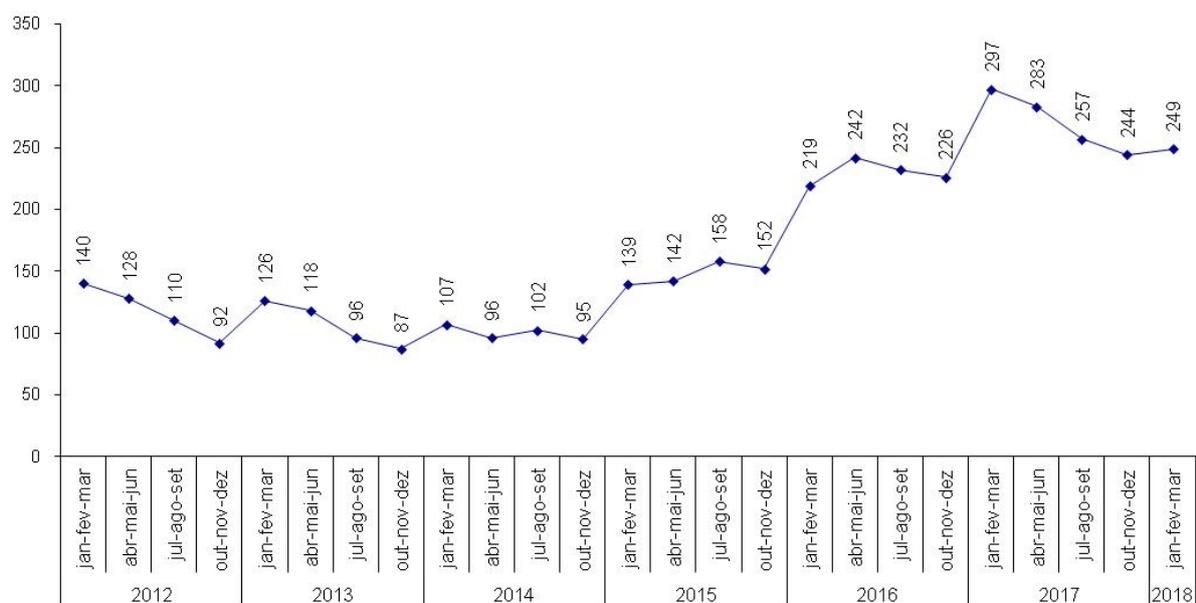
Conforme o gráfico, do 1º trimestre de 2012 ao 1º trimestre de 2018, pode-se observar como, de modo geral, a taxa de desemprego aberto no estado tem a metade do patamar existente no país. Apesar do hiato, as duas linhas seguem trajetórias equivalentes. A melhor situação do mercado de trabalho ocorreu nos trimestres de 2013-2014. Em Santa Catarina, o percentual de pessoas procurando emprego sobre o total da PEA (Pessoas Economicamente Ativa) esteve abaixo de 3%; no Brasil, chegou a alcançar 6,2% no último trimestre de 2013.

A literatura sobre o desenvolvimento de Santa Catarina tradicionalmente aponta para algumas características que ajudam a explicar a peculiaridade do contexto estadual em relação ao cenário nacional (CEAGE/SC, 1980; RAUD, 1999; CAMPOS *et al.*, 2002). Em linhas gerais, pode-se destacar o padrão inicial de colonização (pequenas propriedades e presença de imigrantes com conhecimentos técnicos semi-industriais), a distribuição espacial da população pelo território estadual e a diversificação das atividades econômicas são elementos que contribuíram para uma melhor estruturação do mercado de trabalho local.

Todavia, a especificidade das condições social e econômica estadual não implica na independência dos macroprocessos de âmbito nacional. Prova disso é que a crise econômica do país, que eclodiu a partir de 2015, trouxe reflexos automáticos ao mercado de trabalho. Ainda que se considere o menor patamar em território catarinense, a taxa de desocupação no estado igualmente seguiu uma trajetória de elevação. Nesta direção, o percentual de desempregados atingiu 7,9% no 1º trimestre de 2017, o mais alto patamar dentro da série histórica.

Em números absolutos, isso significou o montante de 297 mil pessoas com 14 anos ou mais de idade procurando emprego em Santa Catarina. A Figura 7 ilustra essa evolução, bem como a trajetória de recuperação das condições de trabalho ao longo dos meses seguintes.

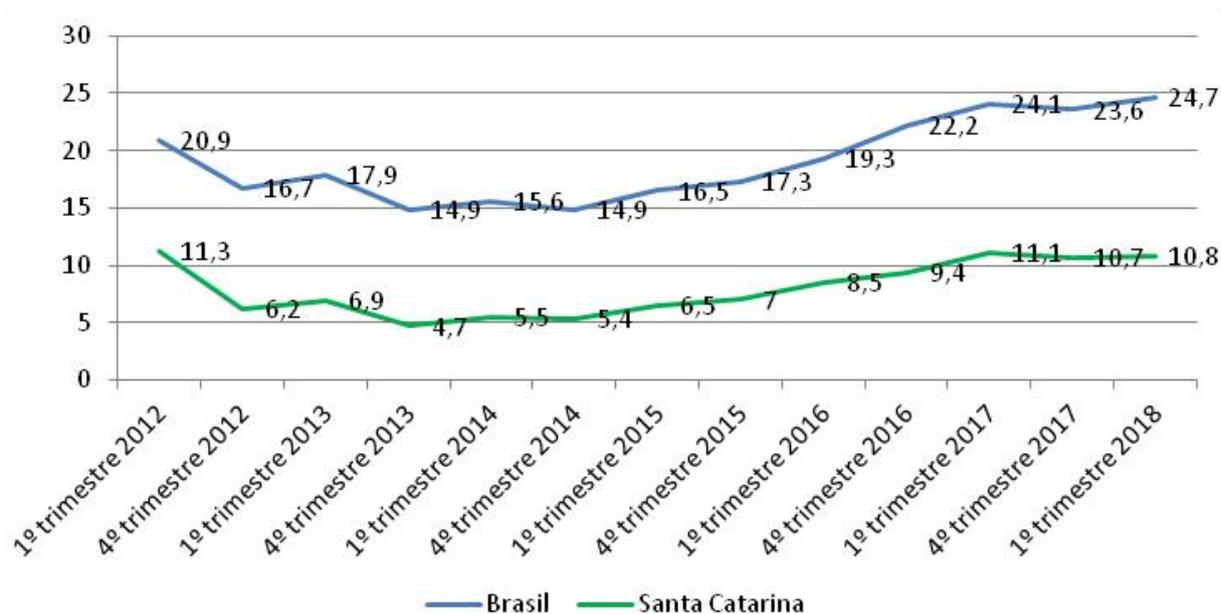
Figura 7 – Número de pessoas (com 14 anos ou mais de idade) desocupadas (em milhares) - Santa Catarina, 2012-2018



Fonte: PNADC/IBGE

Como visto, apesar da melhora dos indicadores ao longo de 2017 (a partir do 2º trimestre foram três quedas consecutivas na taxa de desemprego, conforme apresentado na Figura 6), é preciso observar com cautela a conjuntura do mercado de trabalho. Isso porque, ao se analisar a taxa composta de subutilização da força de trabalho percebe-se a permanência de patamares ainda elevados, tanto no âmbito nacional como estadual⁵.

Figura 8 – Taxa composta de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade – Brasil e Santa Catarina (em %), 1º trimestre de 2012 ao 1º trimestre de 2018



Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração própria

Um indicador que ajuda a entender a concomitância de queda na taxa de desocupação com manutenção da taxa de subutilização da força de trabalho em patamares elevados para o contexto estadual e, portanto, um sintoma de precariedade das condições no mercado de trabalho, está na posição dos ocupados segundo a categoria do emprego. Seguindo a metodologia da PNADC, entre o 1º trimestre de 2015 a igual período de 2018, as categorias em que se registrou o maior aumento relativo no número de ocupados foram: trabalhador doméstico sem carteira assinada (26,1%), empregado no setor privado sem carteira assinada (15,7%) e conta própria (14,7%).

⁵ Além dos desempregados, a subutilização da força de trabalho leva em conta a população subocupada por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, isto é, as pessoas que, embora dispostas a trabalhar, não procuraram emprego no período da pesquisa.

Quadro 1 – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Santa Catarina, 1º trimestre de 2015 e 1º semestre de 2018

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	1º trimestre 2015 (em mil)	1º trimestre 2018 (em mil)	Variação (em%)
Total	3.446	3.569	3,8
Empregado no setor privado	1.952	1.980	1,5
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	1.758	1.749	-0,6
Empregado no setor privado - sem carteira de trabalho assinada	194	231	15,7
Trabalhador doméstico	134	160	19,8
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	51	59	12,9
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	83	101	26,1
Empregado no setor público	369	349	-6,0
Empregado no setor público - com carteira de trabalho assinada	58	49	-14,8
Empregado no setor público - sem carteira de trabalho assinada	46	50	9,3
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	264	250	-6,1
Empregador	189	196	4,2
Conta própria	702	809	14,7
Trabalhador familiar auxiliar	101	74	-30,7

Fonte: PNADC/IBGE; Elaboração própria

Os dados acima descritos, referentes ao contexto estadual, igualmente espelham a situação vivenciada em âmbito nacional. Isso porque, ainda que as análises pontuem uma “retomada do dinamismo do mercado de trabalho”, é importante atentar que esta trajetória vem sendo calcada, sobretudo, pelo aquecimento do mercado informal (ou seja, de empregados sem carteira assinada) e do segmento dos trabalhadores por conta-própria (LAMEIRAS *et al.*, 2018).

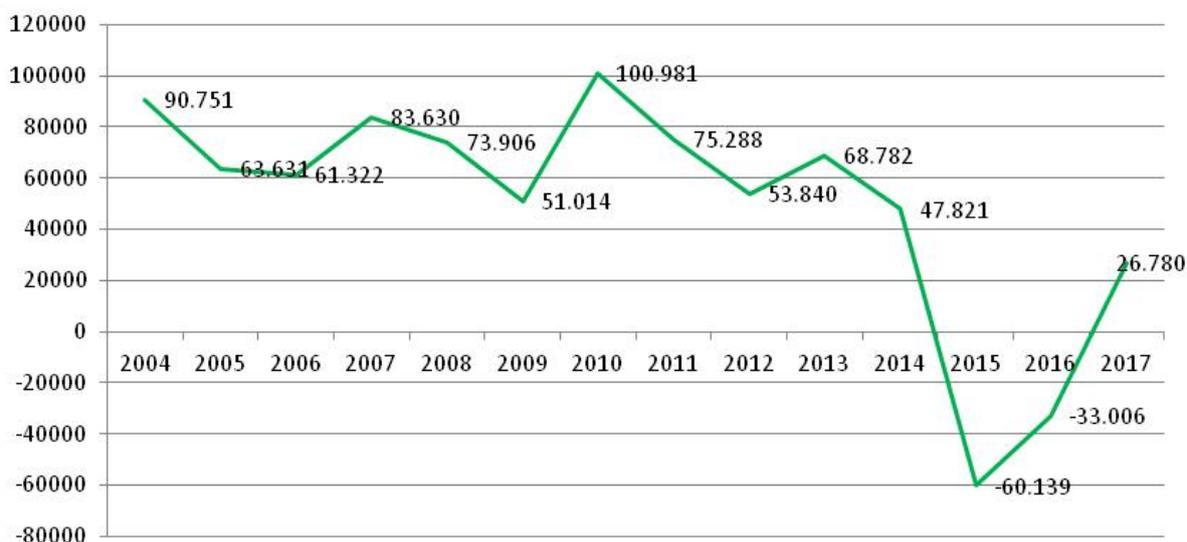
Mesmo no contexto do mercado de trabalho formal, a análise sobre a situação laboral merece atenção redobrada, não apenas pela ainda baixa abertura de postos como também pelo aumento e criação de ocupações e relações de trabalho precárias. Implementada no final de 2017, em grande sob a justificativa de proporcionar um ambiente para geração de empregos, a *reforma trabalhista* trouxe a alteração de mais de 201 pontos na legislação, promovendo um desequilíbrio nas relações de força entre empregados e empregadores (KREIN, 2018; DIEESE, 2018).

A seguir, o panorama do mercado de trabalho estadual entre os anos de 2015/2018 será analisado com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, registro administrativo mantido pelo Ministério do Trabalho - MTB. O cadastro permite uma leitura mensal do mercado de trabalho, portanto, bastante atualizado, e se restringe aos vínculos de emprego com carteira assinada. O foco recai primeiramente na dimensão setorial para posteriormente realizar um recorte regional dos efeitos da crise econômica no período recente.

4. TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NOS SETORES ECONÔMICOS DE SANTA CATARINA

De fato, após dois anos consecutivos de desempenho negativo no mercado de trabalho formal, situação em que as demissões superaram em muito o número de novas admissões com carteira assinada, o ano de 2017 se completa enfim com dados positivos em Santa Catarina. No entanto, conforme a Figura 9 demonstra, apesar da criação de 26.780 novos vínculos, a geração de empregos esteve bem abaixo da média história anual, bem como se mostrou insuficiente para a recuperação das perdas ocorridas no biênio 2015-2016.

Figura 9 – Saldo líquido (admissões menos demissões) de empregos formais - Santa Catarina, 2004-2017



Fonte: CAGED/MTB. Elaboração própria

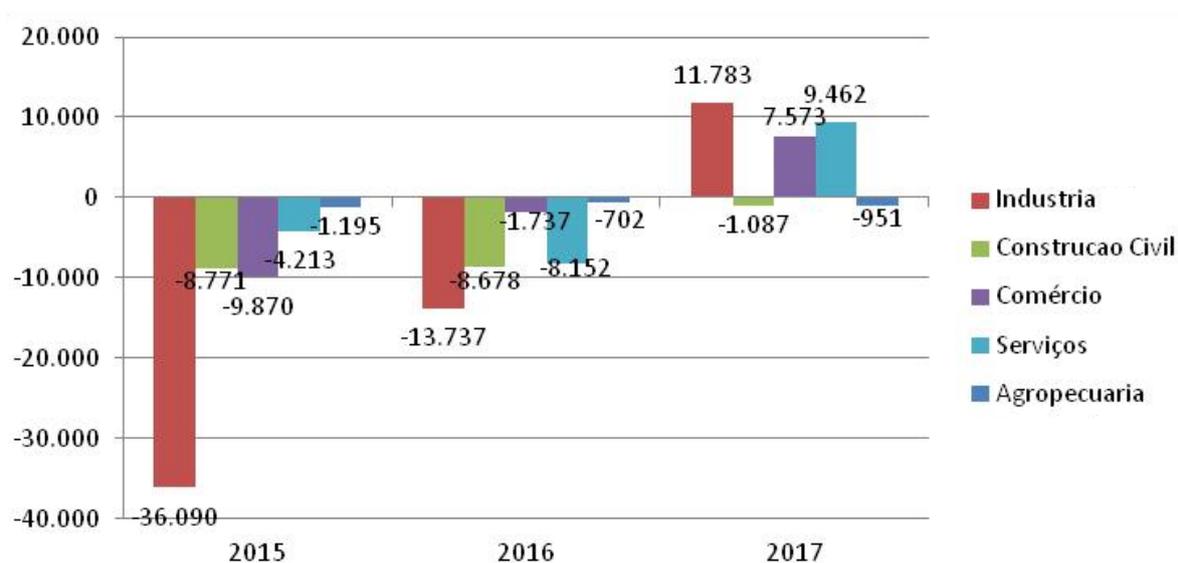
Como ilustra a Figura 10 a seguir, entre os anos de 2015 e 2016 (até o presente o período mais agudo da crise econômica), todos os setores de atividade econômica apresentaram desempenho negativo no que se refere à geração de empregos formais no estado catarinense. Em números absolutos, o pior resultado ocorreu na indústria, com o fechamento de 49.827 postos. Em seguida, com -17.449 vínculos, a construção civil foi o setor que mais sentiu os efeitos da crise nesse biênio.

Mesmo em 2017, quando em termos globais o mercado de trabalho voltou a apresentar números positivos, a construção civil continuou anotando redução de postos de trabalho (-1.087 vínculos). Mesma situação vivenciada na agricultura de Santa Catarina, que

permaneceu anotando com números negativos (-951). Quanto aos demais grandes setores (indústria, serviços e comércio), estes voltaram a registrar números positivos no ano passado.

No entanto, sem exceção, todos os grandes setores da economia permaneceram com números negativos quando se contabiliza o resultado acumulado nos últimos três anos: indústria (-38.044 vínculos de emprego; uma variação de -5,3% em termos relativos); construção civil (-18.536; variação de -17,6%); comércio (-4.034; variação de -0,9%); serviços (-2.903; variação de -0,3%) e agropecuária (-2.848; variação de -6,3%).

Figura 10 – Saldo líquido de empregos segundo os grandes setores econômicos - Santa Catarina, 2015-2017



Fonte: CAGED/MTB. Elaboração própria

A Tabela 1 a seguir demonstra a dinâmica no âmbito subsetorial, tornando-se possível um maior aprofundamento da análise sobre as repercussões da crise econômica sobre o mercado de trabalho. Em resumo, dos vinte e cinco subsetores econômicos em Santa Catarina, apenas seis alcançaram resultados suficientes para superar as perdas ocorridas no mercado de trabalho. No acumulado do último triênio, portanto, todos os demais permanecem com desempenhos negativos no que se refere à capacidade de geração de empregos formais. No total, entre os anos de 2015/2017, foram -66.365 vínculos de emprego, o que significou, em termos proporcionais, uma redução de 3% no tamanho do mercado de trabalho formal.

Nesse contexto, destacou-se positivamente a indústria de produtos alimentícios (+4.278), que obteve o melhor desempenho entre todos os subsetores econômicos e o único segmento industrial a apresentar números positivos no acumulado do último triênio. Na

mesma direção, destacou-se o ramo de serviços médicos/veterinários. A criação de 3.822 novos vínculos significou uma variação de 7% sobre o estoque de empregos formais vigentes no início do período (dezembro de 2014). Quanto aos demais subsetores com saldo positivo – comércio atacadista (+808); ensino (+248); instituições de crédito/seguros (+22) e serviços técnicos (+14) -, o conquistado mostrou-se bastante ínfimo, não chegando a representar 1% de crescimento sobre o volume total de trabalhadores empregados.

Tabela 1 – Saldo líquido de empregos e variação segundo os subsetores econômicos – Santa Catarina, 2015 a 2017

IBGE Subsetor	2015	2016	2017	Acumulado	Var. sobre estoque (em%)
01-Extrativa mineral	-638	-167	-335	-1.140	-13,4
02-Indústria de produtos minerais não metálicos	-1.203	-2.620	-543	-4.366	-12,0
03-Indústria metalúrgica	-4.154	-2.305	1.283	-5.176	-8,9
04-Indústria mecânica	-7.546	-3.151	-468	-11.165	-17,3
05-Indústria do material elétrico e de comunicações	-2.645	-576	2.660	-561	-1,9
06-Indústria do material de transporte	-2.860	-1.624	18	-4.466	-20,6
07-Indústria da madeira e do mobiliário	-1.950	-797	1.033	-1.714	-2,4
08-Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	-1.513	-381	418	-1.476	-4,8
09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	-1.930	101	-251	-2.080	-12,0
10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	-2.586	-922	954	-2.554	-4,7
11-Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	-10.731	-408	3.700	-7.439	-4,3
12-Indústria de calçados	-315	22	245	-48	-0,7
13-Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.852	-800	3.226	4.278	3,6
14-Serviços industriais de utilidade pública	129	-109	-157	-137	-0,7
15-Construção civil	-8.771	-8.678	-1.087	-18.536	-17,6
16-Comércio varejista	-8.097	-1.799	5.054	-4.842	-1,3
17-Comércio atacadista	-1.773	62	2.519	808	1,0
18-Instituições de crédito, seguros e capitalização	-118	-160	300	22	0,1
19-Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	-459	-3.318	3.791	14	0,0
20-Transportes e comunicações	-1.834	-1.882	1.310	-2.406	-1,9
21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	-1.636	-4.518	2.765	-3.389	-1,7
22-Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.865	1.099	858	3.822	6,6
23-Ensino	-772	58	962	248	0,3
24-Administração pública direta e autárquica	-1.259	569	-524	-1.214	-0,5
25-Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	-1.195	-702	-951	-2.848	-6,3
Total	-60.139	-33.006	26.780	-66.365	-3

Fonte: CAGED/MTB. Elaboração própria

Como visto anteriormente, a perda de 18.536 postos de trabalho na construção civil (na classificação do IBGE, assim como no caso da agropecuária, aparece simultaneamente como grande setor e subsetor) significou uma variação de -18% sobre o estoque de empregos formais existentes na atividade. Apesar de figurar, em números absolutos, como o segmento que mais perdeu, quando se analisa as perdas em termos relativos é o ramo industrial do material de transporte que aparece com o pior resultado: o fechamento de 4.466 vínculos significou um decréscimo de -21% sobre o estoque de empregos. Outras variações negativas

igualmente significativas ocorreram na indústria mecânica, extrativa mineral, indústria de produtos minerais e indústria da borracha/fumo, todas com uma redução superior a 10%.

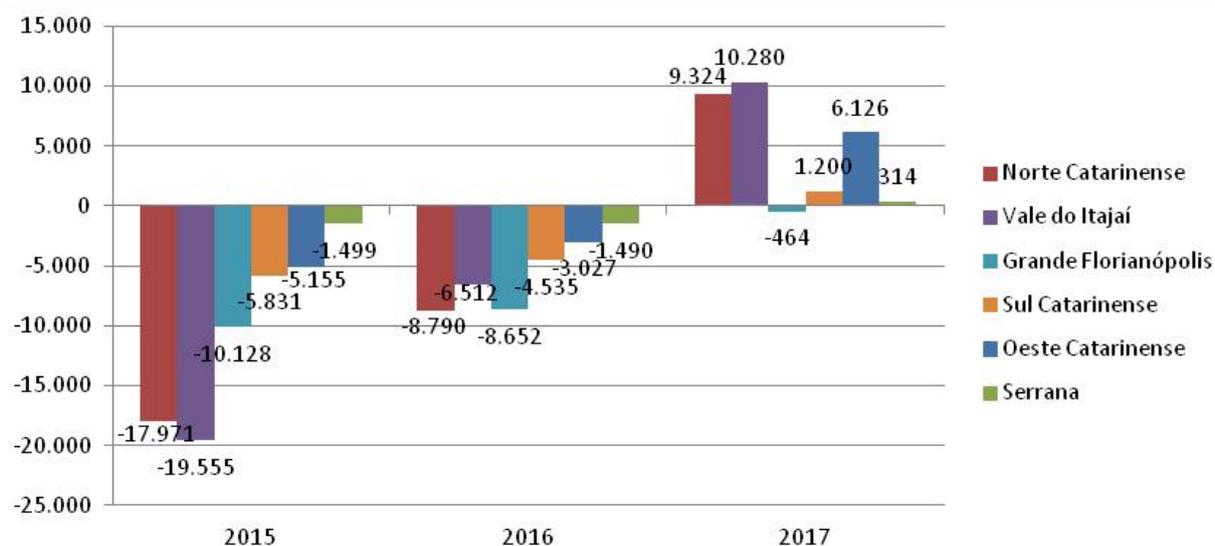
Na atividade da construção civil, em particular, o forte impacto da crise econômica esteve diretamente atrelado à queda dos investimentos públicos bem como ao consumo doméstico. Do lado do setor público, desde 2015, registra-se uma queda drástica e contínua dos investimentos. Sobretudo quando orientados para a infraestrutura, os gastos do poder público apresentam função estratégica e sistêmica para a economia, com efeitos cumulativos e dinâmicos na formação da oferta e demanda por produtos e empregos (ORAIR, 2016).

Dessa forma, tendo em vista os efeitos multiplicadores das despesas com investimentos, tal redução é bastante problemática para as condições de recuperação do crescimento econômico e, em particular sobre o mercado de trabalho. No período histórico recente (1995/2017), a taxa dos investimentos públicos em proporção do PIB alcançou o auge de 4,6% em 2010. No final de 2014, a taxa já havia regredido para 3,9%, descendo ainda mais nos anos seguintes: 2,9% em 2015; 2,3% em 2016; e, conforme estimativa, para 2% em 2017 (IFI, 2017).

5. TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NAS REGIÕES DE SANTA CATARINA

Seguindo a classificação do IBGE, Santa Catarina está subdividida em seis mesorregiões. Em ordem decrescente de participação no mercado de trabalho formal, segundo dados da última edição da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (referente ao ano de 2016, e que inclui também os vínculos de servidores estatutários), as regiões apresentam a seguinte distribuição: Vale do Itajaí (região que detém a maior participação do emprego formal, com 26% do total de vínculos); Grande Florianópolis (22% dos vínculos); Norte Catarinense (com 19%); Oeste Catarinense (17%); Sul Catarinense (12%); e Serrana (com a menor proporção de empregados formais, o equivalente a 4%).

Conforme demonstrado na Figura 11, no biênio 2015/2016, o impacto da crise foi sentido em todas as mesorregiões de Santa Catarina. Em 2017, com exceção da Grande Florianópolis, todas as demais regiões voltaram a registrar desempenho positivo na geração de empregos. Mesmo assim, a quantidade de postos criados se mostrou insuficiente para a recuperação das perdas sofridas no período mais duro da crise econômica. No acumulado do triênio, a Grande Florianópolis foi a região que, em números absolutos, mais perdeu postos no mercado de trabalho formal: foram -19.244 vínculos de emprego.

Figura 11 – Saldo líquido de empregos segundo as mesorregiões - Santa Catarina, 2015-2017

Fonte: CAGED. Elaboração própria

Já em termos proporcionais ao tamanho do mercado de trabalho, isto é, na relação sobre o estoque de empregos vigentes no início do período em cada região, o Norte Catarinense foi onde se registrou a maior redução, uma variação de -4% no número de empregos formais, desempenho quase idêntico ao ocorrido na Grande Florianópolis (-3,9%). Na região Sul Catarinense, a variação de -3,3% foi resultado do fechamento de 9.166 postos. O Vale do Itajaí e a região Serrana registraram, em termos relativos, a mesma redução (-2,7%), entretanto, tendo em vista a discrepância no tamanho dos respectivos mercados, a diferença esteve no quantitativo de postos perdidos (-15.787 e -2.675, respectivamente). Por fim, no Oeste foi registrada a menor variação dentre as regiões catarinenses (-0,5%), um desempenho que equivaleu ao fechamento de 2.056 postos de trabalho.

Quando se analisa a dinâmica do mercado de trabalho em nível subsetorial (Apêndice 1), observa-se que as perdas na construção civil foram igualmente fortes em todas as mesorregiões do estado. Em particular, nas regiões do Vale do Itajaí (-5.048 vínculos), Oeste (-2.845), Sul (-2.741) e Serrana (-1.554) a construção civil foi o subsetor econômico que, em números absolutos, apresentou o pior resultado no acumulado do último triênio. No Oeste e região Serrana, a agricultura figura com o segundo maior número de perdas (-1.245 e -569, respectivamente). No Sul, por sua vez, as indústrias de produtos minerais, mecânica e química também registram quedas expressivas.

No Vale do Itajaí, o desempenho nos segmentos da indústria têxtil, mecânica e material de transportes foi igualmente importante para o saldo acumulado negativo neste

último triênio, assim o comércio varejista. Por outro lado, a exceção da administração pública, todos os demais subsetores na área de serviços já alcançam resultado positivo no período. No Norte Catarinense, a indústria mecânica foi o subsetor que obteve o pior desempenho (-5.356). Na região, todos os subsetores da indústria acumulam perdas, sendo também expressivos os números negativos na têxtil (-3175).

Na Grande Florianópolis, a construção registrou o segundo pior desempenho (-4.698), seguido de perto pelo desempenho no ramo de serviços técnicos (-4.423). Ambos foram precedidos apenas pela forte queda no serviço de alojamento/alimentação (-5.224). Nesta região, apenas três subsetores obtiveram resultado positivo no acumulado dos últimos três anos: indústria da borracha/couro, indústria de calçados e comércio varejista, ainda assim, com resultados bastante pequenos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi apresentar em dados quantitativos o impacto da crise econômica sobre o mercado de trabalho em Santa Catarina. Para tanto, o estudo foi conduzido a partir de dados oficiais secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTB).

No que se refere aos condicionantes da crise da economia brasileira, foi visto que a recessão econômica de 2015-2016 foi causada por fatores externos e internos. Em um primeiro momento, a economia catarinense sofreu fortemente as consequências, tendo em vista a queda de participação do PIB de Santa Catarina no PIB Nacional em 2015. A partir de então, os dados secundários setoriais apontam, ainda que não de forma conclusiva, que a economia catarinense apresentou indicadores levemente superiores aos nacionais, mas nada que permita apontar para uma recuperação.

Conforme demonstrado, ainda que em ritmo e patamares menos acentuados, o mercado de trabalho catarinense igualmente refletiu os efeitos da crise econômica que se instalou no país. No contexto estadual, isso significou a regressão dos avanços realizados em período recente (entre os anos de 2013/2014, por exemplo, a taxa de desemprego esteve abaixo de 3% no estado). Por outro lado, como reflexo da nova conjuntura, o ano de 2017 teve início apresentando uma elevação recorde nos indicadores relativos ao desemprego e vulnerabilidades no mercado de trabalho. Uma condição que, importante ressaltar, ainda não foi superada.

Como um todo, o período que se estende a partir de 2015 foi marcado por uma projeção da vulnerabilidade laboral. Entre o final de 2014 e 2017, o crescimento na taxa de desocupação foi maior em âmbito estadual do que no Brasil como um todo. Comportamento que esteve associado ao nível de demissões sem precedentes na série histórica do mercado de trabalho formal. De fato, a redução no nível de ocupações formais no período 2015-2017 foi praticamente generalizada em todos os setores e regiões de Santa Catarina. A exceção a esse movimento foi pontual, como visto, ligado aos segmentos da indústria alimentícia e comércio atacadista.

Apesar dos números positivos ao longo de 2017, a geração de empregos com carteira de trabalho assinada em Santa Catarina não foi suficiente para superar as perdas sofridas nos anos anteriores. Esse fato se agrava diante da conjuntura econômica que aponta para uma estagnação da economia. Nesse sentido, as políticas públicas nas áreas sociais, de trabalho e renda são um importante instrumento para, senão superar, ao menos mitigar a vulnerabilidade a que estão expostas trabalhadoras e dos trabalhadores em Santa Catarina. Contrariamente às expectativas que apoiam a retirada dos direitos trabalhistas, este estudo aponta que a melhoria dos indicadores no mercado de trabalho somente se efetivará num contexto de crescimento econômico inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Renato R. *et al.* Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, Paulo F. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Boletim de Conjuntura do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico**, n. 14, maio. 201. Disponível em: <www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura014.html>. Acesso em: 25 de junho de 2018.

KREIN, José Darin. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE. **Relatório de Acompanhamento Fiscal**, dez. 2017.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente. Análise do Mercado de Trabalho. IPEA, **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, nº 64, abr. 2018.

ORAIR, Rodrigo O. **Investimento público no Brasil**: trajetória e relações com o regime fiscal. 2016. Textos para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 2215, jul. 2016.

PINTO, Eduardo Costa *et al.* A Guerra de Todos Contra Todos: a crise brasileira. XXII Encontro Nacional de Economia Política, 2017, Campinas. **Anais eletrônicos**. Campinas, 2017.

RAUD, Cecile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Saldo de empregos por mesorregiões segundo os subsetores, 2015-2017

IBGE Subsetor	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Norte Catarinense	Oeste Catarinense	Sul Catarinense	Serrana	Total
01-Extração mineral	-133	-129	-57	-30	-792	1	-1.140
02-Indústria de produtos minerais não metálicos	-775	-1.020	-693	-301	-1.536	-41	-4.366
03-Indústria metalúrgica	-1.747	-453	-1.278	-606	-826	-266	-5.176
04-Indústria mecânica	-3.362	-80	-5.356	-692	-1.407	-268	-11.165
05-Indústria do material elétrico e de comunicações	-626	-40	553	-451	6	-3	-561
06-Indústria do material de transporte	-2.871	-427	-10	-410	-743	-5	-4.466
07-Indústria da madeira e do mobiliário	-566	-363	-788	-1	-442	446	-1.714
08-Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	-338	-287	-637	163	-271	-106	-1.476
09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	-644	184	-1.253	-261	70	-176	-2.080
10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	70	-308	-1.226	206	-1.245	-51	-2.554
11-Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	-3.720	-105	-3.175	189	-433	-195	-7.439
12-Indústria de calçados	13	95	-4	34	-186	0	-48
13-Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	998	1.155	-283	2.322	420	-334	4.278
14-Serviços industriais de utilidade pública	305	-233	-41	-256	176	-88	-137
15-Construção civil	-5.048	-4.698	-1.650	-2.845	-2.741	-1.554	-18.536
16-Comércio varejista	-2.185	155	-1.472	-979	318	-679	-4.842
17-Comércio atacadista	393	-186	46	465	-183	273	808
18-Instituições de crédito, seguros e capitalização	195	-466	-356	564	-10	95	22
19-Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	1.451	-4.423	-277	1.198	979	1.086	14
20-Transportes e comunicações	194	-1.093	-1.488	523	-444	-98	-2.406
21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	525	-5.224	1.455	-501	483	-127	-3.389
22-Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.669	-545	992	912	679	115	3.822
23-Ensino	1.252	-242	-345	-85	-219	-113	248
24-Administração pública direta e autárquica	-352	-286	144	31	-733	-18	-1.214
25-Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	-485	-225	-238	-1.245	-86	-569	-2.848
Total	-15.787	-19.244	-17.437	-2.056	-9.166	-2.675	-66.365

Fonte: CAGED. Elaboração própria

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016¹

Lauro Mattei²

Vicente Loeblein Heinen³

Resumo: Neste artigo analisa-se a evolução do emprego formal em Santa Catarina entre 2001 e 2016, com foco na dinâmica agregada dos postos formais de trabalho do estado. Após uma breve revisão de literatura, num primeiro momento são analisados os dados agregadamente e, posteriormente, seus comportamentos em termos de ramos de atividade, renda, jornada de trabalho, escolaridade e gênero. Visando compreender os possíveis impactos da atual crise econômica no mercado formal de trabalho catarinense, utilizaram-se dois períodos distintos de informações: o primeiro contempla os dados entre 2001 e 2014, enquanto o segundo analisa as informações entre 2014 e 2016, período fortemente influenciado pela crise econômica geral do país. A partir desses dados, notou-se o fim da expansão do emprego formal a partir de 2014, ano que marca uma forte inflexão dos postos formais de trabalho do estado. Com isso, intensificou-se a concentração do emprego formal nos setores de serviços e comércio da economia, ao passo que os setores da indústria de transformação e da construção civil apresentaram forte declínio. Esse movimento afetou o nível de renda dos trabalhadores, pois, frente ao período de retração econômica, o mercado formal de trabalho se ajustou reduzindo a participação das maiores faixas salariais e ampliando a das menores. No mesmo contexto, registrou-se a expansão da participação das jornadas de trabalho menos extensas no estado. No tocante à escolaridade, elevou-se a seletividade das contratações formais, posto que os trabalhadores com menores graus de escolaridade foram os principais afetados com a crise. Por fim, notou-se ainda que o cenário favorável à inserção da mulher no mercado de trabalho, que prevaleceu entre 2001 e 2014, também se reverteu a partir deste último ano.

Palavras-chave: Emprego; Santa Catarina; Postos Formais de Trabalho.

ANALYSIS OF THE FORMAL LABOR MARKET EVOLUTION IN SANTA CATARINA BETWEEN 2001 AND 2016

Abstract: This study analyzes the evolution of formal employment in the state of Santa Catarina between 2001 and 2016, focusing on the aggregate dynamics of the state's formal jobs. After a brief literature review, the aggregate data of the formal employment are data are analyzed, and, subsequently, its behavior in terms of economic activity sectors, income, working hours, schooling and gender. Aiming to understand the possible impacts of the current economic crisis on the Santa Catarina's formal labor market, two different periods of information were used: the first contemplates the data between 2001 and 2014, while the second analyzes the information between 2014 and 2016, a period strongly influenced by the economic crisis of the country. From this data, it is shown an expansion of formal

¹ Trabalho oriundo de projeto de pesquisa PIBIC/CNPq/UFSC 2017-2018.

² Professor do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC.

³ Graduando de Economia na UFSC e bolsista do referido projeto.

employment from 2014, a year that marked a strong inflection of the state's formal employment posts. As a result, the concentration of formal employment in the services and trade sectors of the economy has intensified, while the transformation industry and construction sectors have declined sharply. This movement affected the workers' level of income, because, faced with the period of economic recession, the formal labor market was adjusted by reducing the share of the highest wage brackets and increasing the share of the lowest. In the same context, there was an increase in the participation of less extensive working hours in the state. With regard to schooling, the selectivity of formal contracts increased, since the workers with the lowest educational levels were the main ones affected by the crisis. Finally, it was noted that the favorable scenario for the insertion of women in the labor market, which prevailed between 2001 and 2014, also reversed as of this last year.

Keywords: Employment; Santa Catarina; Formal jobs.

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho passou por transformações profundas ao longo das últimas décadas. Apesar disso, e embora tenha mudado de forma, o trabalho jamais deixou de estar no centro do sistema capitalista, sendo responsável não apenas pela determinação de preços, mas também pelos próprios ciclos econômicos, assim como pelas condições de vida que disso decorrem (ANTUNES, 1997).

Com a alteração nas formas de incorporação de trabalho, a categoria do emprego também sofreu alterações qualitativas, de modo que, hoje, o “trabalhador pode perfeitamente estar precarizado, ainda que submetido a relações de emprego formais” (BRAGA, 2013, p. 194). Ainda assim, os *níveis de formalização do emprego* seguem sendo fundamentais para mensurar as condições de trabalho da população, sobretudo por configurarem um parâmetro para se analisar as correlações de força entre capital e trabalho e por ainda estabelecerem patamares mínimos de direitos aos trabalhadores, a exemplo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no caso brasileiro⁴.

Colocando esta questão em perspectiva histórica, observa-se que o mercado de trabalho está sempre submetido à forma de organização social da produção, a qual se transforma continuamente devido à articulação das esferas econômicas, políticas, culturais e geográficas. Sendo assim, é fundamental que as análises acerca deste tema considerem as

⁴ Nos termos de Sabadini e Nakatani, tem-se que “o desenvolvimento das relações capital/trabalho e as diferentes formas de regulamentação dessas relações impuseram uma outra noção de trabalho informal. Este se define em oposição a uma formalização legal que, no Brasil, aparece sob a forma de um registro na carteira de trabalho. Dessa maneira, os registros oficiais e os dados das pesquisas são muito mais limitados para a apreensão dessa categoria de trabalhadores. Entretanto, o estudo desses dados permite obter uma visão, certamente parcial, mas significativa desse fenômeno crescente em todas as sociedades contemporâneas e em particular, no Brasil” (2002, p. 268).

configurações mais gerais do sistema capitalista contemporâneo, para demonstrar seu movimento e os consequentes impactos no mercado de trabalho em geral, e em especial no caso em estudo, ou seja: o mercado formal de trabalho catarinense.

Partindo desse escopo, o presente artigo analisa a evolução e a dinâmica do mercado formal de trabalho catarinense entre 2001 e 2016. Para tanto, o trabalho está estruturado em mais três seções, além dessa breve introdução. A primeira seção sintetiza as principais transformações do mundo do trabalho, visando compreender suas consequências sobre as tendências do emprego no Brasil. Já a segunda analisa as informações sobre o mercado de trabalho em Santa Catarina, enfatizando as características gerais e a dinâmica específica de seu mercado formal de trabalho, com foco nos indicadores relativos aos ramos de atividade econômica, gênero, escolaridade, renda e jornada de trabalho. A terceira seção apresenta as considerações finais do trabalho, procurando destacar as principais tendências observadas no âmbito geral do mercado de trabalho catarinense.

2. TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO CURSO DO SÉCULO XXI

Para que se observe de forma concreta como as transformações da organização produtiva afetam aos trabalhadores, um primeiro movimento a ser feito diz respeito à análise dos ciclos e da dinâmica de acumulação do capital na qual eles se inserem. No plano mundial, as mudanças mais significativas nessa dinâmica tiveram início ao final dos anos 1960, período que marcou a transição para um novo regime de acumulação do capital, ao qual David Harvey (2012) denominou regime de *acumulação flexível*.

Demarcando o início de um novo ciclo econômico, este regime emergiu da crise das economias de escala⁵ e caracterizou-se pelo confronto direto com a rigidez do fordismo – expressa em elementos como os contratos e as jornadas de trabalho, assim como na própria estrutura e na ação do Estado –, atuando com a finalidade de reduzir os custos com mão-de-obra e promover a redução do tempo de giro do capital para resolver o problema da capacidade produtiva ociosa das economias centrais.

⁵ De acordo com Harvey (2012), a crise do fordismo demarca o fim do pacto social firmado no pós-guerra e está pautada pela impossibilidade da manutenção dos pilares que o sustentavam, isto é: a crescente ampliação da produtividade do trabalho e da lucratividade corporativa – capaz de sustentar o acordo cambial firmado em Bretton Woods –, que cederam com a elevação da *concorrência internacional* frente ao término do período de reconstrução dos países destruídos pela guerra e pelas contradições que a necessidade de constantes expansões de mercados consumidores implicavam ao sistema, principalmente no que tange à capacidade produtiva ociosa.

Para resolver a crise do lado da produção, teve início um amplo processo de *reestruturação produtiva*, que utilizou de inovações como as dos sistemas informacionais, comunicacionais e organizacionais para fomentar a substituição do trabalho vivo pelo morto, resultando na tendência global de flexibilização do mercado de trabalho, de ampliação do desemprego e de compressão dos salários⁶.

Para completar esse processo pelo lado da circulação, a solução da crise passava por deslocar os países latino-americanos de competidores industriais, para mercados consumidores, efeito que seria alcançado, entre outros expedientes, mediante a subordinação das economias periféricas no contexto da "financeirização" da economia global, a partir do qual a acumulação se dá principalmente sob os imperativos da valorização do capital pela via financeira (PAULANI, 2013). Tomando parte do processo de redução da concorrência internacional e da ampliação de mercados, por essa via, as economias centrais – Estados Unidos à frente – reduzem a liquidez internacional na década de 1980, levando à deterioração das contas internas de países como o Brasil, que passa a acumular déficits que exigem a obtenção de fortes saldos comerciais para financiá-los.

A partir disso, a economia nacional adentrou em um período de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças, que fizeram com que o país ficasse cada vez mais às margens da concepção de produtos, passando a se *especializar* na produção de mercadorias de menor valor agregado. A consequência imediata disso foi o deslocamento de grande volume de empregos do setor industrial para o de serviços⁷.

Na esfera política, a reestruturação produtiva foi completada pela difusão do neoliberalismo, que no Brasil significou uma reconfiguração das políticas econômicas a partir da década de 1990. Com isso, ampliaram-se largamente a lógica da privatização de empresas públicas, da liberalização comercial, da valorização de capitais pela via

⁶ Observa-se, nesse contexto, a ascensão do “desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical, [em consonância com o] crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (HARVEY, 2012, p. 141-43).

⁷ De acordo com Ruy Braga, “a tardia integração da estrutura social brasileira à mundialização do capital e ao neoliberalismo serviu para consolidar a dominância daqueles capitais internacionais liberados pela secular tendência à queda da taxa de lucros sobre setores não produtivos da economia nacional, tais como, o setor bancário e as telecomunicações. Ao longo da década de 1990, a visível expansão do setor de serviços que acompanhou o ciclo neoliberal das privatizações desenvolveu-se conforme a lógica da mecanização, da padronização, da especialização e da fragmentação, ou seja, da industrialização da relação de serviço imposta pelo desejo empresarial de assegurar ganhos de escala, promover a extensão da jornada de trabalho por meio do recurso às terceirizações e intensificar o ritmo do trabalho no setor” (2013, p. 145).

financeira e da consequente “racionalização produtiva” diante do novo padrão de concorrência internacional:

Combinando a flexibilidade produtiva garantida pela informatização com novas configurações entre o centro e a periferia da força de trabalho, as empresas brasileiras entraram, tardia porém decididamente, na era do *reporting* (prestação de contas aos acionistas), do *track recording* (histórico de desempenho) e do *downsizing* (enxugamento). E, ao longo da chamada “Era FHC”, um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico consolidou-se, renovando as formas de desigualdade no contexto do aumento do desemprego de massas. Por exemplo, entre 1989 e 1999 a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com uma elevação da taxa de desemprego aberto de 3% para 9,6% da PEA (População Economicamente Ativa). Associada ao aumento do desemprego, a onda de privatizações da segunda metade dos anos 1990 foi uma das formas encontradas pelo governo FHC para criar um ciclo de negócios capaz de potencializar a acumulação de capital financeiro [...]. A estrutura econômica brasileira, não sem conflitos, é verdade, foi finalmente integrada à mundialização do capital e ao neoliberalismo, transformando -se em uma autêntica *plataforma de valorização financeira internacional* (BRAGA, 2013, p. 145).

Uma vez consolidadas essas mudanças estruturais de ampla expansão da *precarização do mercado de trabalho*, entretanto, a economia mundial experimentou um novo ciclo expansivo. A partir de 2003, a alta no ciclo de liquidez internacional permitiu baixas taxas de juros no mercado de crédito mundial, dando margem para reduções nos juros domésticos sem grande desvalorização cambial. Somando isso à elevação da demanda e dos preços dos produtos primários (provocada sobretudo pelo crescimento da economia chinesa), tem-se no Brasil os superávits que permitiram que o governo ampliasse o gasto público, investindo em infraestrutura e implementando políticas tributárias e de crédito⁸ que reforçaram “o ritmo de atividade da economia, contribuindo para a geração de empregos formais e não formais” (BALTAR, 2014, p. 101).

Nesse período, portanto, observou-se uma grande ampliação dos Postos Formais de Trabalho (PFTs) no Brasil, que cresceram 67,8% entre 2003 e 2014 no país (PDET, 2016). Assim, a primeira década dos anos 2000 foi marcada por uma melhoria das *condições formais de trabalho* no país, porém, como as mudanças promovidas não romperam “em essência, com

⁸ Na visão de Cardoso Júnior, para além do “aumento e desconcentração do gasto social, aumento e diversificação do crédito interno e do aumento e diversificação do saldo exportador”, a “consolidação do regime tributário simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte (SIMPLES) e uma maior eficácia das ações de intermediação de mão-de-obra e de fiscalização das relações e condições de trabalho nas empresas” (2007, p. 88) também foram fontes importantes à expansão do emprego formal no período.

o tripé de política econômica existente no país desde 1999” (DIEESE, 2012, p. 13), tampouco com a *especialização produtiva* voltada para mercadorias de baixo valor agregado, o período também foi caracterizado pela penetração da lógica flexível nas relações laborais⁹.

Com o advento da crise econômica global a partir de 2008, contudo, houve uma retração da demanda internacional, a qual surtiu efeitos diretos sobre o mercado de trabalho brasileiro, desfazendo a conjuntura favorável que predominou nesse período de ascensão¹⁰. Com isso, observam-se alterações contínuas nas taxas de ocupação do mercado formal de trabalho, destacando-se a enorme redução deste tipo de ocupação após o ano de 2014, quando a economia brasileira entrou em profunda recessão, causando efeitos negativos sobre o nível de emprego que perduram até os dias atuais.

3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016

3.1. Aspectos gerais do mercado de trabalho catarinense

A despeito das distintas estruturas produtivas regionais, observa-se que o mercado de trabalho catarinense apresenta comportamento semelhante ao brasileiro nas distintas fases históricas. Para Lins e Mattei (2007), desde a integração de Santa Catarina ao mercado nacional, mas especialmente nas últimas três décadas, a economia catarinense vem acompanhando de maneira bastante uniforme a dinâmica nacional, com efeitos que também são estendidos ao mercado de trabalho.

Sendo assim, é evidente que nos últimos anos a economia catarinense teve seu desempenho fortemente condicionado pelo movimento da economia nacional, cujo cenário foi marcado por uma das maiores recessões de sua história. Nesse sentido, registre-se que Santa

⁹ Segundo estudo do DIEESE, no Brasil da primeira década deste século, as taxas de rotatividade da força de trabalho foram constantemente elevadas, ao passo que o país “apresentou taxas que variaram entre 43,6%, em 2004 e 52,5%, em 2008, chegando em 2010 – já no início da segunda década – a 53,8%” (2012, p. 281). Adicionalmente, Sotelo Valencia faz notar que esse novo padrão, “mesmo nos períodos de crescimento, implica a precarização dos novos empregos e também dos já existentes (por exemplo, quando passam de estáveis a instáveis mediante a demissão e posterior recontração), diferentemente do que ocorreu no período ‘orgânico’ da industrialização latino-americana, [visto que esse novo ciclo] não oferece nenhuma oportunidade para desenvolver a industrialização e o mercado interno, pois o padrão neoliberal privilegia o mercado mundial e os empregos tendem a se degradar e a se transformar em empregos precários, sem nenhuma consideração jurídico-política por parte do Estado” (2009, p. 133-134).

¹⁰ “Em momentos de expansão da economia mundial cresce a demanda pelas exportações das economias periféricas. Quando o ciclo de liquidez internacional está em alta, passa a existir crédito abundante nos mercados internacionais e, via de regra, com taxas de juros reduzidas. Nesse contexto internacional favorável, ainda que continuem operando os condicionantes estruturais da dependência, existe certa margem de manobra para as economias dependentes. O mesmo não pode ser dito quando o contexto internacional é desfavorável. Neste, os problemas estruturais se manifestam nos indicadores de vulnerabilidade externa das economias” (CARCANHOLO, 2012, p. 82).

Catarina também vem sofrendo os efeitos da crise econômica que se consolidou no país a partir de 2014.

Apesar desse cenário, uma das características gerais do mercado de trabalho catarinense segue sendo que as suas taxas de desemprego figuram sempre entre as menores, em comparação com as demais unidades federativas do Brasil. A situação também é relativamente melhor no que se refere ao grau de formalização do trabalho, quesito no qual Santa Catarina também apresenta um dos melhores resultados nacionais.

Para contextualizar a questão do emprego formal na situação geral do emprego no estado e no país, a Tabela 1 apresenta a variação de indicadores relacionados à força de trabalho no Brasil e em Santa Catarina entre 2001 e 2015¹¹, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (2017):

Tabela 1: Evolução da PIA, PNEA, PEA e da condição de ocupação (mil pessoas). Brasil e SC, 2001 e 2015.

		2001	%	2015	%	Var. (p.p.)	Taxa a.a. (%)
Brasil	PIA	140.422	100	177.657	100	-	1,69
	PNEA	55.518	39,54	72.137	40,60	1,07	1,89
	PEA	84.886	60,45	105.519	59,39	-1,06	1,57
	PEA Ocupada	76.936	54,79	95.380	53,69	-1,10	1,55
	PEA Desocupada	7.950	5,66	10.139	5,71	0,05	1,75
Santa Catarina	PIA	4.628	100	6.049	100	-	1,93
	PNEA	1.642	35,48	2.312	38,22	2,74	2,47
	PEA	2.986	64,52	3.736	61,76	-2,76	1,61
	PEA Ocupada	2.862	61,84	3.528	58,32	-3,52	1,51
	PEA Desocupada	124	2,68	208	3,44	0,76	3,76

Fonte: IBGE/PNAD; Elaboração própria.

Desde o início da primeira década do século XXI, Santa Catarina encontra-se numa situação melhor do que a maioria das demais unidades da federação no que se refere à participação no mercado de trabalho, pois 64,5% da sua população em idade ativa (PIA) são pessoas economicamente ativas (PEA). Esse percentual situou-se ligeiramente acima do percentual apresentado pelo país em 2001, que era de 60,4%. No último ano da série (2015), já sob os efeitos da crise econômica, esses percentuais foram de 61,8% e 59,4%, respectivamente.

¹¹ A análise não abrange o ano de 2016 devido à mudança metodológica da PNAD para a PNAD Contínua a partir dessa data.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 Santa Catarina contava com 95,8% de sua PEA ocupada, o que, em termos absolutos, correspondia a 2.862 mil pessoas ocupadas. Esse percentual se reduziu para 94,4% em 2015, embora o número absoluto de pessoas ocupadas tenha passado para 3.528 mil. No agregado nacional, o percentual da PEA ocupada passou de 90,6%, em 2001, para 90,4%, em 2015, demonstrando o esgotamento da fase de melhoria do mercado de trabalho. A PEA ocupada catarinense cresceu a uma taxa média de 1,5% ao ano no período considerado, praticamente o mesmo ritmo observado no conjunto do país. A rigor, esse resultado reflete o cenário de crise de 2015, uma vez que até 2014 ambas as regiões apresentavam um crescimento expressivo na população ocupada.

Em função disso, observa-se um aumento do desemprego, que até 2014 vinha diminuindo em termos de sua participação na PEA. No caso de Santa Catarina, a taxa de desocupação (desocupados/PEA) passou de 4,2%, em 2001, para 5,6%, em 2015. No conjunto do país, nota-se que a categoria dos desocupados – que vinham apresentando queda sequencial em termos relativos ao longo da primeira década do século, chegando a representar apenas 6,7% da PEA brasileira no ano de 2011 – elevou-se expressivamente em 2015, atingindo 9,6%. Embora não seja possível comparar tais dados com os resultados da PNAD Contínua, vale observar que esta nova versão da pesquisa do IBGE assinala um crescimento ainda maior do desemprego em 2016, com taxas na casa dos 11% para o Brasil, e dos 6% para Santa Catarina.

A Tabela 2 apresenta a evolução da condição de ocupação e da *posição na ocupação* no trabalho principal da PEA em Santa Catarina:

Tabela 2: Evolução da População Economicamente Ativa, condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal. SC, 2001 e 2015 (mil pessoas)

	2001	%	2015	%	Var na PEA (p.p.)
PEA	2.986	100,00	3.736	100,00	-
PEA Ocupada	2.861	95,81	3.528	94,43	-1,38
PEA Desocupada	125	4,19	208	5,57	1,38
<i>Empregados</i>	1.587	53,15	2.299	61,54	8,39
<i>Trabalhadores domésticos</i>	159	5,32	155	4,15	-1,18
<i>Conta própria</i>	564	18,89	727	19,46	0,57
<i>Empregadores</i>	172	5,76	200	5,35	-0,41
<i>Trabalhador na construção para o próprio uso</i>	2	0,07	1	0,03	-0,04
<i>Trabalhador na produção para o próprio consumo</i>	94	3,15	75	2,01	-1,14
<i>Não remunerado</i>	283	9,48	71	1,90	-7,58

Fonte: IBGE/PNAD; Elaboração própria.

Inicialmente destaca-se a redução na ordem de 1,38% da participação da PEA ocupada na PEA total do estado, proporção que era 95,81%, em 2011, e passou para 94,43%, em 2015. A PEA desocupada, por outro lado, ampliou sua participação na PEA total para 5,57%, significando que – embora ainda em patamares relativamente baixos – o nível de desemprego aumentou, especialmente nos últimos anos da série.

Do ponto de vista da condição na ocupação, observa-se que a categoria dos empregados respondia por 53% da PEA catarinense no ano de 2011, proporção que passou para 61,5% em 2015. Em termos absolutos, houve a incorporação de 712 mil empregados no mercado de trabalho catarinense entre os anos de 2001 e 2015. A julgar pelo elevado ganho em participação no agregado da PEA que a categoria dos *empregados* apresentou (8,39%), é possível afirmar que este período foi marcado por uma tendência de estruturação do mercado de trabalho catarinense a partir de relações trabalhistas clássicas, nas quais prevalece o binômico proprietários e não proprietários dos meios de produção.

Também indicando essa forma de estruturação, nota-se que a categoria dos trabalhadores não remunerados apresentou a maior queda percentual do período, reduzindo em 7,58% sua participação no total da PEA. Assim, 212 mil trabalhadores deixaram de fazer parte desta categoria ocupacional de 2001 a 2015, ano este em que os trabalhadores não remunerados representaram menos de 2% da PEA do estado. Em grande medida, esses trabalhadores encontram-se alocados no setor primário, particularmente no sistema familiar de produção.

Outro efeito do grande contingente populacional dedicado à agricultura familiar em Santa Catarina diz respeito ao volume de pessoas trabalhando por conta própria – condição que é característica desse sistema – no estado. Quanto a isso, nota-se que a categoria dos trabalhadores por conta própria manteve sua participação praticamente inalterada ao longo de todo o período considerado, chegando a 2014 como 19% da PEA estadual. Atualmente essa é a segunda maior categoria ocupacional do estado.

Os trabalhadores domésticos, por sua vez, apresentaram uma redução na sua participação na PEA total de 5,3%, em 2001, para 4% em 2015. Essa redução pode estar associada tanto à crise econômica – que levou os demandantes desse tipo de serviço a contratarem menos –, quanto ao novo marco regulatório do setor, aprovado em 2013¹².

Os empregadores sofreram uma pequena redução percentual em sua participação na PEA total ao longo do período, muito embora tenham aumentado em termos absolutos. De

¹² Sobre a chamada “PEC das domésticas”, ver Teixeira (2013).

toda forma, essa é uma categoria ocupacional com pouca representação na PEA catarinense, dadas características ocupacionais gerais concentradas nos trabalhadores empregados e por conta própria.

No que concerne ao *mercado formal de trabalho*, em especial, cabem inicialmente alguns esclarecimentos. Registre-se, a esse ponto, que as informações utilizadas nas análises desse tema terão a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) como referência, o que se justifica tanto pela correlação importante que a RAIS guarda com os índices de seguridade social – principalmente no que tange aos trabalhadores cobertos pela CLT –, quanto pela ampla cobertura¹³ e pela possibilidade de análises regionalizadas, setoriais e ocupacionais que sua base de dados oferece.

Dada essa relação, a Tabela 3 apresenta a evolução do total dos Postos Formais de Trabalho (PFTs) em Santa Catarina entre 2001 e 2016, de acordo com os registros da RAIS:

Tabela 3: Distribuição dos PFTs em Santa Catarina (2001-2016)

<i>Ano</i>	Total
2001	1.155.712
2002	1.235.612
2003	1.291.454
2004	1.406.247
2005	1.486.969
2006	1.598.454
2007	1.697.800
2008	1.777.604
2009	1.838.334
2010	1.969.654
2011	2.061.577
2012	2.103.002
2013	2.210.927
2014	2.273.933
2015	2.214.292
2016	2.167.923
Taxa a.a.	4,63%

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração própria.

¹³ Segundo o MTE (2015), a base de dados da RAIS cobre cerca de 97% de todo o mercado formal de trabalho do país pelo menos desde 2007.

De um modo geral, a recuperação das atividades econômicas iniciada em 2004 implicou reflexos imediatos na economia catarinense¹⁴, sendo que um dos resultados mais visíveis foi a expansão das relações de trabalho formalizadas. Em meio a esse cenário, o início do século foi marcado por uma franca ampliação dos PFTs do estado, que passaram de 1.155.712 em 2001, para 2.273.933 em 2014, ano este em que o número PFTs foi o maior já registrado em Santa Catarina. Os dados da RAIS¹⁵ indicam que, nesse período, o estado praticamente dobrou seu estoque de empregos formais, colocando-se dentre as mais importantes unidades da federação em termos de formalização das relações de trabalho. Essa trajetória, todavia, começou a se alterar a partir de 2014, visto que, somente de 2014 a 2016, Santa Catarina perdeu 106 mil PFTs, findando, assim, o longo período de elevação do volume absoluto de empregos formais que se estendia no estado desde 1996.

Não sobram dúvidas, pois, que essa inversão de trajetória após 2014¹⁶ está diretamente relacionada à crise econômica enfrentada pelo país, visto que, a despeito de Santa Catarina manter uma estrutura produtiva diversificada, contar com uma expressiva participação da produção industrial e ter apresentado uma forte expansão do setor de serviços nas últimas décadas, a geração de empregos em sua economia também depende em grande medida da conjuntura nacional.

¹⁴ De um modo geral, é possível afirmar que o cenário favorável às exportações que se firmou no Brasil beneficiou a formalização do trabalho em Santa Catarina em razão da elevação da participação de grandes empresas: “destaca-se o fato de que no Brasil as grandes empresas predominam na exportação e as empresas grandes praticamente só empregam diretamente formalizando os contratos de trabalho em conformidade com a legislação” (BALTAR, 2014, p. 101).

¹⁵ Sobre os aspectos metodológicos do uso da RAIS como parâmetro para o emprego formal, vale a ressalva feita por Baltar, que argumenta que os registros da RAIS para a primeira década do século cresceram em descompasso com a evolução real do emprego formal no período: “O crescimento do emprego formal desproporcional ao crescimento do PIB, então, está relacionado com a formalização das empresas e dos contratos de trabalhos. O intenso crescimento do emprego registrado pela Rais deve-se muito mais a entrada e saída de estabelecimentos na Rais do que à variação do emprego em estabelecimentos que já estavam e se mantiveram na Rais. Alguns dos estabelecimentos novos decorrem da ampliação da capacidade produtiva de empresas já presentes na Rais, mas parte considerável é formada de empresas que se formalizaram ou nasceram formalizadas e declarando a Rais. A variação do emprego nos estabelecimentos que já estavam e se mantiveram na Rais foi relativamente pequena para o crescimento do PIB nos anos mencionados, de modo que foi a entrada de novos estabelecimentos na Rais, em substituição dos que saíram ou que ampliaram o número de estabelecimentos, que fez o crescimento do emprego formal ser muito maior do que o do PIB” (2014, p. 103).

¹⁶ Tendo em vista a importância dessa inflexão, registre-se que as análises que se seguem considerarão dois momentos distintos: o período “pré-crise” entre 2001 e 2014; e o período de maior incidência da crise, que começa em 2014 e se estende até 2016 (último ano com informações disponíveis).

3.2. Evolução do mercado formal de trabalho catarinense segundo alguns indicadores

3.2.1. Setores de Atividade Econômica

Refletindo as mudanças econômicas observadas nas escalas global e nacional, a base produtiva da economia catarinense vem sofrendo com mudanças substanciais desde o início do século. A Tabela 4 oferece um panorama da distribuição setorial dos empregos formais em Santa Catarina em 2001, 2014 e 2016:

Tabela 4: PFTs por setor de atividade econômica em SC (2001, 2014 e 2016)

	2001	%	2014	%	2016	%	Taxa a.a. (%)	
							(2001-2014)	(2014-2016)
<i>Extrativa mineral</i>	5.375	0,47	8.496	0,37	7.188	0,33	3,76	-8,36
<i>Indústria de transformação</i>	390.330	33,77	684.309	30,09	629.396	29,03	4,38	-4,18
<i>Serviços industriais de utilidade pública</i>	13.452	1,16	20.124	0,88	20.188	0,93	3,49	0,16
<i>Construção Civil</i>	41.836	3,62	105.331	4,63	83.580	3,86	8,68	-11,57
<i>Comércio</i>	197.839	17,12	455.439	20,03	441.059	20,34	6,60	-1,60
<i>Serviços</i>	306.550	26,52	694.185	30,53	687.737	31,72	6,43	-0,47
<i>Administração Pública</i>	166.178	14,38	261.177	11,49	255.580	11,79	3,17	-1,08
<i>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</i>	34.152	2,96	44.872	1,97	43.195	1,99	1,27	-1,90
Total	1.155.712	100	2.273.933	100	2.167.923	100	5,30	-2,39

Fonte: RAIS/ MTE; Elaboração própria.

De início, nota-se que o período 2001-2014 foi marcado por um crescimento nos PFTs de todos os setores, ao passo que o agregado estadual cresceu a uma taxa acumulada ao ano de 5,3%. Nesse período, o setor que mais cresceu foi a construção civil (8,68% a.a.), o que se deve especialmente à mobilização de grandes empresas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida¹⁷ (PMCMV) do governo federal. Completando o quadro dos setores que cresceram acima da média, o comércio (6,6% a.a.) e os serviços (6,43% a.a.) também apresentaram grande ampliação do estoque de seus PFTs. Ainda que abaixo da média estadual, o quarto ramo que mais cresceu (4,38% a.a.) foi a indústria de transformação, seguido pelos setores da extrativa mineral (3,76% a.a.), dos serviços industriais de utilidade

¹⁷ De acordo com Maricato (2011), a expansão do setor da construção civil foi um mecanismo empregado pelo governo federal para movimentar a economia brasileira de forma anticíclica, tendo em vista a crise internacional consolidada em 2008. Nesse sentido, salienta-se que projetos como o MCMV elevaram as taxas de emprego de forma conjuntural no país, mantendo, não obstante, uma estrutura de baixos salários e precarização das condições de trabalho.

pública (SIUP) (3,49% a.a.), da administração pública (3,17% a.a.) e do setor da agropecuária, as extração vegetal, caça e pesca (1,27% a.a.).

Saldo dessa dinâmica, o setor que mais ganhou em participação nesse período foi o de serviços, que representava 26,5% do total dos PFTs em 2001, e em 2014 passou a ser o setor com mais empregados formalizados de Santa Catarina, abrangendo 31,7% de seus PFTs. Acompanhando o fortalecimento do chamado “terceiro setor”, o comércio ampliou sua participação no agregado em 2,9%, percentual este que foi de 1% para a construção civil. Em contrapartida, a indústria de transformação foi o setor que mais perdeu em participação no total dos PFTs do estado (-3,68% a.a.) no período.

A desaceleração econômica e a queda dos investimentos em setores que geravam empregos formais a partir de 2014, no entanto, fez com que o mercado de trabalho catarinense se integrasse à lógica de ampliação do desemprego desencadeada globalmente, o que levou à retração do estoque de PFTs para quase todos os setores, intensificando, em especial, a queda da participação da indústria na estrutura formal de emprego do estado.

Tendo fechado cerca de 54 mil PFTs entre 2014 e 2016, a indústria de transformação apresenta taxa de crescimento de -4,18% e perde 1,06% no agregado estadual apenas entre esses dois anos. A mudança mais abrupta que a crise acarretou no estoque de empregos formais do estado se deu na construção civil que, diante da retração econômica e da paralização do PMCMV a partir de 2014, foi o setor que apresentou a taxa de crescimento mais negativa no estado (-11,57% a.a.) nesse período. Completando o quadro dos setores que apresentaram taxas mais negativas que a média estadual, nota-se que a extrativa mineral decresceu à taxa acumulada ao ano de -8,36%. O setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca também, por sua vez, também apresentou perdas significativas (-1,9% a.a.) entre 2014 e 2016, fato que demonstra a perda de espaço também por parte das atividades primárias na estrutura formal de emprego do estado. Além disso, tem-se que a administração pública decresceu à taxa de -1,08% ao ano, enquanto os setores de serviços e do comércio decresceram a taxas relativamente modestas (-0,47% e -1,6% a.a., respectivamente). Por ser um ramo de baixo dinamismo quanto ao ciclo econômico, o setor dos SIUP foi o único que apresentou crescimento (0,16% a.a.) nesse intervalo de tempo.

Levando em consideração essa dinâmica, portanto, é notável que o período de maior incidência da crise econômica serviu à intensificação do processo de concentração do emprego formal no setor de serviços na economia catarinense. Tendo sido o segundo ramo menos afetado pela crise, o setor de serviços foi o que mais ganhou em participação (1,20%)

no agregado estadual de 2014 a 2016, seguido pelo comércio (0,32%) e pela administração pública (0,30%). No tocante às transformações recentes do mundo do trabalho, esses resultados indicam a continuidade da penetração da lógica flexível de acumulação – que promove a especialização produtiva, deslocando empregos de setores de produção de bens de capital, para outros mais voltados à circulação de mercadorias – na distribuição setorial das ocupações formais no estado.

3.2.2. Gênero

A despeito de ser um fator que frequentemente passa ao largo de análises econômicas, a divisão sexual do trabalho tem caráter fundamental à compreensão da dinâmica do mercado de trabalho catarinense no século XXI. A Tabela 5 mostra as mudanças recentes na distribuição dos PFTs entre homens e mulheres no estado:

Tabela 5: Distribuição dos PFTs por gênero em SC (2001, 2014 e 2016)

	Homens	% Masculina	Mulheres	% Feminina	Total
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2014	1.247.948	54,88	1.025.985	45,12	2.273.933
2016	1.179.937	54,43	987.986	45,57	2.167.923
Taxa a. a. (2001-2014)	4,38%	-	6,58%	-	5,30%
Taxa a. a. (2014-2016)	-2,80%	-	-1,89%	-	-2,39%

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração própria.

Com base nesses dados, tem-se que de 2001 a 2014 a participação feminina no mercado formal do estado foi elevada em 6,83%, o que significou uma redução da diferença entre os sexos a uma média de 1,09% ao ano. Nesse período, verificou-se que os PFTs ocupados por mulheres cresceram à taxa acumulada ao ano de 6,58%, enquanto que os ocupados por homens cresceram à taxa anual de 4,38%.

Quanto a isto, um primeiro aspecto a ser levantado diz respeito às políticas adotadas pelo governo federal no sentido de retomar os níveis de formalização do emprego, o que promoveu o acesso de novos estratos sociais a postos formais de trabalho, contribuindo à inserção de mulheres no mercado de trabalho brasileiro (LEONE; BALTAR, 2008) e – conforme expresso nos dados analisados – catarinense. Não obstante, ressalta-se que os resultados obtidos também estão de acordo com o padrão observado por Helena Hirata (2012), para quem a lógica de acumulação do capital implica que, em períodos de estabilidade

econômica, a mão-de-obra feminina seja mais demandada – ainda que em processos de jornada de trabalho dupla –, tendo em vista o aumento dos salários dos homens e a possibilidade de expandir a produção.

Ainda segundo Hirata (2012), é sistemático que esse crescimento da participação feminina no mercado de trabalho tenda a ser estancado à medida em que a retração econômica reduza a produção e os salários e circunscreva as mulheres novamente ao desemprego e/ou aos afazeres domésticos diante da eminência da demissão de homens. Corroborando essa hipótese, os registros da RAIS demonstram que, durante o período de maior incidência da crise (2014-2016), a diferença percentual entre os PFTs ocupados por homens e os ocupados por mulheres reduziu-se à modesta taxa média de 0,5% ao ano, ou seja: a origem da crise coincidiu com a desaceleração do crescimento da participação das mulheres¹⁸. Como resultado dessa dinâmica, em 2016 as mulheres ocupavam 45,57% dos PFTs do estado.

3.2.3. Grau de escolaridade

Do ponto de vista deste estudo, é importante constatar que as transformações recentes do mundo do trabalho implicam em adequações na capacitação técnica da mão-de-obra, fator que se relaciona diretamente com o grau de escolaridade dos trabalhadores.

Tendo em vista esse vínculo, a Tabela 6 apresenta a dinâmica distributiva recente dos PFT segundo o grau de escolaridade em Santa Catarina:

Tabela 6: PFTs por grau de escolaridade em SC (2001, 2014 e 2016)

	2001	%	2014	%	2016	%	Taxa a.a.	
							(2001-2014)	(2014-2016)
Analfabeto	9.338	0,81	7.600	0,33	7.346	0,34	-0,63%	-1,70%
Fundamental Incompleto	357.786	30,96	277.768	12,22	224.728	10,37	-1,92%	-10,59%
Fundamental Completo	261.566	22,63	311.026	13,68	262.442	12,11	1,28%	-8,49%
Médio Incompleto	116.541	10,08	188.579	8,29	163.251	7,53	3,50%	-7,21%
Médio Completo	256.202	22,17	994.757	43,75	979.308	45,17	10,55%	-0,78%
Superior Incompleto	42.810	3,70	104.451	4,59	101.832	4,70	6,84%	-1,27%
Superior Completo	111.469	9,65	389.752	17,14	429.016	19,79	9,61%	4,80%
Total	1.155.712	100,00	2.273.933	100,00	2.167.923	100,00	5,30%	-2,39%

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração própria.

Para o período 2001-2014, é especialmente relevante o crescimento da classe que abrange os PFTs com ensino médio completo, que, crescendo à taxa de 10,55% ao ano,

¹⁸ Também em explicação a essa dinâmica, os estudos de Lena Levinas revelam que, no Brasil, aumento de “escolaridade e salários são positivamente correlacionados com o aumento da participação feminina dentre os ocupados, enquanto informalidade e expansão da economia de serviços têm correlação negativa” (2001, p. 18).

ampliou sua participação no agregado estadual de 22,17% em 2001, para 43,75% em 2014. Seguindo a mesma lógica de elevação do grau de escolaridade, a faixa dos PFTs com ensino superior completo apresentou a segunda maior taxa de crescimento (9,61% a.a.) nesse mesmo período, seguida pela faixa dos PFTs que contam com ensino superior completo (6,84%), que também cresceu acima da média estadual.

Alterando substancialmente a distribuição da escolaridade dos PFTs, o período de crescimento econômico dos anos 2000 foi marcado por retração no número de trabalhadores formalizados com ensino fundamental incompleto (-1,92% a.a.), acompanhada de um crescimento modesto do volume de trabalhadores com ensino fundamental completo (1,28% a.a.). Dessa forma, de 2001 a 2014 essas faixas de escolaridade tiveram suas participações no total dos PFTs do estado reduzidas em -18,74% e -8,95%, respectivamente. Na mesma direção, os trabalhadores classificados como analfabetos também tiveram sua participação reduzida, passando de 0,81% em 2001, para 0,33% em 2014; enquanto que os PFTs ocupados por pessoas com ensino médio incompleto também cresceram abaixo da média, perdendo 1,79% em participação no quadro do emprego formal em Santa Catarina.

De acordo com Moretto (2016), essa redução foi resultado de políticas públicas que tentaram universalizar a educação básica no país. Ainda que, no bojo desse processo, a “elevação quantitativa não signifique uma elevação qualitativa de mesma intensidade” (MORETTO, 2016, p. 41), é evidente que essas medidas alteraram significativamente a composição da escolaridade dos PFTs do estado, pois fizeram com que, sobretudo os jovens, passassem para a faixa superior de escolaridade ao completarem o ensino fundamental.

Via de regra, é possível afirmar que a distribuição dos PFTs dentre os níveis de escolaridade seguiu uma mesma lógica em todo o período 2001-2016. O próprio saldo da crise econômica não alterou esse trajeto, a despeito de ter servido à intensificação das tendências anteriores no tocante à *maior seletividade na contratação*, tendo, a bem da verdade, ampliado os obstáculos à inserção de trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos no mercado formal de trabalho.

Isto posto, de 2014 a 2016 o decréscimo mais abrupto de PFTs continuou ocorrendo no intervalo de escolaridade do ensino fundamental incompleto (-10,59% a.a.), seguido pelo fundamental completo (-8,49%) e pelo médio incompleto (-7,21% a.a.). O destaque positivo ficou por conta da faixa de escolaridade do ensino superior completo, que continuou abrindo PFTs – agora à taxa de 4,8% ao ano – e ampliou sua participação no agregado estadual em 2,65% em apenas dois anos.

A partir desses resultados, é perceptível a relação que se estabelece entre o regime de acumulação flexível, a adequação dos trabalhadores às novas formas de produção e o processo de elevação da escolaridade da mão-de-obra observado. Nesse sentido, a lógica registrada para o caso catarinense assemelha-se à lógica nacional, onde o sistema educacional tende a ser submetido não só às demandas do mercado, que, na conjuntura recente, exige “nova qualificação da força de trabalho e diminuição de seu custo, remetendo, com frequência, a processos de mera massificação” (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016, p. 221), mas também a ser ele mesmo uma plataforma de valorização do capital pela via financeira, como parece ser o caso vigente, tendo em vista a contínua elevação da participação das instituições de ensino privadas na expansão do volume de trabalhadores com ensino superior no Brasil, ainda que isso não se converta em ganhos reais de produtividade (SGUISSARDI, 2015).

3.2.4. Remuneração

Embora não determine, por si só, as condições de vida da população¹⁹, a dinâmica dos patamares de remuneração dos trabalhadores permite estabelecer parâmetros gerais à valoração da força de trabalho dos trabalhadores formalizados em Santa Catarina, configurando-se, portanto, enquanto um importante ponto de análise.

A Tabela 7 demonstra o comportamento das faixas de remuneração médias em Santa Catarina, levando em consideração os anos de 2001, 2014 e 2016:

Tabela 7: PFTs por faixa de remuneração média em SC (2001, 2014 e 2016)

	<i>Até 1 SM</i>	<i>De 1 a 2 SM</i>	<i>De 2 a 3 SM</i>	<i>De 3 a 5 SM</i>	<i>De 5 a 10 SM</i>	<i>Mais de 10 SM</i>	<i>Ignorado</i>	Total
2001	29.608	384.513	317.328	224.543	132.087	65.573	2.060	1.155.712
%	2,56	33,27	27,46	19,43	11,43	5,67	0,18	100,00
2014	72.678	1.044.943	540.987	316.331	170.458	65.303	63.233	2.273.933
%	3,20	45,95	23,79	13,91	7,50	2,87	2,78	100,00
2016	72.536	1.024.915	499.337	285.306	161.320	60.166	64.343	2.167.923
%	3,35	47,28	23,03	13,16	7,44	2,78	2,97	100,00
Taxa a.a. (2001-2014)	6,88%	7,88%	3,74%	2,52%	1,47%	-0,66%	27,63%	5,30%
Taxa a.a. (2014-2016)	-0,10%	-0,97%	-4,01%	-5,16%	-2,75%	-4,10%	0,87%	-2,39%

Fonte: RAIS/ MTE; Elaboração própria.

¹⁹ Destacando a dificuldade de se captar questões qualitativas a partir do aspecto renda, Luce (2013) destaca que o próprio potencial de consumo dos trabalhadores não depende apenas dos salários, mas também de elementos como o endividamento das famílias, o aumento do desgaste da força de trabalho para acessar os bens de consumo necessários e a alteração dos padrões de consumo socialmente determinados.

De início, registre-se que – a despeito da impressão positiva que o enorme aumento do número absoluto de PFTs desde o começo do século pode causar – a regra estadual para o período 2001-2016 foi o *aumento da participação das menores remunerações* no estoque de empregos formais, sendo que a proporção dos PFTs com remunerações de até 3 Salários Mínimos (SM) se elevou em 10,4% nesse período, chegando a abranger 70,66% dos PFTs do estado em 2016.

Tomando o período anterior à crise como referência, chama a atenção que a faixa que abrange os PFTs remunerados com até 1 SM apresentou um grande crescimento (6,88% a.a.), elevando sua participação no agregado estadual de 2,56% em 2001, para 3,2%, em 2014. Dando a tônica desse quadro de baixa valorização dos rendimentos, nota-se que a *faixa salarial majoritária para os trabalhadores que ingressaram no mercado formal de trabalho no período 2001-2014 foi a que vai de 1 a 2 SM*, tendo em vista que essa faixa de remuneração elevou sua participação relativa no total dos PFT do estado em 12,7%. O número de PFTs remunerados com de 1 a 2 SM aumentou em aproximadamente 660 mil nesse período, tendo crescido à taxa de 7,88% ao ano.

Para todas as demais frações salariais, o período 2001-2014 representou uma redução da participação percentual no agregado geral, chamando a atenção a importante contração relativa das faixas de renda intermediárias. Embora a taxa de crescimento anual da faixa de remuneração que vai de 3 a 5 SM tenha ficado em torno de 2,5%, os PFTs desse intervalo tiveram a maior perda de participação no agregado estadual no período, a qual foi de -5,52%. No mesmo sentido, a faixa de 2 a 3 SM também apresentou crescimento abaixo da média estadual, reduzindo em 3,7% sua participação no total dos PFTs.

De um modo geral, essas informações revelam que – paralelamente à elevação do emprego formal – a lógica que imperou no estado nesse período foi a da *concentração dos PFTs nas menores faixas salariais*, o que indica que já se observava uma tendência de demanda por mão-de-obra barata e de precarização do trabalho em Santa Catarina mesmo antes da retração econômica.

Com relação ao período 2014-2016, verifica-se que a situação é ainda mais preocupante, porquanto a elevação do desemprego e a retração do emprego formal são acompanhadas pela continuidade do ganho de participação das menores faixas de remuneração no estado, ao passo que tanto a faixa que vai até 1 SM (-0,1% a.a.), quanto a de 1 a 2 SM (-0,97% a.a.) tiveram seu estoque de PFTs reduzidos a taxas menos negativas que

a média estadual, que foi de -2,39 ao ano. Assim, Santa Catarina chega a 2016 com 50,62% de sua força de trabalho formalizada recebendo até 2 SM.

Quando se leva em consideração também as faixas de rendimentos intermediárias, percebe-se que a tendência do novo período é o rebaixamento dos salários. De 2014 a 2016, o maior número de desligamentos de PFTs se deu na faixa salarial que vai de 2 a 3 SM, seguida pela faixa de 3 a 5 SM. O decréscimo dos PFTs remunerados entre 2 e 3 SM se deu à taxa de -4,01% ao ano, enquanto que essa mesma taxa foi de -5,16% para os trabalhadores pagos com de 3 a 5 SM. Com efeito, cada uma dessas faixas perdeu cerca de 0,8% na participação do agregado estadual somente nesses dois anos.

Completando esse quadro, as menores variações na participação no total dos PFTs se deram nas maiores faixas de renda. Os PFTs remunerados com de 5 a 10 SM decresceram a -2,75% ao ano, perdendo apenas 0,05% no agregado, enquanto que a faixa salarial dos que recebem mais de 10 SM decresceu a -4,1%, reduzindo sua participação no total dos PFTs em 0,1%.

A conclusão que se tira desses resultados é de que os trabalhadores formalizados em Santa Catarina – que já vinham sofrendo com baixos níveis de renda desde o início do século, quando a tendência era a valorização do salário mínimo (DIEESE, 2018) –, têm sua situação ainda mais agravada nos últimos anos. Na ocorrência da elevação do desemprego e do trabalho informal, aqueles que ainda conseguem se manter empregados formalmente sofrem com uma nova onda de precarização, derivada não só do deslocamento desses trabalhadores para faixas de remuneração menores, mas também da desvalorização do salário mínimo real²⁰.

3.2.5. Jornada de trabalho

Para além da estrutura de renda, outro fator central à compreensão das condições de vida dos trabalhadores diz respeito ao seu desgaste no exercício do trabalho, parâmetro esse que pode ser captado, em linhas gerais, pela quantidade de horas trabalhadas em cada vínculo empregatício.

A Tabela 8 demonstra o desenvolvimento das distintas faixas de jornadas de trabalho em 2001, 2014 e 2016 em Santa Catarina:

²⁰ De acordo com o DIEESE (2018), o salário mínimo está desde 2015 praticamente sem ser valorizado, visto que em 2016 seu aumento real foi pífio (0,36%) e que os dois últimos anos foram marcados, inclusive, por uma desvalorização do salário mínimo que, em termos reais, foi reduzido em 0,1% em 2017 e em 0,25% no marco de janeiro de 2018.

Tabela 8: PFTs por faixas de jornada de trabalho em SC (2001, 2014 e 2016)

	Até 20h.	De 21 a 30h.	De 31 a 40h.	Mais de 40h.	Total
2001	30.017	46.511	160.653	918.531	1.155.712
%	2,60	4,02	13,90	79,48	100,00
2014	82.014	99.393	311.741	1.780.785	2.273.933
%	3,61	4,37	13,71	78,31	100,00
2016	86.370	102.371	319.514	1.659.668	2.167.923
%	3,98	4,72	14,74	76,56	100,00
Taxa a.a. (2001-2014)	7,17%	6,06%	5,32%	5,19%	5,30%
Taxa a.a. (2014-2016)	2,59%	1,48%	1,23%	-3,52%	-2,39%

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração própria.

Derivando também das características dos postos de trabalho que passaram a ser formalizados desde o início do século, percebe-se que a lógica predominante de 2001 a 2014 foi a de que o crescimento do número de empregos formais foi tão maior quanto menores fossem as durações das jornadas de trabalho, dinâmica que indica uma expansão das estruturas empregatícias *part-time*, características de estruturas produtivas mais flexíveis e atreladas à *intensificação do trabalho*²¹. Nesse sentido, nota-se que a faixa das ocupações que exigem até 20 horas semanais de trabalho foi a que mais cresceu (7,17% a.a.) no período, seguida pela faixa que vai de 21 a 30 horas (6,06% a.a.) e da que abrange o intervalo de 31 a 40 horas semanais (5,32% a. a.).

Completando o quadro do período 2001-2014, a faixa referente aos contratos de mais de 40 horas de trabalho semanais ampliou seu estoque de PFTs em 5,19% ao ano, taxa que, embora significativa, ainda foi menor que a média estadual. Não obstante, registre-se que, no marco de 2014, 78,31% do montante dos PFTs do estado tinham jornadas de trabalho com mais de 40 horas.

A rigor, o período que vai de 2014 a 2016 aprofunda as tendências anteriormente observadas. Diante da retração econômica, a redução de custos é tomada como regra e as empresas passam a demitir prioritariamente os empregados com jornadas de trabalho formalmente mais extensas. Dessa forma, os últimos dois anos consideramos acumularam o fechamento de cerca de 121 mil PFTs com jornadas de trabalho de mais de 40 horas, o que

²¹ Tomando o setor de telemarketing como exemplo, Luce (2013) argumenta que jornadas de trabalho menos extensas são mais propícias à imposição de ritmos de trabalho mais acelerados que, em muitos casos, levam ao esgotamento físico e psíquico dos trabalhadores, ainda que suas jornadas de trabalho de menos de 30 horas semanais. Acerca do fenômeno da intensificação do trabalho, ver Dal Rosso (2008).

fez com que essa faixa decrescesse à taxa de -3,52% ao ano e reduzisse sua participação no agregado estadual em -1,76% nesse período.

Chama a atenção, diante disso, que as menores faixas de jornadas de trabalho seguiram ampliando seu estoque de PFTs, o que indica que essas faixas acabaram absorvendo parte desses postos de trabalho com jornadas de trabalho mais extensas que foram fechados de 2014 a 2016. Dessa forma, o maior crescimento do período se deu nos empregos formalizados ocupados em até 20 horas semanais (2,59%), seguido pela faixa de jornada de trabalho de 21 a 30 horas (1,48% a.a.) e pela de 31 a 40 horas (1,23% a.a.).

Em análise a esses dados, observa-se uma tendência à flexibilização da estrutura de emprego no estado, com a dissolução de postos de trabalho com maiores jornadas de trabalho em prol de vínculos que se adequem melhor às flutuações do mercado. Por essa via, compreende-se que, em uma conjuntura de retração econômica – e, assim sendo, de redução das taxas de lucro –, os empregadores tendam a reduzir o volume de mão-de-obra que empregam, além de ampliarem a busca por trabalhos não-formalizados²². Por fim – e tendo em vista que cada registro da RAIS diz respeito a um vínculo de emprego, sendo possível, portanto, que um mesmo trabalhador seja registrado mais de uma vez na base de dados –, é plausível supor que os trabalhadores estejam sendo compelidos a ter mais de um emprego, fator que também poderia indicar uma maior incidência da exploração da força de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do século XXI, o mercado de trabalho catarinense sofreu com alterações profundas tanto de ordem quantitativa, quanto qualitativa. Ao longo deste artigo, buscou-se captar os principais movimentos que as transformações recentes do mundo do trabalho implicaram à estrutura do emprego formal no estado até 2016.

Do ponto de vista quantitativo, observou-se que, de 2001 a 2014, Santa Catarina passou por um período de larga expansão do emprego formal em seu território, reduzindo expressivamente a participação do trabalho informal na PEA ocupada. Para alcançar tal efeito, foi necessário um padrão muito específico, que se valeu, por um lado, de uma conjuntura internacional favorável às exportações e ao crescimento econômico do estado e, pelo outro, de

²² Por permitirem que uma mesma pessoa permaneça trabalhando por mais tempo, sem que esse trabalho adicional seja formalizado em sua jornada de trabalho, a rigor os sistemas de hora-extra (popularizados como “serões” em Santa Catarina) são um bom exemplo desse caso.

certa expansão do mercado nacional, aliado a esforços advindos da esfera federal no sentido de formalizar as relações de trabalho no país.

Não obstante, esse período também foi marcado pela consolidação das estruturas flexíveis de organização econômica no estado, o que se expressou tanto no crescimento contínuo da participação dos setores de serviços e comércio no agregado do emprego formal, quanto nos indícios de precarização das relações de trabalho, inscritos ainda não tanto nos rendimentos, mas já nas formas de organização produtiva, que contavam com jornadas de trabalho menos extensas e abriam espaço para a intensificação do trabalho.

No tocante ao segundo período considerado, observou-se que o não-rompimento com os mecanismos de dependência externa, aliados ao esgotamento das possibilidades de ação econômica do Estado brasileiro, trouxeram grandes problemas ao mercado de trabalho catarinense, além da intensificação dos problemas mencionados anteriormente. Tendo a solidificação da crise em 2014 como ponto de inflexão, foram evidenciadas dinâmicas diversas no estado, as quais foram analisadas a partir de indicadores socioeconômicos.

No que diz respeito à estruturação do emprego formal em torno dos setores produtivos, intensificou-se a tendência geral de concentração do emprego no setor terciário. Apesar de terem sofrido alguma retração desde 2014, os setores de comércio e serviço foram pouco afetados pela crise, fato que fez com que eles continuassem a ampliar sua participação relativa no agregado estadual.

Sem o suporte desses setores na geração de empregos formais, a perda de empregos formais na indústria foi ainda mais decisiva para os catarinenses. Seguindo o processo de desindustrialização que a lógica do capitalismo global contemporâneo tem imposto aos países periféricos, a redução dos investimentos a partir de 2014 fez com que o setor da indústria de transformação – que ainda vinha gerando empregos no período anterior – fechasse milhares de postos formais de trabalho e, perdendo seu posto de principal gerador de empregos formais em Santa Catarina, puxasse a retração do mercado formal de trabalho do estado.

Completando esse cenário adverso, o período analisado também marcou uma inversão drástica para o emprego formal na construção civil, uma vez que, com a retração econômica e a paralização de projetos infraestruturais, esse setor deixou de ser o importante catalizador de postos formais de trabalho que vinha sendo até então, passando, ao revés, a apresentar a maior taxa de decréscimo entre os ramos de atividade econômica de Santa Catarina.

O caráter tradicional do setor primário, desde a primeira década do século, já vinha demonstrando pouca capacidade em colaborar na geração de ocupações formais, fato que nem

a crescente importância das agroexportações na economia catarinense conseguiu alterar. Nesse contexto, registrou-se que os empregos formais localizados nos setores extrativos e da agropecuária foram bastante afetados com a retração econômica.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, os dados analisados deram conta de que o período de expansão econômica da primeira década do século foi benéfico à introdução da mulher no mercado formal de trabalho. Dando indicativos da conexão que as desigualdades de gênero têm com a conjuntura econômica, notou-se também que a redução da produção a partir de 2014 provocou a desaceleração do crescimento da participação das mulheres no quadro do emprego formal do estado, o que indica a fragilidade desse processo.

Outro aspecto importante registrado foi a alteração que se conformou no mercado formal de trabalho catarinense com relação à escolaridade. Em consonância com as demandas do mercado, de 2001 a 2016 observou-se um fenômeno contínuo de elevação do grau de escolaridade da mão-de-obra formalizada no estado. O padrão estabelecido para todo o período foi a elevação da participação dos trabalhadores com, no mínimo, ensino médio completo, o que está diretamente relacionado com o aumento da escolaridade média da população e com a elevação da seletividade às contratações formais. Embora não tenha estimulado o primeiro desses fatores, é notável que o período de retração econômica tenha intensificado o segundo.

No tocante à renda dos trabalhadores, notou-se que a grande expansão dos empregos formais observada no período anterior à crise se deu nas menores faixas de remuneração, fato que fez com que Santa Catarina chegasse a 2014 com cerca de 73% de sua força de trabalho formalizada recebendo até 3 salários mínimos. Assim, é possível auferir que, apesar da concessão de direitos trabalhistas, no quesito renda esse período não apresentou avanços tão significativos.

A partir de 2014, entretanto, a lógica muda, e o alto nível de desemprego possibilita o rebaixamento dos padrões salariais. De 2014 a 2016, o maior volume de desligamentos de postos formais de trabalho se deu nas remunerações intermediárias, desempregando principalmente os trabalhadores que recebiam de 2 a 5 salários mínimos, à medida que os empregos formais com remunerações inferiores a essas não foram tão afetados. Nesse sentido, identifica-se a expansão da exploração do conjunto consumo dos trabalhadores como um mecanismo de resposta à crise, tendo em vista esse novo período em que a informalidade se amplia e os rendimentos reais caem.

Dando indicativos da penetração da lógica flexível de produção no estado, também constatou-se que o padrão estabelecido desde 2001 foi a redução das maiores jornadas de trabalho, em detrimento da elevação da participação das menores. Com o período de retração econômica, chamou a atenção a intensificação desse fenômeno, o que fez com que as empresas catarinenses continuassem a ampliar o estoque de empregos formais ocupados com até 40 horas, enquanto que toda a retração do estoque ficou por conta dos postos formais de trabalho com jornadas superiores a 40 horas semanais.

Articulando todos esses aspectos à conjuntura econômica atual, pontua-se que é bem possível que o desemprego gerado nos últimos anos possa ser “reabsorvido” num período posterior de relativa recuperação econômica; todavia a etapa atual da economia mundial mostra que, mantendo-se as estruturais vigentes, grande parte dos trabalhadores catarinenses ainda estará submetida a regimes de trabalho precarizados ao final desse ciclo. Ademais, estando consolidada a estrutura econômica flexível – onde os direitos trabalhistas dependem diretamente das flutuações do mercado –, fica cada vez mais evidente que não há mais garantias de que as condições de vida e de trabalho no estado não voltem a ser deterioradas toda vez que um ciclo expansivo chegue ao seu fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

BALTAR, Paulo. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. **Estudos Avançados**. v. 28, n. 81, mai/ago, 2014, p. 39-53.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado:** do populismo à hegemonia lulista. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. In: **Revista ABET**, v. VI, n. 2. 2007, p. 87-108.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012.

_____. **Nota Técnica Número 188:** Valor de R\$954,00 não recompõe poder de compra do Salário Mínimo. 2018. Disponível em: <goo.gl/EpfmX5>. Acesso em: 14 fev. 2018.

HARVEY, David. Do Fordismo à Acumulação Flexível. In: _____. **Condição Pós-Moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança de cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 135-184.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. 2017. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/geral/pesquisa-basica>. Acesso em: 24 jan. 2018.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Texto para Discussão Nº 826. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.25, n.2, p.233-249, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? In: **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, jan/abr, 2013, p. 169-190.

MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R.; SCHUGURENSKY, D. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. In: **Educação em Revista**, v. 32, n. 04, 2016, p. 205-225.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011

MATTEI, L.; LINS, H. N. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: _____ (Orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó/SC: Argos, 2010, p. 109-155.

MTE. **Nota Técnica MTE: Base de Dados RAIS/2014**. 2015. Disponível em: <goo.gl/Mxq3ep>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, 2013

PDET [Sistema de recuperação na Internet]. Ministério do Trabalho. 1991- .[2016]. Disponível em: <bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MORETTO, Amilton J. Mudanças na oferta e inserção da força de trabalho brasileira: desafios para o sistema público de emprego, trabalho e renda. In: MACAMBIRA, J.; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. (Orgs.). **Mercado de Trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais**. Fortaleza: IDT, 2016, p. 27-52.

SABADINI, M. S.; NAKATANI, P. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. In: **R.V. Análisis de Coyuntura**, v. 8, n. 2, jul-dez 2002, p. 265-290.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? In: **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v. 36, n. 133, p. 867-889, out-dez, 2015

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. O trabalho doméstico remunerado no Brasil. In: KREIN, J. D. et al (Orgs.): **Regulação do trabalho e instituições públicas**. 1ª ed. 2 v. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 49-54.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **A Reestruturação do Mundo do Trabalho**. Uberlândia/MG: EDUFU. 1ª ed. 2009.